



Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Relatório de Gestão do exercício de 2016

São Paulo - SP, 2017

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Relatório de Gestão do exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

São Paulo - SP, 2017

SIGLAS E ABREVIações

AAPF	Anotação de Atividade Profissional do Farmacêutico
ABEF	Associação Brasileira de Educação em Farmácia
ABFH	Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ANF	Academia Nacional de Farmácia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAEF	Comissão de Educação Farmacêutica
CEP	Comitê de Educação Permanente
CFF	Conselho Federal de Farmácia
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COMENSINO	Comissão de Ensino do CFF
Coren-SP	Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo
CR	Certidão de Regularidade
CRBM-1	Conselho Regional de Biomedicina da 1ª Região
CREA-SP	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
CREF4-SP	Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região
Crefito-3	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região
Cremesp	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
CRF-MG	Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais
CRF-RS	Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul
CRF-SP	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
CRN-3	Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região
CRO-SP	Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo
CVS	Centro de Vigilância Sanitária
DN	Decisão Normativa
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino à Distância
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FVEEP	Ficha de Verificação do Exercício Profissional
GTAC	Grupo Técnico de Ações na Comunidade
GTAM	Grupo técnico de Apoio aos Municípios
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IDF	Índice de Desempenho da Fiscalização
IDR	Ingestão Diária Recomendada
IES	Instituições de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MIP	Medicamento Isento de Prescrição
MIP	Medicamento Isento de Prescrição

MP	Medida Provisória
MS	Ministério da Saúde
MTC	Medicina Tradicional Chinesa
NAC	Não Atender Convocações
NEEST	Núcleo de Estudos Estratégicos
NPA	Não Prestação de Assistência
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAF	Programa de Assistência ao Farmacêutico
PAR	Programa de Recolocação Profissional
PECR	Prazo de Emissão de Certidão de Regularidade
PECR	Prazo de Emissão da Certidão de Regularidade
PED	Processo Ético Disciplinar
PL	Projeto de Lei
PNE	Portador de Necessidades Especiais
POP	Procedimento Operacional Padrão
SAF	Semana de Atenção Farmacêutica
SECOL	Secretaria dos Colaboradores
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINFAR-SP	Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo
SNGPC	Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados
SRG	Sem registro
SRT	Sem responsável técnico
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UNIP	Universidade Paulista
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VISA	Vigilância Sanitária

TABELAS

Tabela 1	Comparativo entre 2015 e 2016 do número de Atendimento realizados, pelo tipo de canal	58
Tabela 2	Número de atendimentos pessoais e eletrônicos realizados para protocolos e exigências	59
Tabela 3	Farmacêutico na Praça simultâneo (setembro/2016)	61
Tabela 4	Serviços farmacêuticos da ação simultânea (setembro 2016)	61
Tabela 5	Outras edições do Farmacêutico na Praça (2016)	62
Tabela 6	Serviços farmacêuticos das outras edições Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais	62
Tabela 7	Ação Farmacêutico na Comunidade (2016)	63
Tabela 8	Dados quantitativos da SAF 2016	65
Tabela 9	Informações detalhadas sobre as campanhas/veiculações realizadas	74
Tabela 10	Dados quantitativos das atualizações online realizados em 2016	88
Tabela 11	Dados quantitativos das atualizações online realizadas em 2016	89
Tabela 12	Eventos realizados pelo CRF-SP em 2016	90
Tabela 13	Total de Termos Lavrados conforme Irregularidade Constatada	104
Tabela 14	Duração máxima do trâmite processual de acordo com ano de instauração	105
Tabela 15	Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional	109
Tabela 16	Controle de erros de protocolos atendidos	125
Tabela 17	Distribuição do efetivo de colaboradores do CRF-SP de acordo com o cargo	130
Tabela 18	Efetivo de colaboradores do CRF-SP agrupados em funções gratificadas e em cargos de livre nomeação e exoneração	131
Tabela 19	Faixa etária dos colaboradores do CRF-SP de acordo com os cargos	132
Tabela 20	Distribuição do Grau de Escolaridade de acordo com os cargos	134

QUADROS

Quadro 1	Resoluções do CFF aplicadas no atendimento do CRF-SP	19
Quadro 2	Deliberações aplicadas no atendimento do CRF-SP	20
Quadro 3	Macroprocesso da Fiscalização do Exercício Profissional	28
Quadro 4	Macroprocesso da Ética Profissional	30
Quadro 5	Macroprocesso do atendimento à pessoa física e jurídica	32
Quadro 6	Macroprocesso de ações para a sociedade	32
Quadro 7	Macroprocesso de ações para o farmacêutico	33
Quadro 8	Macroprocesso de ações de apoio à educação farmacêutica	34
Quadro 9	Capacitação fiscal realizada pelo Departamento de Fiscalização do CRF-SP	54
Quadro 10	Ações das Comissões Assessoras no Farmacêutico na Praça (setembro 2016)	61
Quadro 11	Consultas Públicas: Apreciações e Proposições	78
Quadro 12	Normas do CFF revisadas	79
Quadro 13	Participação em Conselhos Municipais de Saúde	81
Quadro 14	Cursos presenciais realizados em 2016	83
Quadro 15	Palestras nas Instituições de Ensino Superior – 2016	95
Quadro 16	Temas de cursos à distância disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP de 2014 a 2016	108
Quadro 17	Mão de obra temporária	138

GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável (%) no período compreendido entre 2012 e 2016	43
Gráfico 2	Comparativo das taxas de devida e não efetiva assistência farmacêutica no período compreendido entre 2012 e 2016	44
Gráfico 3	Principais motivos de convocação dos profissionais na sede e seccionais do CRF-SP em 2016 (nº convocações/motivo)	46
Gráfico 4	Principais motivos de orientação aos profissionais em inspeção fiscal no ano de 2016 (nº orientações/motivo)	46
Gráfico 5	Número de Orientações Farmacêuticas e Orientações por Fiscal no período compreendido entre 2012 e 2016	47
Gráfico 6	Quantidade de Termos de Intimação analisados por mês, no ano de 2016	48
Gráfica 7	Quantidade de Termos de Intimação cancelados por mês, no ano de 2016	48
Gráfico 8	Comparativo entre os motivos de cancelamento de Termos de Intimação, no ano de 2016	49
Gráfico 9	Quantidade de Recursos recebidos por mês, no ano de 2016	49
Gráfico 10	Quantidade de ofício emitidos por mês, no ano de 2016	50
Gráfico 11	Quantidade de Multas emitidas por mês, no ano de 2016	51
Gráfico 12	Quantidade de Reincidências emitidas por mês, no ano de 2016.	51
Gráfico 13	Total de Multas e Reincidências emitidas por mês, no ano de 2016	52
Gráfico 14	Total de Multas e Reincidências emitidas, por tipo de infração, no ano de 2016	52
Gráfico 15	Total de Multas e Reincidências, por faixa, emitidas em 2016	53
Gráfico 16	Quantidade de Recursos encaminhados ao CFF no ano de 2016.	53
Gráfico 17	Taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares no período compreendido entre 2012 e 2016	104
Gráfico 18	Comparativo Receita	110
Gráfico 19	Comparativo de Despesas	110
Gráfico 20	Atendimento à solicitação via CHAT	150
Gráfico 21	Nota atribuída ao atendimento via CHAT	150
Gráfico 22	Atendimento à solicitação via telefone	151
Gráfico 23	Nota atribuída ao atendimento via telefone	151
Gráfico 24	Tempo de espera do atendimento pessoal	152
Gráfico 25	Ambiente de espera do atendimento pessoal	152
Gráfico 26	Objetividade e clareza do funcionário no atendimento pessoal	153
Gráfico 27	Consulta prévia às informações no site	153
Gráfico 28	Clareza e objetividade das informações do site	153

FIGURAS

Figura 1	Organograma orgânico do CRF-SP	22
Figura 2	Folders de divulgação e orientação da SAF 2016 – Liberdade é não ter dependência	65
Figura 3	Logo da Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya	67
Figura 4	Cartaz da Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya	68
Figura 5	Logo da Campanha Farmacêuticos Contra H1N1	69
Figura 6	Cartaz da Campanha Farmacêuticos Contra H1N1	70
Figura 7	Material Técnico de apoio à Campanha Farmacêuticos contra a dengue, zika e chikungunya	71
Figura 8	Material Técnico de apoio à Campanha Farmacêuticos contra o H1N1	71
Figura 9	Material Técnico Orientativo sobre câncer de mama	72
Figura 10	Material Técnico Orientativo sobre câncer de próstata	72
Figura 11	Material Técnico Orientativo sobre câncer de pele	73
Figura 12	Filipeta de divulgação do GTAM	77
Figura 13	Aplicativo CRF-SP	148
Figura 14	Aplicativo Farmacêutico	149

APÊNDICE

Apêndice 1	Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis	159
Apêndice 2	Orçamento anual	183
Apêndice 3	Demonstrativo da Receita	188
Apêndice 4	Demonstrativo das Despesas por Grupo e Elementos de despesas	197
Apêndice 5	Despesas por Modalidade de Licitação	200
Apêndice 6	Despesas com Pessoal	201
Apêndice 7	Balanço Financeiro	202
Apêndice 8	Balanço Orçamentário	204
Apêndice 9	Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados	213
Apêndice 10	Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados	214
Apêndice 11	Balanço Patrimonial	215
Apêndice 12	Demonstração dos Fluxos de Caixa	217
Apêndice 13	Variações Patrimoniais	219

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	13
2. VISÃO GERAL.....	15
2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas	15
2.2. Finalidades e competências.....	15
2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	17
2.4. Breve histórico da entidade	21
2.5. Organograma	22
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	26
3.1. Planejamento Organizacional	26
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	34
3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	38
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	38
3.3. Desempenho orçamentário.....	39
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	39
3.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos	40
3.3.3. Informações sobre a realização das receitas.....	40
3.3.4. Informações sobre execução das despesas.....	40
3.4. Desempenho operacional	40
3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	102
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	111
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	111
4.1.1. Diretoria.....	113
4.1.2. Departamento de Administração	119
4.1.3. NEEST	119

4.1.4. Secretaria de Colaboradores.....	118
4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	120
4.3. Atuação da unidade de auditoria interna	123
4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	123
4.5. Gestão de riscos e controles internos	124
4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	127
4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	127
5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	128
5.1. Gestão de pessoas.....	128
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	129
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	136
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	136
5.1.4. Contratação de mão de obra temporária	138
5.2. Gestão da Tecnologia da Informação	139
5.2.1. Principais sistemas de informações.....	140
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	147
6.1. Canais de acesso do cidadão	147
6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	149
6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	149
6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	154
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	155
7.1. Desempenho financeiro no exercício	155
7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	155
7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	156
7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	156

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	157
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	157
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	157
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	157
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	158
ANEXOS E APÊNDICES.....	159

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta aos órgãos de controle e à sociedade a prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, e de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 146/2015 e da Portaria nº 321/2015, todas do Tribunal de Contas da União, destacando suas principais atribuições, pontos relevantes da gestão e atividades desempenhadas no exercício de 2016, apresentados para melhor compreensão, sempre que possível, na forma de figuras, gráficos, quadros e tabelas.

O CRF-SP tem como missão orientar e fiscalizar o profissional para torná-lo consciente da importância da conduta ética da profissão com a saúde pública, proporcionando seu desenvolvimento e ainda a satisfação de integrar, como usuário/cliente, voluntário e funcionário, uma entidade eficaz e de referência.

Em 2016 o CRF-SP proporcionou ao farmacêutico ferramentas para o exercício da profissão com excelência em prol da saúde pública. Em atendimento a sua diretriz orientadora, buscou melhorar os índices de assistência farmacêutica, auxiliar o profissional na resolução de dúvidas relacionadas ao desempenho de suas atividades profissionais diárias, além de aperfeiçoar o conhecimento técnico e legal.

Nesse sentido, preparou o farmacêutico para enfrentar as epidemias de dengue, zika e chikungunya, que assolaram o país, com o relançamento da campanha “Farmacêuticos contra dengue, zika e chikungunya”. A ação propiciou uma série de parcerias com prefeituras em diversas regiões do Estado. Nessa mesma linha, os farmacêuticos tiveram à disposição o seminário que se transformou na capacitação *online* “Influenza – ênfase em H1N1”, que também contou com materiais técnicos como algoritmo e ficha de atendimento farmacêutico. Estas iniciativas buscaram o fortalecimento da categoria e a conscientização de que a farmácia é local de promoção e proteção à saúde.

Para fomentar o exercício ético da profissão, na comemoração pelo Dia do Farmacêutico, o CRF-SP deu início à discussão sobre o futuro da Farmácia e as formas para que ele seja construído com ética, responsabilidade e conhecimento. Ainda neste ano proporcionou uma reflexão sobre ética, com a presença dos Profs. Drs. Clóvis de Barros Filho e Leandro Karnal, cujo o tema foi: “Ética: tecnologia,

mercado de trabalho e relações profissionais”. Este evento teve transmissão ao vivo pelo Portal do CRF-SP possibilitando também a participação de farmacêuticos de outros estados.

Na sua atribuição fiscalizadora intensificou o número de inspeções nas áreas identificadas como potencialmente de risco para a sociedade, obtendo redução do número de estabelecimentos irregulares ou ilegais corroborada pelo aumento do índice de assistência farmacêutica.

As questões orçamentarias não possibilitaram implantar neste exercício algumas ações, que serão priorizadas no próximo exercício, merecendo menção a implantação de controle interno, iniciada por meio da consultoria prestada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), bem como a prospecção de novos imóveis para viabilizar acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Além disso, foi iniciado o estudo para criação de um comitê gestor de Tecnologia da Informação (TI), visando a priorização de projetos na área pelo grau de importância institucional.

As ações realizadas ao longo do ano demonstraram o empenho do CRF-SP na defesa da saúde da sociedade por meio da fiscalização e da capacitação do farmacêutico, além da busca constante de melhorias na gestão administrativa.

2. VISÃO GERAL

2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O CRF-SP é uma autarquia federal com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira que foi criado pela Lei 3.820, de 11/11/1960.

Razão Social	
Denominação Abreviada	CRF-SP
CNPJ	60.975.075/0001-10
Natureza Jurídica	Autarquia Federal
Código CNAE	84.11-6-00
Endereço Eletrônico	diretoria@crfsp.org.br
Página Internet	www.crfsp.org.br
Contato	(11) 3067-1490
Endereço Postal	Rua Capote Valente, nº 487 – 9º andar
Cidade	São Paulo
Bairro	Pinheiros
Estado	São Paulo
CEP	05409-001

2.2. Finalidades e competências

O artigo 1º da Lei nº 3.820/1960 conceitua como finalidade dos Conselhos Regionais de Farmácia zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no país.

Art. 1º - Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.

Destarte, a principal finalidade do CRF-SP é fiscalizar a profissão farmacêutica, vigiando e punindo qualquer infração à lei ou ao código de ética da profissão, através do uso do poder de polícia que lhe é conferido pela lei.

Segundo o artigo 10 da lei supracitada, são competências do Conselho Regional de Farmácia:

Art. 10. - As atribuições dos Conselhos Regionais são as seguintes:

a) registrar os profissionais de acordo com a presente lei e expedir a carteira profissional;

b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta lei e decidir;

c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;

d) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;

e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;

f) eleger seu representante e respectivo suplente para o Conselho Federal.

g) dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas, com recurso suspensivo para o Conselho Federal.

Missão:

Orientar e fiscalizar o profissional para torná-lo consciente da importância da conduta ética da profissão com a saúde pública, proporcionando seu desenvolvimento e ainda a satisfação de integrar uma entidade eficaz e de referência, como usuário/cliente, voluntário e funcionário.

Visão:

Ser referência na orientação, fiscalização e desenvolvimento para o exercício ético da profissão e garantir atendimento confiável e de qualidade à sociedade.

Valores:

Compromisso social - Aplicamos e contribuimos no aperfeiçoamento da legislação pertinente ao âmbito profissional e na disseminação do conhecimento à população, através de ações educativas.

Relacionamento com usuários - Prestar atendimento com qualidade, excelência e inovação constante.

Inovação - Inovar constantemente os métodos e processos internos, buscando agilidade e qualidade na prestação de serviços e informações aos usuários/clientes.

Reconhecimento - Reconhecer o talento e dedicação dos colaboradores, estimulando o autodesenvolvimento e entusiasmo, motivando o trabalho individual e em equipe.

Ética - Zelosos com a profissão e com a saúde pública agimos indistintamente com respeito e transparência, transmitindo confiança e credibilidade aos usuários/clientes, voluntários e funcionários.

2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Em 21 de novembro de 1960 publicou-se no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 3.820 que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, cujo artigo primeiro dispõe o seguinte:

Art.1 - Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.

As atividades do CRF-SP são disciplinadas pelo Regimento interno, que é revisado sempre que necessário, sendo vigente o editado em 2015, nos termos da Resolução do CFF nº 603/14.

Com relação à prestação de contas desta autarquia ao CFF, importa destacar que o procedimento consta da Resolução do CFF nº 531/10, da seguinte forma:

Art. 1º - O orçamento e suas alterações, o plano de trabalho, os relatórios de gestão, o processo de contas dos dirigentes e demais responsáveis abrangidos pelos incisos I e VI do artigo 5º da Lei Federal nº 8.443 de 16 de julho de 1992 e, ainda, todo e qualquer relatório ou peça contábil que nortearem o adequado andamento da contabilidade e da administração serão confeccionados,

organizados e apresentados a Auditoria do Conselho Federal de Farmácia para emissão de parecer e encaminhamento à Comissão de Tomada de Contas que emitirá parecer e relatório e em seguida encaminhará ao seu Plenário para apreciação e julgamento, de acordo com as disposições desta resolução.

A fiscalização constitui atividade precípua da entidade nos termos descritos na alínea "c", do artigo 10 da Lei n.º 3.820/60, a fim de verificar a fiel observância dos princípios da ética e disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no Estado de São Paulo, segundo normas de execução estabelecidas pelo Decreto n.º 85.878/81, incluindo a constatação do cumprimento legal pelas pessoas jurídicas de direito público e privado dos ditames previstos no artigo 24 da Lei n.º 3.820/60 e na Lei n.º 13.021/14. Sua atividade é regida pela Ordem de Serviço n.º 02/16, editada em consonância com as disposições contidas na Resolução do CFF n.º 600/14, que regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia entre outras providências, além das diretrizes aprovadas pelo Plenário do CRF-SP.

Quanto ao Processo Administrativo Fiscal, as atividades atualmente são regulamentadas pela Resolução do CFF n.º 566/12, complementadas pelas Deliberações do CRF-SP n.º 03/16 e 21/16, que tratam, respectivamente, sobre a fixação do valor da multa a ser aplicada e o prazo para o farmacêutico justificar ausência perante o CRF-SP.

Em se tratando da apuração ética o anexo II da Resolução CFF n.º 596/14, que aprova o Código de Processo Ético, determina o trâmite processual.

O atendimento do CRF-SP segue procedimentos previstos em Resoluções editadas pelo CFF, Deliberações e Portarias editadas pelo CRF-SP, entre outras legislações, tais como:

Quadro 1. Resoluções do CFF aplicadas no atendimento do CRF-SP

Resolução do CFF	Ementa
440/05	Dá nova redação à Resolução nº 335/98 do Conselho Federal de Farmácia, que dispõe sobre as prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia.
444/06	Dispõe sobre a regulação de cursos de pós-graduação lato sensu de caráter profissional.
485/08	Dispõe sobre o Âmbito Profissional de Técnico de Laboratório de Nível Médio em Análises Clínicas.
507/09	Institui a Anotação de Atividade Profissional do Farmacêutico (AAPF).
516/09	Define os aspectos técnicos do exercício da Acupuntura na Medicina Tradicional Chinesa como especialidade do farmacêutico.
521/09	Dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento de inscrição e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.
561/12	Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 15 da Resolução/CFF nº 444/06.
572/13	Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação.
576/13	Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF nº 440/05, que dispõe sobre as prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia.
581/13	Institui o título de especialista profissional farmacêutico, sem caráter acadêmico, dispondo sobre os procedimentos e critérios necessários para a sua certificação e registro.
584/13	Inclui o Capítulo XV no Anexo I da Resolução nº 387, de 13 de dezembro de 2002, que regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica.
586/13	Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.
595/13	Dispõe sobre a nova redação do artigo 31 da Resolução/CFF nº 521/09.
611/15	Dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico no âmbito da floralterapia, e dá outras providências.
616/15	Define os requisitos técnicos para o exercício do farmacêutico no âmbito da saúde estética, ampliando o rol das técnicas de natureza estética e recursos terapêuticos utilizados pelo farmacêutico em estabelecimentos de saúde estética.
621/16	Altera os artigos 5º, 14, 15, 17, 18, 19 e 20 da Resolução nº <u>584</u> , de 29 de agosto de 2013, que inclui o Capítulo XV no Anexo I da Resolução nº <u>387</u> , de 13 de dezembro de 2002, que regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica.
623/16	Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF nº 565/12, estabelecendo titulação mínima para a atuação do farmacêutico na oncologia.

Quadro 2. Deliberações aplicadas no atendimento do CRF-SP

Deliberação do CRF-SP	Ementa
59/00	Estabelece critérios para o cadastramento simplificado.
118/14	Fixa critérios para a assunção de múltiplas responsabilidades técnicas.
13/15	Estabelece parâmetros para a concessão do Selo de Assistência Farmacêutica e do Selo Farmácia Estabelecimento de Saúde.
18/15	Estabelece novos parâmetros para a concessão, cancelamento e retirada da Certidão de Regularidade e revoga a Deliberação 09/2015.

Outras normativas:

- ✓ Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- ✓ Lei nº 13.021/14 - Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
- ✓ Resolução do Ministério da Educação nº 01/07 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização.
- ✓ Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação nº 08/07 - Altera o art.4º e revoga o art.10 da Resolução CNE/CES nº 01/2002, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior
- ✓ Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação nº 4/09 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.
- ✓ Portaria do Ministério de Estado da Justiça nº 2.524/08 - Dispõe sobre a expedição de Cédula de Identidade para Estrangeiros maiores de 51 (cinquenta e um) anos e deficientes físicos de qualquer idade.
- ✓ Acórdão do CFF nº 22.432/14 - Credencia a entidade e reconhece o concurso de Título de Especialista Profissional Farmacêutico em Homeopatia a ABFH.

- ✓ Acórdão do CFF nº 24.218/15 - Reconhece o concurso de Título de Especialista Profissional Farmacêutico em Farmácia Homeopática do Instituto Homeopático François Lamasson.
- ✓ OF.Circular nº 07714-2014/ASS.COM/CFF - Encaminhamentos aos Conselhos Regionais de Farmácia orientando a respeito do registro de especialista na área clínica.
- ✓ Portaria do CRF-SP nº 05/01 - Regulamenta o uso da chancela mecânica de assinaturas.
- ✓ Portaria do CRF-SP nº 15/06 - Altera a Portaria 05/2001 que regulamenta o uso da chancela.

2.4. Breve histórico da entidade

O CRF-SP foi criado através da Lei nº 3.820/60, combinado com a Resolução nº 02, de 24 de agosto de 1961, do Conselho Federal de Farmácia. Na presença de membros do CFF foram empossados pela figura do presidente, Dr. Jayme Torres, os primeiros conselheiros efetivos e suplentes do CRF-SP (anteriormente denominado CRF-8). Em seguida os membros do Conselho Regional elegeram sua diretoria, que teve como primeiro presidente o Dr. Myrcio de Paula Pereira.

Logo foram iniciadas as providências para estruturação, e as primeiras reuniões aconteceram na sede do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, que gentilmente colocou suas instalações à disposição da diretoria. Rapidamente foi encontrado um local provisório para instalação da sede. Tratava-se de um conjunto situado na Av. Liberdade, nº 834, 6º andar. Atualmente com sede própria situada na Rua Capote Valente, nº 487, Jardim América - São Paulo, possui 3 sub-sedes na cidade de São Paulo e 28 seccionais estrategicamente alocadas em todo o Estado de forma a viabilizar o acesso dos profissionais, representantes de estabelecimentos e da população.

Quando da sua criação, as preocupações iniciais foram o estudo do Regimento Interno, que deveria disciplinar as atividades do Conselho, e a determinação das medidas necessárias à estruturação do setor administrativo, que tornaria possível iniciar o recebimento de inscrições de pessoas físicas e registro de

peças jurídicas. Em pouco mais de dois meses já haviam sido protocolizados cerca de 700 pedidos de inscrição de profissionais e estabelecimentos farmacêuticos.

Em 2016 o número de inscritos superou 57 mil profissionais e 25 mil estabelecimentos inscritos e ativos, sendo assim, para cumprir com seus objetivos institucionais contou com 290 funcionários efetivos.

2.5. Organograma

O CRF-SP é uma pessoa jurídica de direito público cujas decisões são emanadas de dois órgãos colegiados, denominados Plenário e Diretoria. O primeiro é composto por 15 (quinze) conselheiros, sendo 13 (treze) efetivos e 02 (dois) suplentes. A Diretoria, por sua vez, é composta de Conselheiros integrantes do primeiro, denominados Presidente, Vice-Presidente, Diretor-Tesoureiro e Secretário Geral, responsáveis pelas decisões de caráter *interna corporis* da autarquia. Além disso, possui as Comissões de caráter permanente ou temporário e as Câmaras Técnicas Especializadas. A Figura 1 apresenta o Organograma orgânico do CRF-SP.

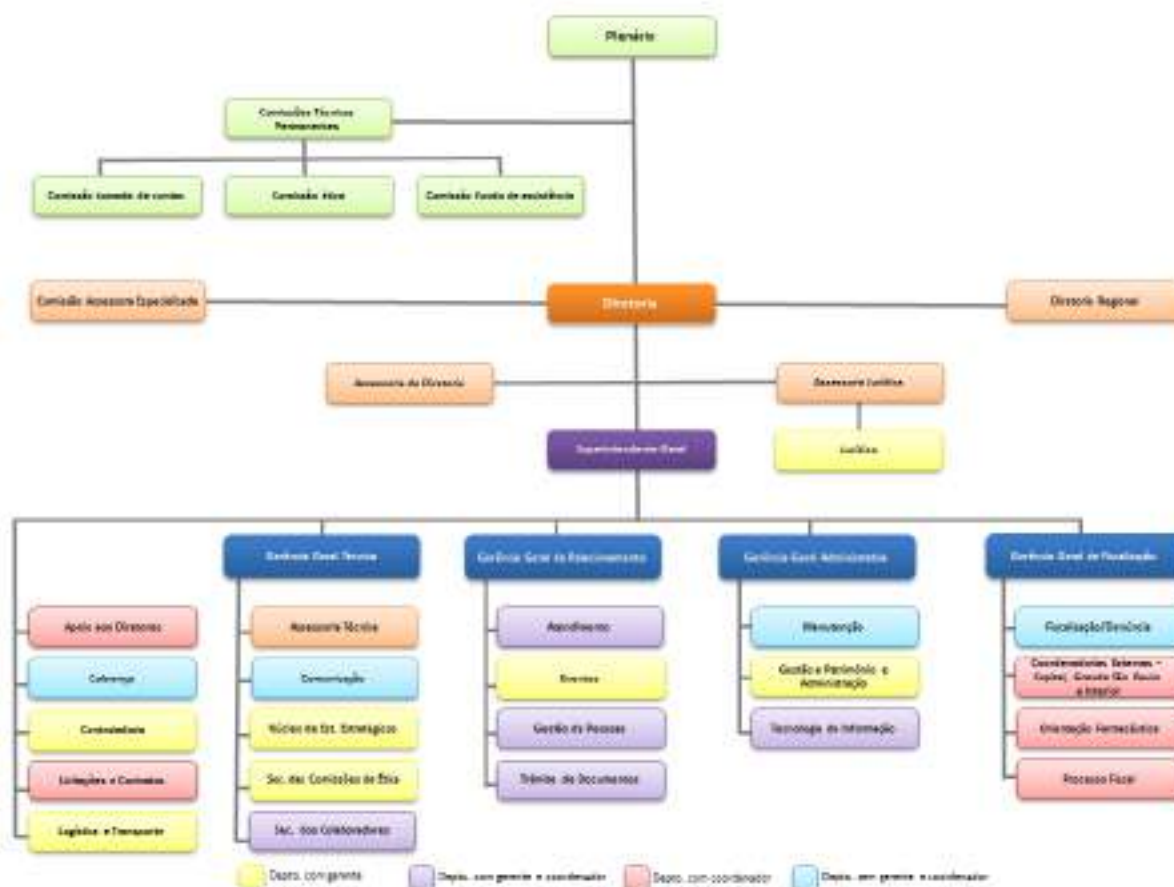


Figura 1: Organograma orgânico do CRF-SP.

A seguir apresenta-se as áreas estratégicas do CRF-SP com as respectivas competências e responsáveis por estas.

O Departamento de Fiscalização internamente é dividido, para fins gerenciais, em atividades de fiscalização externa, setor de denúncia, setor de processo fiscal e setor de orientação farmacêutica.

Área Estratégica Fiscalizadora	Departamento de Fiscalização
Competências	Responsável pelo gerenciamento estratégico das atividades atinentes à Fiscalização. Gerencia as ações exercidas pelos farmacêuticos fiscais em atividade externa nas 44 áreas de fiscalização, bem como as ações desempenhadas pela coordenadoria externa (Capital, Grande São Paulo e Interior) e os setores de Processo Fiscal (análise de recursos), Orientação Farmacêutica e Denúncia, a fim de atender o disposto na alínea “c”, do artigo 10 da Lei n.º 3.820/60.
Titular	Onofre Pinto Ferreira
Cargo	Gerente Geral de Fiscalização
Período de atuação	Desde 01 de abril de 2012

Área Estratégica Fiscalizadora	Coordenadoria Externa
Competências	Responsável pela coordenação operacional das atividades de fiscalização externa, visando a unicidade, integralidade e otimização das ações de fiscalização. Executada por três farmacêuticos fiscais, é responsável pela supervisão das inspeções realizadas através da análise de roteiros, inspeções conjuntas, avaliação quantitativa e qualitativa do trabalho exercido pelos fiscais, além da integração com outras autoridades competentes.
Titular	Lígia Rosa da Costa Pereira
Cargo	Coordenador de Fiscalização Externa – Capital e Grande São Paulo
Período de atuação	Desde 21 de maio de 2012
Titular	Paulo Roberto Ribeiro de Souza
Cargo	Coordenador de Fiscalização Externa – Interior I e Litoral
Período de atuação	Desde 01 de janeiro de 2014
Titular	André Luís Brum de Marino
Cargo	Coordenador de Fiscalização Externa – Interior II
Período de atuação	Desde 01 de fevereiro de 2016

Área Estratégica Fiscalizadora		Setor de Processo Fiscal
Competências	Responsável pelo trâmite dos Termos de Intimação lavrados nas inspeções de fiscalização, análise dos recursos interpostos aos Termos, emissão de multas e reincidências após decisão do Plenário do CRF-SP, trâmite de recurso às multas e encaminhamento de informações para instauração de Processo Ético-Disciplinar.	
Titular	Marcelle Viçoso dos Santos	
Cargo	Coordenadora do Processo Fiscal	
Período de atuação	Desde 07 de janeiro de 2016	

Área Estratégica Fiscalizadora		Setor de Orientação Farmacêutica
Competências	Responsável por prestar informações técnicas e demais esclarecimentos aos profissionais farmacêuticos sobre assuntos relacionados ao seu âmbito de atuação, Código de Ética da Profissão e legislação vigente. Compreende um canal direto de comunicação (via e-mail, chat e telefone) que visa prevenir a instauração de processos éticos através de prévia orientação e aperfeiçoamento do conhecimento técnico e legal do profissional.	
Titular	Daniela Caroline de Camargo Veríssimo	
Cargo	Coordenadora da Orientação Farmacêutica	
Período de atuação	Desde 18 de junho de 2015	

Área Estratégica Fiscalizadora		Setor de Denúncia
Competências	Responsável pelo recebimento e tramitação interna das denúncias encaminhadas voluntariamente ao CRF-SP (telefone, e-mail, correio e protocolos presenciais), envolvendo profissionais e estabelecimentos farmacêuticos, que comprometam a saúde e direito à assistência farmacêutica com qualidade inerente a população. Quando necessário, caso seja verificado que os fatos denunciados envolvem aspectos que fogem à competência do CRF-SP, procede com encaminhamento formal da denúncia devidamente fundamentada ao órgão competente.	
Titular	Évora Franco Pereira	
Cargo	Farmacêutica Fiscal	
Período de atuação	Desde 07 de janeiro de 2016	

Área Estratégica Disciplinar	Secretaria Central das Comissões de Ética
Competências	Responsável pelo apoio administrativo, técnico e jurídico à apuração de infrações éticas. Secretaria os farmacêuticos que compõem a Comissão de Ética da Sede, as Comissões de Ética Descentralizadas que atuam nas Seccionais desta Entidade e Conselheiros Regionais para que sejam garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal em todos os processos éticos disciplinares instaurados, conforme disposto na Resolução do CFF nº 596/14.
Titular	Luciane Maria Ribeiro Neto
Cargo	Gerente
Período de atuação	Desde 03 de fevereiro de 2014

Área Estratégica Cartorial	Departamento de Atendimento
Competências	Responsável pelo atendimento público externo pelos canais: pessoal, telefônico, chat, e-mail, <i>whatsapp</i> , esclarecendo dúvidas referente a procedimentos para regularização de pessoas físicas e jurídicas perante o CRF-SP, realizando pré-análise de documentos e protocolizando as diversas solicitações nos 32 pontos de atendimento.
Titular	Silmara Alves Bonetti
Cargo	Gerente
Período de atuação	Desde 11 de janeiro de 2010

Área Estratégica Cartorial	Departamento de Trâmites de Documentos
Competências	Responsável pela análise de documentos de pessoa física e jurídica com emissão da carteira e cédula de identidade profissional e certidões, após a verificação da regularidade da documentação apresentada.
Titular	Beatriz Maria Chueiri Campos de Oliveira
Cargo	Gerente
Período de atuação	Desde 01 de novembro de 2006

Área Estratégica Orientadora	Gerência Geral Técnica
Competências	Responsável pelos departamentos de Núcleo de Estudos Estratégicos (NEEST), Secretaria dos Colaboradores (SECOL) e Assessoria Técnica que exercem atividades relacionadas a ações para a sociedade, para o farmacêutico e de apoio a educação farmacêutica
Titular	Reggiani Luzia Schinatto
Cargo	Gerência Geral Técnica
Período de atuação	Desde 01 de janeiro de 2010

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Planejamento Organizacional

O Planejamento Organizacional do CRF-SP envolve práticas gerenciais, voltadas à obtenção de resultados, decorrente da fixação de metas e ações voltadas ao cumprimento da missão institucional de zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas na sua circunscrição.

O Plano Estratégico do CRF-SP está vinculado às diretrizes estabelecidas para o respectivo ano. As diretrizes apresentadas abaixo foram determinadas nos objetivos dos macroprocessos institucionais do CRF-SP: (i) Fiscalização do Exercício Profissional, (ii) Ética Profissional, (iii) Atendimento às pessoas físicas e jurídicas e (iv) Ações voltadas ao Farmacêutico.

Diretriz 1: Fiscalizadora

Objetivo 1: Manter a fiscalização em estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária a atuação de farmacêutico.

Meta: Índice de 100% no atendimento à fiscalização normativa no ano.

Objetivo 2: Diminuir o número de estabelecimentos ilegais e irregulares por meio da intensificação da fiscalização em estabelecimentos ilegais e irregulares.

Meta: Redução em 1% na taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares por ano.

Diretriz 2: Disciplinar

Objetivo 1: Garantir a eficácia e a razoável duração do trâmite de processo ético disciplinar nesta instância.

Meta: Prazo máximo de conclusão do trâmite de processo ético disciplinar de 3 anos.

Diretriz 3: Cartorial

Objetivo 1: Atender com qualidade os usuários do CRF-SP.

Meta: 80% de satisfação do usuário no ano do exercício.

Objetivo 2: Diminuir o prazo para a emissão da certidão de regularidade.

Meta: Emitir em até 48 horas 50% das solicitações e de 48 a 72 horas, as demais solicitações.

Diretriz 4: Orientadora

Objetivo 1: Capilaridade da capacitação técnica.

Meta: Ampliar o acesso a capacitação técnica ofertando 2 novos temas de atualização/capacitação *online* por ano.

O Plano Operacional visa implementar ações que permitam a contribuição direta ao Plano Estratégico.

Macroprocessos finalísticos

O Plano Estratégico do Biênio 2014/2015 do CRF-SP estabeleceu 6 macroprocessos sob a ótica das competências constitucionais e legais, bem como dos resultados esperados segundo as necessidades da sociedade. São eles: fiscalização do exercício profissional, ética profissional, atendimento a pessoas físicas e jurídicas, ações para a sociedade, ações para o farmacêutico e ações de apoio à educação farmacêutica, voltadas à melhoria da qualidade de vida da população e exercício ético da profissão.

Para 2016, a Entidade analisou este plano e optou pela estratégia de execução dos objetivos estabelecidos no planejamento de modo progressivo e seletivo, em médio e longo prazo, estendendo-os para o ano de 2016 com o compromisso de revisão para 2017.

A seguir são apresentados os macroprocessos com os respectivos processos, produtos e necessidades. Ressalta-se que a organização institucional está em contínua análise crítica. Dessa forma, as definições dos macroprocessos e de seus respectivos procedimentos poderão evoluir por meio de acréscimos, supressões e redefinições de seus escopos visando a melhoria contínua.

◆ Fiscalização do Exercício Profissional

A fiscalização do exercício profissional é competência legal do CRF-SP, conforme previsto no artigo 10 da Lei nº 3.820/60. Decorrente disso tem como missão orientar e fiscalizar o profissional farmacêutico de forma a torná-lo consciente da importância da conduta ética da profissão em benefício da saúde pública, buscando a

regularidade e o resguardo da assistência farmacêutica à população.

As diretrizes da fiscalização seguem as decisões aprovadas pelos Conselheiros Regionais em Reunião Plenária e o planejamento para esta atividade está regulamentado pela Resolução CFF nº 600/14. Todos os procedimentos adotados em fiscalização pelos fiscais do CRF-SP estão devidamente embasados na legislação vigente.

Com o objetivo de garantir assistência farmacêutica à população, há a diretriz de intensificação de fiscalização dos estabelecimentos ilegais e irregulares, ou seja, maior frequência de inspeções fiscais nesses estabelecimentos. São considerados estabelecimentos ilegais aqueles que não possuem registro e não tem farmacêutico responsável técnico perante o CRF-SP. Estabelecimentos irregulares são aqueles que já possuem registro no CRF-SP, entretanto estão sem farmacêutico como responsável técnico ou não possuem assistência farmacêutica integral prevista em lei.

O CRF-SP possui um quadro de 62 farmacêuticos fiscais, sendo que 13 fiscais atuam internamente em cargos de: superintendência, gerências, coordenação e orientação, 03 coordenadores externos e 46 fiscais atuam na fiscalização externa. Para garantir a qualidade do trabalho realizado, o Estado de São Paulo foi dividido em 44 áreas de fiscalização, com um profissional fixo em cada área e 02 fiscais itinerantes para dar suporte e substituí-los em eventuais licenças e férias.

Quadro 3. Macroprocesso da Fiscalização do Exercício Profissional

Fiscalização do Exercício Profissional	
Processo 1 Fiscalizador	Fiscalização dos estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária a atuação de farmacêutico.
Produto	Termos de inspeção e ficha de verificação* (minimamente uma vez ao ano, em todos os estabelecimentos fiscalizados). Termo de inspeção de intimação/auto de infração* (estabelecimentos sem registro; sem responsável técnico; sem assistência farmacêutica no horário integral de funcionamento; sem a devida prestação de assistência farmacêutica; constatação de leigo exercendo atividade privativa da profissão e constatação de farmacêuticos em quantidade insuficiente para a realização das atividades privativas da profissão, para as quais, pela legislação vigente, há necessidade de profissionais distintos).
Necessidade	Intensificar a fiscalização dos estabelecimentos ilegais e irregulares.
*Fichas elaboradas em consonância com a Resolução do CFF nº 600/14	
Processo 2 Orientador	Orientação farmacêutica no ato da inspeção

Produto	Orientação preventiva e orientação corretiva ao farmacêutico acerca das não conformidades constatadas.
Necessidade	Dar conhecimento ao profissional das obrigações legais atreladas as não conformidades, constituindo uma ferramenta educativa para minimizar futuras infrações éticas.
Processo 3 Orientador	Orientação farmacêutica mediante convocação por demanda interna
Produto	Orientação ao farmacêutico acerca de assuntos específicos que chegaram ao conhecimento do CRF-SP
Necessidade	Esclarecer os fatos identificados ou encaminhados ao CRF-SP, visando obter esclarecimentos e, quando necessário, dar conhecimento ao profissional da não conformidade constatada em descumprimento à legislação vigente com a finalidade de corrigir e evitar infrações éticas.
Processo 4 Orientador	Orientação farmacêutica por demanda espontânea
Produto	Orientação ao farmacêutico acerca de questionamentos técnicos e legais (telefone, e-mail ou chat <i>online</i>) Orientação ao farmacêutico acerca das exigências técnicas e legais da assunção de responsabilidade técnica
Necessidade	Esclarecer questionamentos técnicos e legais dos profissionais.
Processo 5 Fiscalizador	Apresentação ao Presidente do CRF-SP de relatórios de fiscalização envolvendo condutas antiéticas de profissionais inscritos
Produto	Informação sobre condutas profissionais para análise da viabilidade de instauração de processo ético disciplinar
Necessidade	Atender ao regulamentado no Anexo II da Resolução do CFF nº 596/14 para apuração ética da não conformidade
Processo 6 Disciplinar	Denúncia
Produto	Ofícios a outros órgãos e entidades referentes a não conformidades identificadas em inspeção fiscal ou de conhecimento do CRF-SP que não são de competência deste Relatórios de apuração de denúncias
Necessidade	Dever-Poder de agir da administração pública para que outras autoridades tomem medidas cabíveis, atendendo ao disposto no artigo 10, alínea “c” da Lei nº. 3.820/60. Apurar os fatos para fins de encaminhamentos às esferas ética, civil e criminal
Processo 7 Fiscalizador	Análise de recursos aos termos de inspeção fiscal
Produto	Ofícios de respostas Encaminhamento de recurso ao CFF
Necessidade	Atender ao estabelecido na Resolução do CFF nº 566/12

Processo 8 Fiscalizador	Execução
Produto	Emissão e encaminhamento de multas Instauração e Instrução do processo administrativo
Necessidade	Aplicar a penalidade aos infratores (estabelecimentos ilegais e irregulares) Atender ao direito de recurso

◆ Ética Profissional

O CRF-SP, em sua competência disciplinar, é regulamentado pela Resolução do CFF nº 596/14, que aprova o código de ética farmacêutica (Anexo I), o código de processo ético (Anexo II) e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares (Anexo III).

As comissões de ética, que compõem as Câmaras Técnicas Permanentes, têm a competência de emitir parecer, motivadamente, pela abertura ou não de processo ético disciplinar e sua instrução quando for instaurado pelo Presidente do CRF-SP, além de instruí-los e ao final apresentarem relatórios conclusivos, de acordo com as provas para embasar o julgamento que é realizado pela Plenária do CRF-SP.

Em 2016, 23 Comissões de Ética atuaram na tramitação de processos éticos no Estado alocadas uma na Sede e 22 em seccionais (Adamantina, Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Fernandópolis, Franca, Guarulhos, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Zona Leste).

Quadro 4. Macroprocesso da Ética Profissional

Ética Profissional	
Processo 1 Disciplinar	Análise e decisão sobre a viabilidade de abertura de processo ético disciplinar
Produto	Parecer de viabilidade elaborado pela Comissão de Ética
Necessidade	Subsidiar a decisão do Presidente do CRF-SP sobre a viabilidade de abertura de processo ético-disciplinar, com base nos indícios apresentados na denúncia recebida
Processo 2 Disciplinar	Instrução Processual, respeitando o devido processo legal e garantindo a ampla defesa e o contraditório
Produto	Relatório conclusivo com a apreciação do valor probatório das provas
Necessidade	Subsidiar o julgamento do processo ético realizado pela plenária do CRF-SP

Processo 3 Disciplinar	Julgamento
Produto	Acórdão de decisão plenária
Necessidade	Aplicar sanção disciplinar
Processo 4 Disciplinar	Recurso
Produto	Acórdão de decisão plenária do CFF
Necessidade	Atender ao direito de recurso conforme disposto na Res nº 596/14 do CFF
Processo 5 Disciplinar	Execução
Produto	Aplicação da penalidade
Necessidade	Resguardar a sociedade, educar o profissional e prevenir a ocorrência de novas infrações.
Processo 6 Disciplinar	Revisão
Produto	Acórdão de decisão plenária
Necessidade	Revisar processo ético disciplinar após a apresentação de novos fatos

◆ Atendimento às pessoas físicas e jurídicas

O CRF-SP visa atender o usuário com qualidade e segurança nas informações. Conta com 6 canais de atendimento: pessoal, telefônico, eletrônico, por e-mail, por chat e por *whatsApp*. O atendimento pessoal, telefônico e por e-mail são realizados em todas as seccionais, sub-sedes e na Sede do CRF-SP. O atendimento por chat e *whatsApp* são exclusivamente realizados por funcionários da Sede e atendem todo o Estado de São Paulo. O atendimento realiza uma checagem dos documentos no ato do atendimento, registrando as solicitações como protocolos. Estes protocolos juntamente com os documentos seguem para o Departamento de Trâmite de Documentos que executa o procedimento através da inserção de dados no cadastro e análise da documentação, que se desdobram na emissão de documentos ou ofícios, e conclui com a digitalização do processo iniciado pelo protocolo.

Quadro 5. Macroprocesso do atendimento à pessoa física e jurídica

Atendimento de pessoa física e jurídica	
Processo 1	Controle de distribuição de documentos nas áreas da sede do CRF-SP
Produto	Listagem de encaminhamento de documentos datadas e assinadas
Necessidade	Rastreabilidade e controle dos documentos protocolizados.
Processo 2	Protocolização de documentos com registro das informações em sistema informatizado
Produto	Registro das informações no cadastro de pessoa física e jurídica do CRF-SP
Necessidade	Manter o cadastro atualizado para consulta de todas as áreas do CRF-SP, em tempo real e garantir o atendimento do requisitante.
Processo 3	Análise de documentos protocolizados e inserção de dados no cadastro informatizado do CRF-SP
Produto	Emissão de certidões, carteiras e cédulas de identidade profissional
Necessidade	Conferência de regularidade à pessoa física e jurídica

◆ Ações para a sociedade

As ações do CRF-SP para a sociedade visam, principalmente, a promoção do Uso Racional de Medicamentos e a garantia do direito à assistência farmacêutica por meio de atividades de educação em saúde, palestras, ações na comunidade, entrevistas em veículos de comunicação, veiculação de publicidade, participação em projetos de leis que versam sobre questões de saúde e contatos com gestores públicos para melhoria da assistência farmacêutica oferecida aos cidadãos.

Quadro 6. Macroprocesso de ações para a sociedade

Ações para a sociedade	
Processo 1	Orientador
Produto	Educação em saúde por meio de palestras e ações diretamente nas comunidades
	Materiais impressos e disponíveis para download
	Aplicativo para celular
	Veiculação de campanhas e entrevistas em meios de comunicação de massa Portal na Internet
Necessidade	Contribuir na promoção da saúde Promover à sociedade informação relacionada à saúde, em especial sobre o uso racional de medicamentos e o direito à assistência farmacêutica
Processo 2	Disciplinar
Produto	Regularização da assistência farmacêutica na rede pública municipal
	Participação em Conselhos de Saúde Estadual e Municipais

	Ações junto a agentes políticos buscando intervenções em medidas provisórias, projetos de lei, leis municipais, revisão de normas e contribuições a consultas públicas
Necessidade	Garantir assistência farmacêutica e o uso racional de medicamentos
	Contribuir na propositura de políticas de saúde
	Zelar pela saúde pública

◆ Ações para o farmacêutico

As ações do CRF-SP para o farmacêutico visam, principalmente, a atualização profissional por meio de realização de capacitações técnicas para que o farmacêutico promova o Uso Racional de Medicamentos e ofereça produtos e serviços de qualidade à população, a qual é assegurada pela atuação de farmacêuticos tecnicamente habilitados e conscientes de seu papel social.

Quadro 7. Macroprocesso de ações para o farmacêutico

Ações para o farmacêutico	
Processo 1	Orientador
Produto	Curso presencial, capacitações e atualizações à distância
	Materiais técnicos impressos e disponíveis para download (fascículos, manuais, cartilhas, informes técnicos)
	Eventos diversos (congressos, encontros, seminários, fóruns, palestras, workshop, simpósios e mesas redondas)
	Revista do Farmacêutico e Boletins Eletrônicos
	Aplicativo para celular
	Descentralização
Necessidade	Assegurar a oferta de produtos e serviços farmacêuticos de qualidade à população
	Promover ao farmacêutico informações relacionadas ao exercício da profissão

◆ Ações de apoio à educação farmacêutica

O CRF-SP realiza ações com o objetivo de contribuir na formação e aprimoramento de profissionais conscientes de seu papel social e ético perante a população.

Quadro 8. Macroprocesso de ações de apoio à educação farmacêutica

Ações de apoio à educação farmacêutica	
Processo 1	Orientador
Produto	Livreto - Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica
	Palestras
	Informativo às Instituições de Ensino
Necessidade	Subsidiar o ensino de deontologia e legislação farmacêutica
	Destacar a importância do farmacêutico para a sociedade e a ética profissional
	Destacar as diversas áreas de atuação do farmacêutico e sua contribuição para sociedade em cada uma destas
	Promover a divulgação de Resoluções relacionadas ao âmbito profissional e à educação farmacêutica
Processo 2	Disciplinar
Produto	Participação no Grupo de Trabalho dos Conselhos e Atividades Fim da Saúde
Necessidade	Contribuir na formação ética dos profissionais
	Preservar a qualidade da educação farmacêutica

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O plano de ação da entidade teve os seguintes objetivos:

Objetivo 1	Expansão e desenvolvimento contínuo da área de Tecnologia da Informação
Projeto 1	Desenvolvimento de Sistema de Fiscalização Móvel
Meta	Implantar sistema de fiscalização móvel, que possibilite fiscalizar e orientar empresas e profissionais de forma eletrônica com <i>tablet</i> até dezembro 2016
Projeto 2	Aperfeiçoamento dos sistemas de cobrança da autarquia para possibilitar cobrança registrada
Meta	Criar novos sistemas que possibilitem o uso de boletos registrados até dezembro 2016
Projeto 3	Implantação de novas funcionalidades e sistemas para aumento das informações disponíveis no portal da transparência
Meta	Desenvolver relatórios e dar apoio na aquisição de plataforma de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) até agosto 2016
Projeto 4	Farmasis - ERP (<i>Enterprise Resource Planning</i>)
Meta	Desenvolver sistema único para utilização pelos Conselhos, por meio da adesão a convênio orquestrado pelo CFF até dezembro 2017
Projeto 5	Modernização os canais de autoatendimento do CRF-SP

Meta	Modernizar o layout dos sistemas de atendimento eletrônico pela Internet até outubro de 2016
-------------	--

Objetivo 2	Capacitação técnica para contribuir na atuação ética e tecnicamente consciente do farmacêutico na sociedade
Projeto 1	Fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde
Meta	Publicar 1 edição por ano
Projeto 2	Revista do Farmacêutico
Meta	Publicar 4 edições por ano
Projeto 3	Atualização/publicação de Cartilhas das Comissões Assessoras
Meta	Atualizar/publicar 3 cartilhas por ano
Projeto 4	Eventos relacionados a áreas de atuação específica do farmacêutico
Meta	Realizar 10 eventos específicos por ano
Projeto 5	Congresso
Meta	Realizar 1 congresso a cada 2 anos
Projeto 6	Cursos presenciais
Meta	Realizar 2 cursos por seccional e 10 cursos na sede por ano
Projeto 7	Atualizações/capacitações <i>online</i>
Meta	Disponibilizar 2 novos temas por ano na plataforma de ensino à distância do CRF-SP

Objetivo 3	Capacitação da equipe de fiscalização
Projeto 1	Capacitações sobre boas práticas farmacêuticas nos diversos ramos do âmbito profissional
Meta	Promover 16 h de treinamento para cada fiscal em 2016
Projeto 2	Capacitação sobre procedimentos adotados na fiscalização e orientação farmacêutica
Meta	Promover 12 h de treinamento para cada fiscal em 2016

Objetivo 4	Ampliação do quadro de fiscais
Projeto 1	Melhoria da gestão e atendimento da demanda
Meta	Criação de uma vaga no Setor de Orientação Farmacêutica (Coordenação)

Objetivo 5	Fiscalização focada na irregularidade
Projeto 1	Intensificar a fiscalização em empresas irregulares
Meta	Realizar 3 inspeções no ano em cada estabelecimento ilegal ou irregular

Objetivo 6	Apoio à educação farmacêutica
Projeto 1	Promover discussões sobre a criação de um projeto de lei acerca do exame de proficiência/avaliação do egresso/graduação em EAD Promover discussões sobre o exame de proficiência/avaliação do egresso
Meta	Realizar 2 reuniões por ano sobre o assunto
Projeto 2	Promover discussões e acompanhamento sobre a qualidade e diretrizes para os cursos de Farmácia
Meta	Promover 1 fórum de discussão por ano

Objetivo 7	Contribuição para os avanços da profissão
Projeto 1	Incentivar a prática da prescrição farmacêutica para garantia da segurança do paciente na utilização de medicamentos isentos de prescrição médica
Meta	Realizar 5 cursos/palestras/eventos por ano sobre o tema
Projeto 2	Incentivar a atuação do farmacêutico na área clínica (Resolução do CFF nº 585/13)
Meta	Realizar 10 cursos/palestras/eventos por ano
Projeto 3	Fomentar a discussão sobre novas áreas de atuação do farmacêutico
Meta	Criar 2 grupos de discussão (atenção ao idoso e suplementos alimentares) até dezembro de 2016
Projeto 4	Fomentar a discussão sobre aplicação de vacinas em farmácias
Meta	Apresentar minuta de projeto de lei sobre o tema em 1 município por ano

Objetivo 8	Promoção do uso racional de medicamentos
Projeto 1	Fomentar discussões e implementar ações do Farmacêutico na dispensação e correta orientação aos usuários sobre os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) e condicionados à prescrição – Incentivar o Uso Racional de Medicamentos
Meta	Apresentar minuta de projeto de lei sobre o tema em 1 município por ano
Projeto 2	Fomentar discussões e implementar ações para que o Farmacêutico atenda às diretrizes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) instituído pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Meta	Realizar 2 cursos presenciais por ano

Objetivo 9		Diminuição dos prazos de conclusão dos processos éticos disciplinares
Projeto 1	Capacitação dos novos membros das Comissões de Ética no trâmite processual	
Meta	Promover a capacitação de 100% dos novos membros no corrente ano	
Projeto 2	Capacitação dos agentes administrativos que secretariam as Comissões de Ética	
Meta	Promover a capacitação de 100% dos agentes administrativos até dez/17	
Projeto 3	Capacitação permanente dos presidentes das Comissões de Ética	
Meta	Promover 2 capacitações por ano dos presidentes das Comissões de Ética	

Objetivo 10		Melhoria do atendimento
Projeto 1	Ampliar os canais de atendimento do CRF-SP	
Meta	Criar canal de atendimento via <i>whatsApp</i>	
Projeto 2	Capacitações comportamentais e técnicas de funcionários do atendimento	
Meta	Realizar treinamento anual	
Projeto 3	Fornecer feedback mensalmente aos funcionários que atuam na central telefônica a fim de apontar erros de acordo com critérios estabelecidos	
Meta	Monitorar mensalmente no mínimo 1% das ligações por meio de escutas telefônicas com posterior <i>feedback</i> aos funcionários pelo coordenador da área	
Projeto 4	Implementar o formato de vídeo conferência na capacitação dos funcionários do Departamento alocados fora da Sede	
Meta	Realizar 2 treinamentos por vídeo conferência no corrente ano	
Projeto 5	Aperfeiçoar o indicador PECR (Prazo de Emissão de Certidão de Regularidade)	
Meta	Adequação o mecanismo de coleta de dados para análise do indicador PECR no corrente ano.	

Objetivo 11		Ações para a sociedade
Projeto 1	Farmacêutico na Praça	
Meta	Realizar 1 farmacêutico na Praça simultâneo (abrangendo no mínimo 20 cidades, além da Capital) no ano	
Projeto 2	Palestras na Comunidade	
Meta	Ministrar 50 palestras no ano para o público em geral	
Projeto 3	Semana de Atenção Farmacêutica (SAF)	
Meta	Atingir 5.000 alunos de escolas de ensino fundamental II e médio com palestras da SAF	
Projeto 4	Campanhas de Educação em Saúde	
Meta	Promover 1 Campanha por ano	

3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Para subsidiar o cumprimento de suas competências institucionais no exercício, o Planejamento Estratégico do CRF-SP é pautado pelas diretrizes estabelecidas pela Diretoria e Colaboradores, ratificado pelo Plenário e são desenvolvidos pelas áreas, destacando-se aquelas responsáveis por executar os macroprocessos.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Conforme previsto pela Resolução do CFF nº 600/14, o farmacêutico fiscal deve cumprir meta normativa de fiscalização diária. O cumprimento desta meta, bem como a redução na taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares é monitorado mensalmente por meio dos Mapas Diários e Mensais de Produtividade de cada fiscal, analisados pelo respectivo Coordenador de Fiscalização Externa. Os dados são compilados em um relatório de atividade fiscal com encaminhamento mensal ao CFF.

Quanto ao compromisso de concluir o trâmite processual nesta instância em até 3 anos, regularmente os prazos de cada passo da apuração da infração ética são monitorados e quando necessário apresentados para análise crítica ao Conselho de Presidentes das Comissões de Ética para propostas de ações que permitam o cumprimento da meta. Este Conselho se reúne no mínimo 4 vezes ao ano quando são analisados os relatórios que apresentam o andamento de cada Processo Ético Disciplinar (PED).

A fim de monitorar o grau de satisfação dos usuários com o atendimento do CRF-SP as pesquisas de satisfação as respostas são avaliadas periodicamente a fim de acompanhar os resultados e adotar medidas cabíveis para o cumprimento da meta.

O acompanhamento da diretriz relacionada à capilaridade da capacitação técnica é realizado periodicamente por meio de dados apresentados nas reuniões do Comitê de Educação Permanente (CEP) do CRF-SP, que é responsável por avaliar os dados e propor ações para o cumprimento da meta.

3.3. Desempenho orçamentário

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Conteúdo não aplicável à Unidade Prestadora de Contas (UPC): Autarquia Pública Federal fiscalizadora da profissão não é regida pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e por não integrar o Orçamento Geral da União.

O orçamento do CRF-SP para o ano de 2016, elaborado segundo os conceitos técnicos formais estabelecidos na Lei nº 4.320/64 orçou as receitas e fixou a despesas nos montantes iguais a R\$ 59.441.000,00 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil reais). Durante o exercício efetuou-se reformulação orçamentária (para mais) de R\$ 13.240.600,00 (treze milhões, duzentos e quarenta mil e seiscentos reais), resultando no orçamento final de R\$ 72.681.600,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

A reformulação efetuada no exercício de 2016 teve como fonte o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores.

O Orçamento de 2016 foi aprovado conforme deliberação Plenária nº 14/15 de 19/10/2015 e a reformulação pela decisão da Reunião Plenária de 22/08/2016 (trecho 5.13).

A execução orçamentária demonstra a observância do cumprimento dos orçamentos elaborados atingindo as previsões de recebimentos e cumprimento dos objetivos estabelecidos no orçamento aprovado.

As receitas arrecadadas alcançaram em 2016 a cifra de R\$ 63.243.181,24 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 1.510.660,40 ou seja 2,45% em relação à 2015, decorrente principalmente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.926.965,34, ou seja, 8,6 % no período 2016/2015.

As despesas empenhadas pela entidade em 2016 alcançaram a cifra de R\$ 66.278.047,26, com crescimento de 14,1 % em relação a 2015, representada principalmente pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.837.530,48 – 8,4% no período 2016/2015.

Conforme o demonstrativo do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2016 é apresentado um Déficit apurado no sistema Orçamentário no montante de R\$ 3.034.866,02 (três milhões, trinta e quatro mil e oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

Este Déficit reflete somente no Patrimônio do CRF-SP, sendo absorvido com a utilização de saldo financeiro acumulado em exercício anterior, para manutenção do Orçamento de 2016. A Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis na íntegra se encontra no Apêndice 1, sendo este tópico tratado no item referente ao Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, e o orçamento anual está contido no Apêndice 2.

3.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos

A Lei 3.820/60 que cria o CFF e os Conselhos Regionais de Farmácia, estabelece que as receitas auferidas são distribuídas à razão de $\frac{1}{4}$ ao primeiro e $\frac{3}{4}$ aos respectivos Regionais, nos termos dos artigos 26 e 27, não havendo transferência de recursos a outras entidades ou execução orçamentaria descentralizada nas seccionais do CRF-SP.

3.3.3. Informações sobre realização das receitas

As receitas arrecadadas alcançaram em 2016 a cifra de R\$ 63.243.181,24 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 1.510.660,40, ou seja, 2,45% em relação à 2015, decorrente principalmente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.926.965,34, ou seja, 8,6 % no período 2016/2015. O Demonstrativo da Receita está apresentado no Apêndice 3.

3.3.4. Informações sobre execução das despesas

As despesas empenhadas pela entidade em 2016 alcançaram a cifra de R\$ 66.278.047,26, com crescimento de 14,1 % em relação a 2015, representada principalmente pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.837.530,48 – 8,4% no período 2016/2015. Vide Apêndice 4 - Demonstrativo das Despesas por Grupo e Elementos de despesa e Apêndice 5 - Despesas por Modalidade de Licitação.

3.4. Desempenho operacional

Os resultados operacionais estão evidenciados pela natureza e quantidade dos produtos oriundos dos processos, quando possível comparativamente ao ano anterior, e segregados por macroprocessos.

3.4.1. Fiscalização do exercício profissional

Em 2016, foram lavrados um total de 79.149 documentos fiscais, sendo 66.137 termos de visita, 9.072 termos de intimação/auto de infração e 3.940 autos de infração à distância (reincidências). A média de termos lavrados por mês foi igual a 6.595. Quanto à FVEEP, foram preenchidas 25.459 fichas.

Esclarece-se que de acordo com os dados cadastrais originados com as ações de fiscalização nos estabelecimentos com atividades privativas e assistência integral, o percentual de presença de farmacêutico no horário declarado foi de 93%. Ressalta-se que foram realizadas inspeções no horário declarado em Termo de Compromisso pelo farmacêutico, bem como, fora do horário de assistência declarado pelo profissional em Termo de Compromisso, como forma de garantir a assistência farmacêutica à população durante todo o horário de funcionamento nas farmácias (com e sem manipulação) e distribuidoras, nos termos do artigo 6º da Lei nº 13.021/14 e artigo 11 da MP nº 2.190-34/01.

O número de autuações decorrente da constatação de atividades privativas sendo exercidas por leigos aumentou 53% quando comparado ao exercício anterior (2015 = 183; 2016 = 280), evidenciando os esforços e compromisso do CRF-SP na defesa do âmbito profissional farmacêutico, regulamentado no art. 1º do Decreto n.º 85.878/81. O treinamento da equipe de fiscais em boas práticas farmacêuticas, preenchimento de FVEEP e em fundamentação legal dos autos de infração contribuíram para o aumento observado.

Quanto ao preenchimento da FVEEP, necessário para observar o cumprimento da legislação vigente no exercício profissional, adota-se o “índice de atendimento à meta de preenchimento de FVEEP”, tendo como meta 90% do número de estabelecimentos registrados ao término do exercício anterior. Esta margem justifica-se pela impossibilidade de preenchimento de FVEEP em estabelecimentos fechados, encerrados ou com as atividades ainda não iniciadas no decorrer do ano.

Índice de atendimento à meta de preenchimento de FVEEP (%) = (número de lavraturas de termos com FVEEP realizados no corrente ano/ número de estabelecimentos registrados no exercício anterior) x 100

Foram preenchidas 25.459 FVEEP, sendo que a eficácia alcançada foi de 97,77%, indicando que a meta foi atingida.

No tocante à intensificação da fiscalização em estabelecimentos ilegais e irregulares, além da manutenção da rotina nos demais estabelecimentos, faz-se uso do “índice de inspeções noturnas e autos de infração decorrentes de reincidências (irregularidades não sanadas no prazo)”, cuja meta é atender 100% da estimativa estabelecida no Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP para o corrente ano.

Índice de inspeções noturnas e autos de infração decorrentes de reincidências (irregularidades não sanadas no prazo) (%) = $(\sum n^{\circ} \text{inspeções noturnas e } n^{\circ} \text{ autos de infração à distância realizados no corrente ano} / n^{\circ} \text{ inspeções noturnas e } n^{\circ} \text{ autos de infração à distância estabelecidos no Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP para o referido ano}) \times 100$

No ano de 2016 foram realizadas 8.325 inspeções entre 18:00hs e 06:00hs, além de 3.940 autos de infração decorrentes de reincidências (irregularidades não sanadas no prazo), compreendendo uma eficácia de 125,15%.

Visando avaliar a proporção de estabelecimentos ilegais e sem farmacêutico responsável, faz-se uso do indicador “taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável”.

Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável (%) = $[(\text{média mensal do número de estabelecimentos sem registro, sem cadastro e sem responsável técnico oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano}) / (\text{média mensal do número de estabelecimentos regulares, ilegais e irregulares oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano})] \times 100$

Corroborando com as constatações fiscais, o número de estabelecimentos ilegais e sem farmacêutico responsável perante o CRF-SP reduziu cerca de 2,08% nos últimos cinco anos (Gráfico 1).

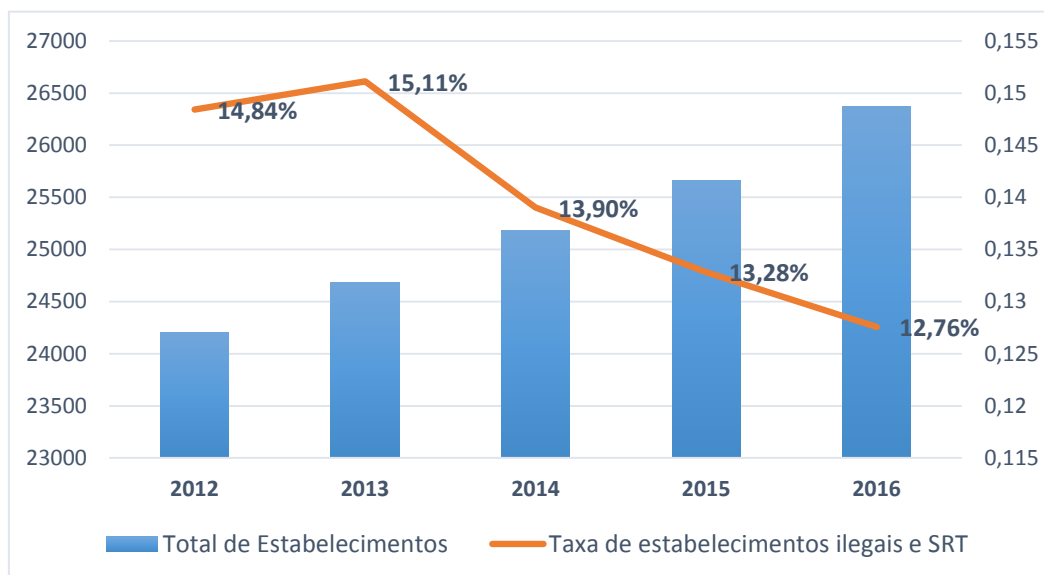


Gráfico 1. Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável (%) no período compreendido entre 2012 e 2016

Visando aferir a presença do profissional em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada, faz-se uso do indicador de “taxa de devida e efetiva assistência farmacêutica em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada”, bem como, do indicador de “taxa de devida e não efetiva assistência farmacêutica em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada” (com constatações fiscais de farmacêuticos ausentes):

Taxa de devida e efetiva assistência farmacêutica (%) = n° de constatações fiscais de farmacêuticos presentes em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada / n° total de termos lavrados no referido ano) x 100

Taxa de devida e não efetiva assistência farmacêutica (%) = n° de constatações fiscais de farmacêuticos ausentes, sem justificativa prévia, em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada no referido ano / n° total de termos lavrados no referido ano) x 100

A avaliação dos indicadores supracitados nos últimos 5 anos visa demonstrar a efetividade das ações desta entidade na conscientização gradativa da importância do cumprimento da assistência farmacêutica firmada em termo de

compromisso. A efetividade caracteriza-se pela manutenção da linha de tendência de crescimento relacionada à constatação de assistência farmacêutica, em contraposição a redução da constatação de devida e não efetiva assistência farmacêutica no corrente ano.

No exercício de 2016, foram realizadas 49.564 constatações de presença, representando 62,63% de devida e efetiva assistência farmacêutica, ao tempo que foram constatadas 4.218 ausências não justificadas de profissionais farmacêuticos, representando 5,33% de devida e não efetiva assistência farmacêutica.

Com intuito de monitorar o direito do cidadão à assistência farmacêutica, observa-se por meio do Gráfico 2 o crescimento da presença do profissional em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada. É possível constatar a evolução gradativa da assistência farmacêutica no Estado de São Paulo, visualizada com o aumento de 7,80% nos últimos cinco anos.

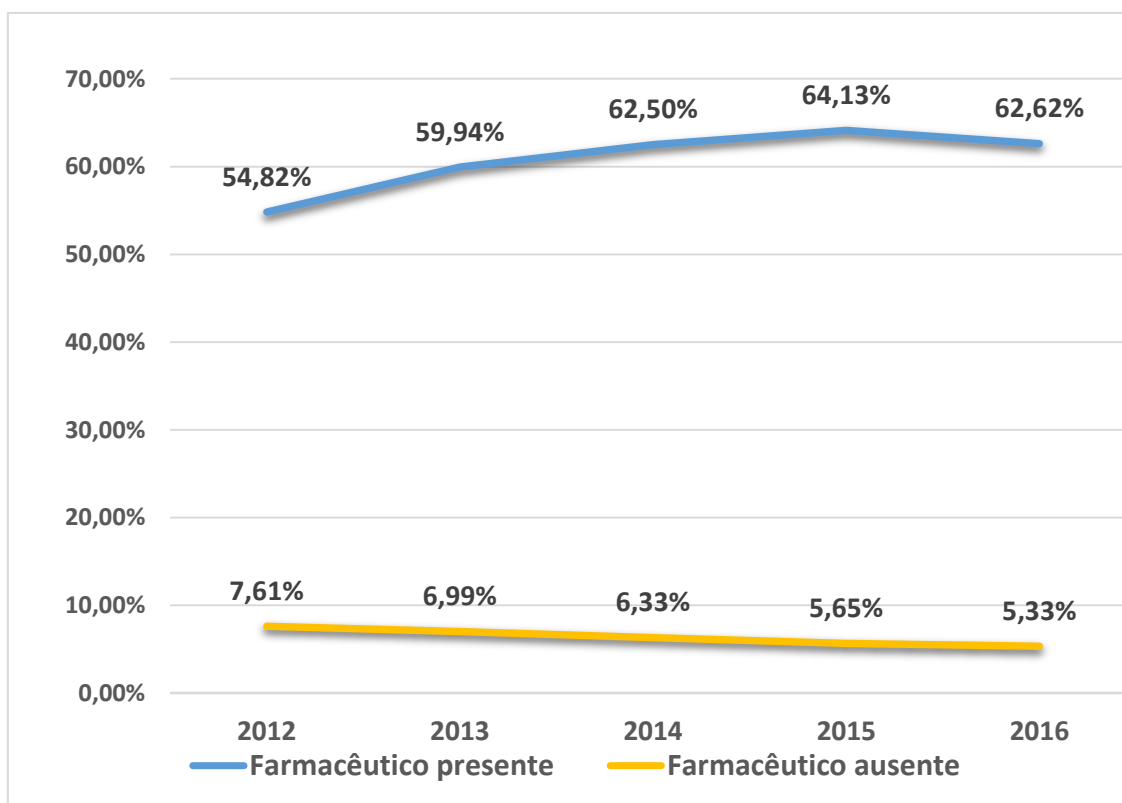


Gráfico 2. Comparativo das taxas de devida e não efetiva assistência farmacêutica no período compreendido entre 2012 e 2016

A diminuição gradativa do índice de estabelecimentos ilegais e sem farmacêutico responsável corroborada pela redução da taxa de devida e não efetiva

assistência farmacêutica, demonstra a efetividade dos trabalhos realizados pela fiscalização.

No ano de 2016, foram recebidas 1.274 denúncias, que em conjunto com as irregularidades detectadas nas ações da fiscalização, geraram a demanda de 1.829 ofícios a farmacêuticos, estabelecimentos e outros órgãos públicos (VISAs, Anvisa, CVS, Coren-SP, Cremesp, Crefito-3, CRO-SP, CRF-RS, CRF-MG, CRBM-1, Crea-SP, CRN-3, MS, Sinfar-SP, Procon, Delegacias, Ministério Público).

Com este trabalho conseguiu-se detectar e impedir a prática de várias irregularidades, tais como: declaração de horários falsos de funcionamento de drogarias e farmácias, exercício ilegal da profissão farmacêutica, entre outras.

Com fundamento no inciso I, artigo 30 da Lei nº 8.666/93, o Departamento de Fiscalização também expediu 51 Certidões para fins de Licitações, certificando os estabelecimentos registrados e com Responsável Técnico(a) Farmacêutico(a) após solicitação dos interessados.

Em 2016 o Setor de Orientação Farmacêutica realizou 9.026 atendimentos telefônicos, respondeu 3.387 e-mails esclarecendo dúvidas técnicas e de legislação e atendeu 1.800 farmacêuticos via chat *online*. Foram efetuadas 1.303 convocações e orientações presenciais para farmacêuticos na sede e seccionais do CRF-SP.

Orientações realizadas durante as inspeções fiscais somaram 16.340, portanto, no total foram realizadas 17.643 orientações farmacêuticas. No Gráfico 3 estão relacionados os dados de principais motivos de convocação dos profissionais em 2016.

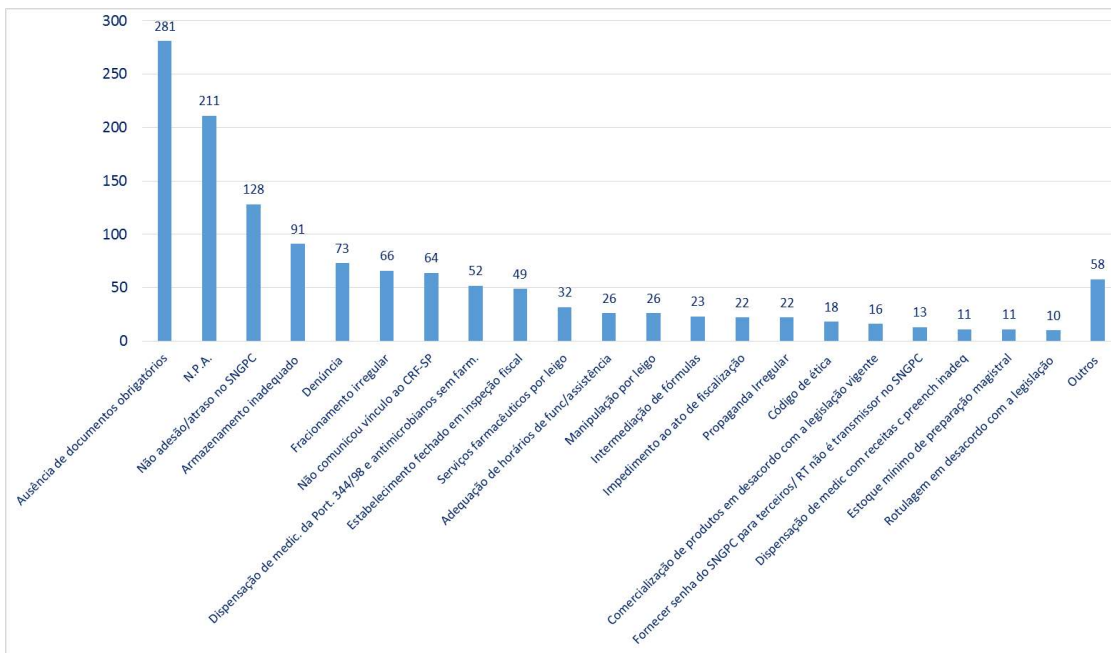


Gráfico 3. Principais motivos de convocação dos profissionais na sede e seccionais do CRF-SP em 2016 (nº convocações/motivo)

No Gráfico 4 estão relacionados os principais motivos de orientação aos profissionais em inspeção fiscal no ano de 2016.

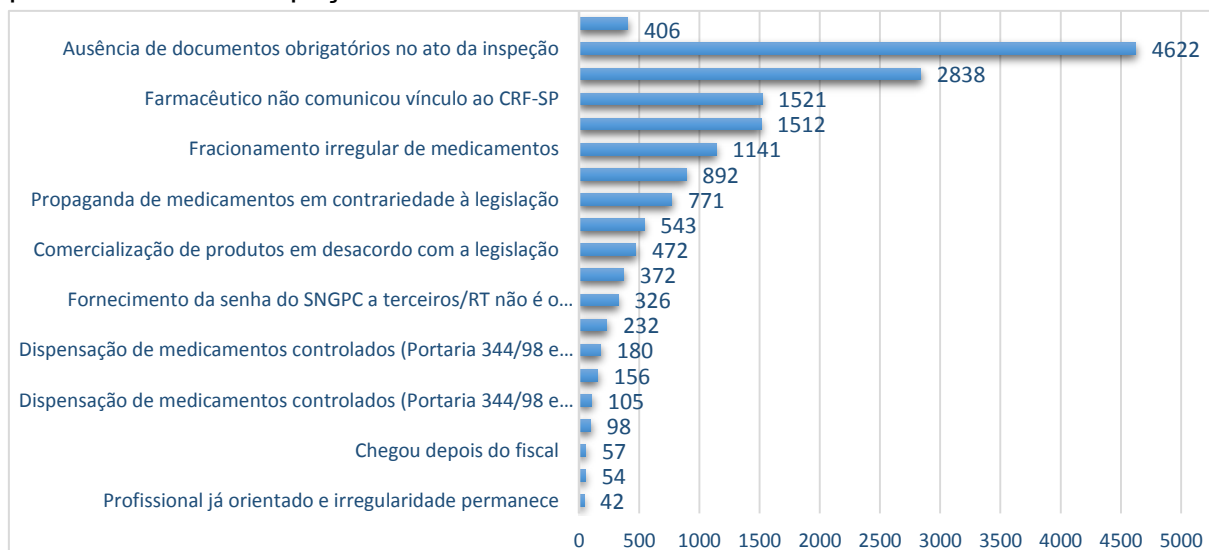


Gráfico 4. Principais motivos de orientação aos profissionais em inspeção fiscal no ano de 2016 (nº orientações/motivo)

Os treinamentos da equipe de fiscalização e a implantação do Projeto Fiscalização Orientativa refletiu no número de orientações farmacêuticas realizadas, gerando um aumento de 233,07% quando comparado ao exercício de 2015, oportunidade em que foram realizadas 5.297 orientações.

O Gráfico 5 indica que a diretriz da fiscalização do CRF-SP de orientar os farmacêuticos acerca das não conformidades constatadas está sendo cumprida pela equipe de fiscais, uma vez que o número total de orientações aumentou consideravelmente ao longo dos anos. Observa-se que a eficácia do processo de orientação também acompanhou esse crescimento, já que a média de orientações realizadas por fiscal cresceu, demonstrando que os treinamentos realizados com a equipe têm gerado resultados positivos.

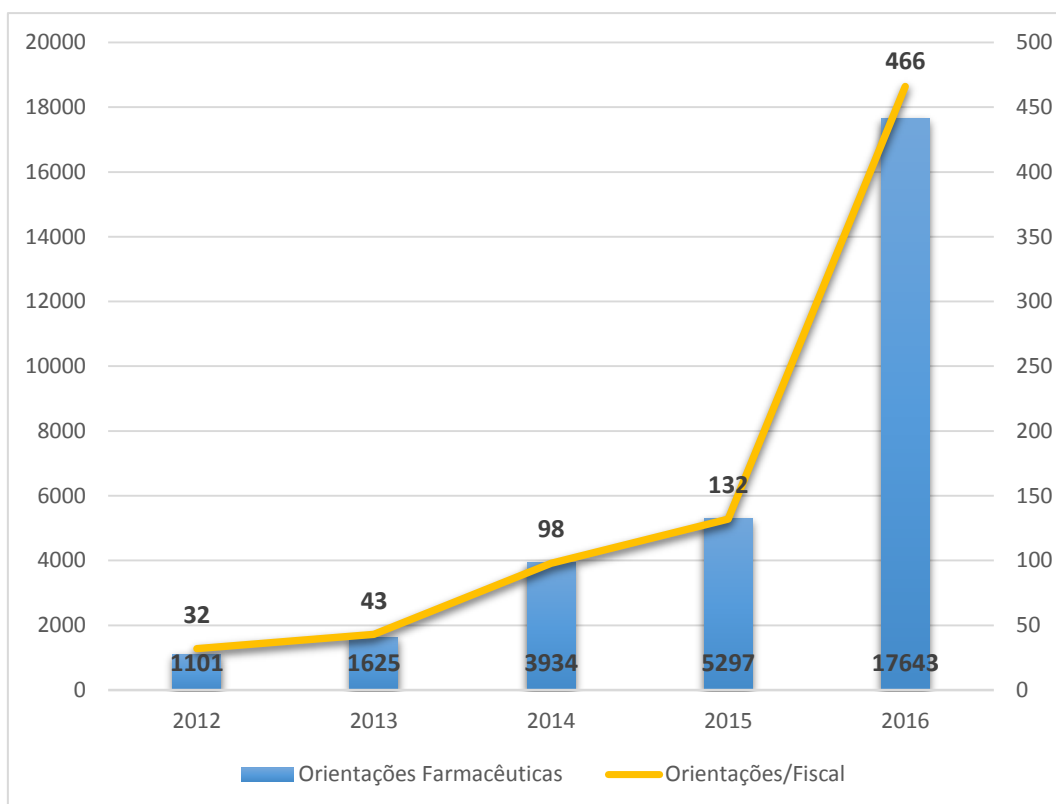


Gráfico 5. Número de Orientações Farmacêuticas e Orientações por Fiscal no período compreendido entre 2012 e 2016

Cabe destacar a dificuldade decorrente da limitação imposta pela Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 600/14, que regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais e dá outras providências, visto que a análise da atividade de fiscalização através do Índice de Desempenho da Fiscalização (IDF) é meramente quantitativa. Desta forma, o trabalho qualitativo do CRF-SP na observação do cumprimento ético das atividades farmacêuticas através da aplicação da FVEEP, além das ações de orientação farmacêutica acerca das não conformidades constatadas, não é considerado pelo CFF, comprometendo o desenvolvimento do IDF do CRF-SP.

No ano de 2016, foram analisados, com fundamento no dever-poder de autotutela da administração, no Setor de Processo Fiscal, 8.001 Termos de Intimação, dispostos no Gráfico 6, sendo que 2.869 foram cancelados. Nos Gráficos 7 e 8, seguem a distribuição de Termos de Intimação analisados, bem como a quantidade de Termos de Intimação cancelados, ambos por mês, e os respectivos motivos do cancelamento.

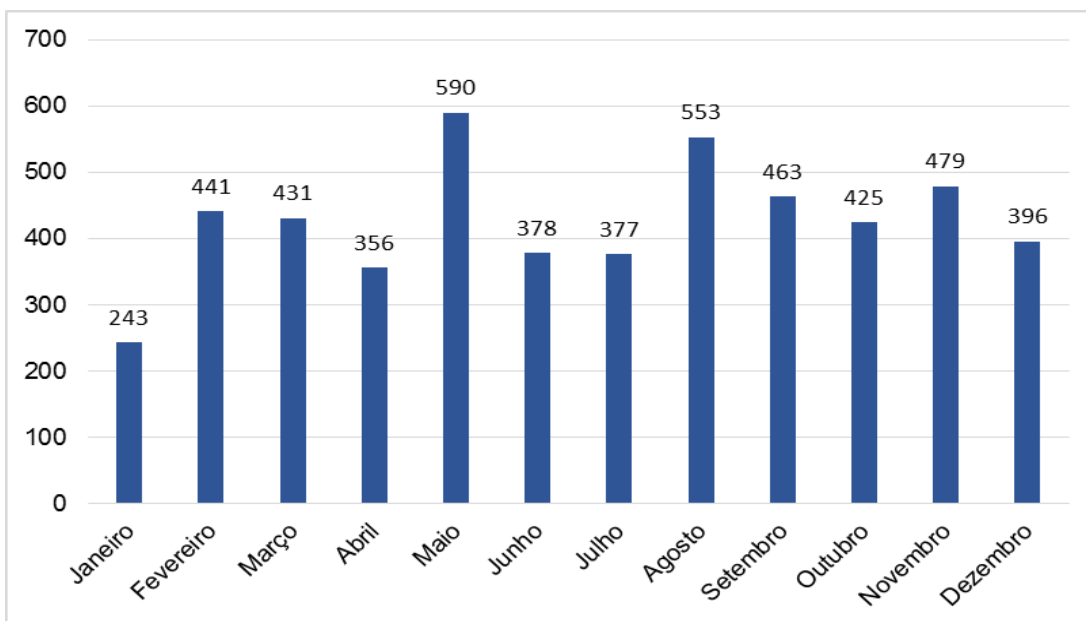


Gráfico 6. Quantidade de Termos de Intimação analisados por mês, no ano de 2016.

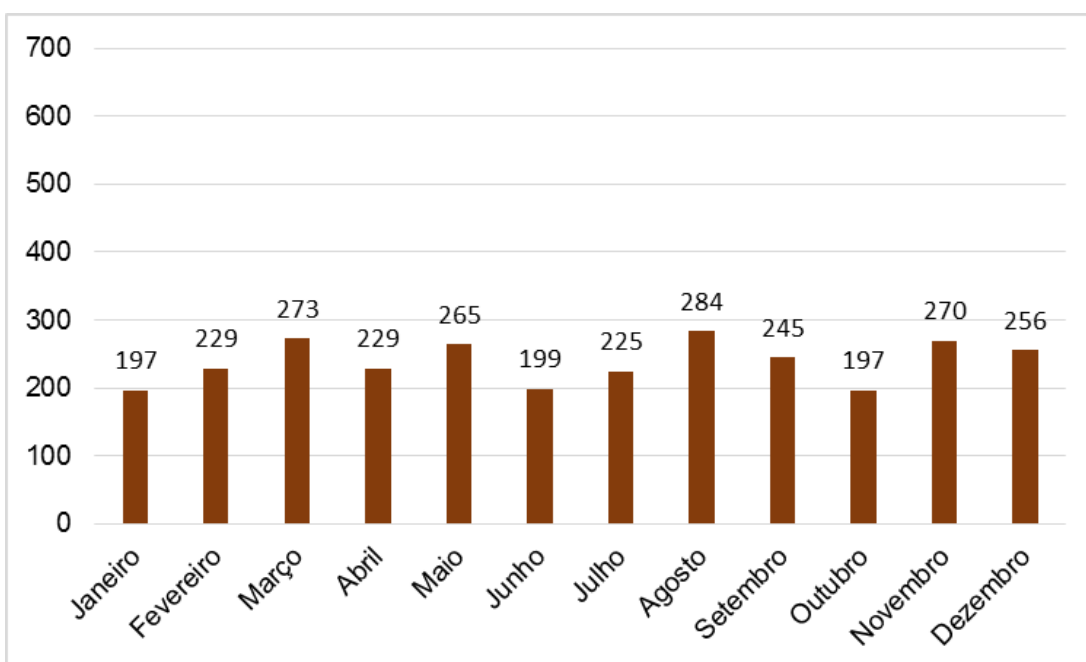


Gráfico 7. Quantidade de Termos de Intimação cancelados por mês, no ano de 2016.

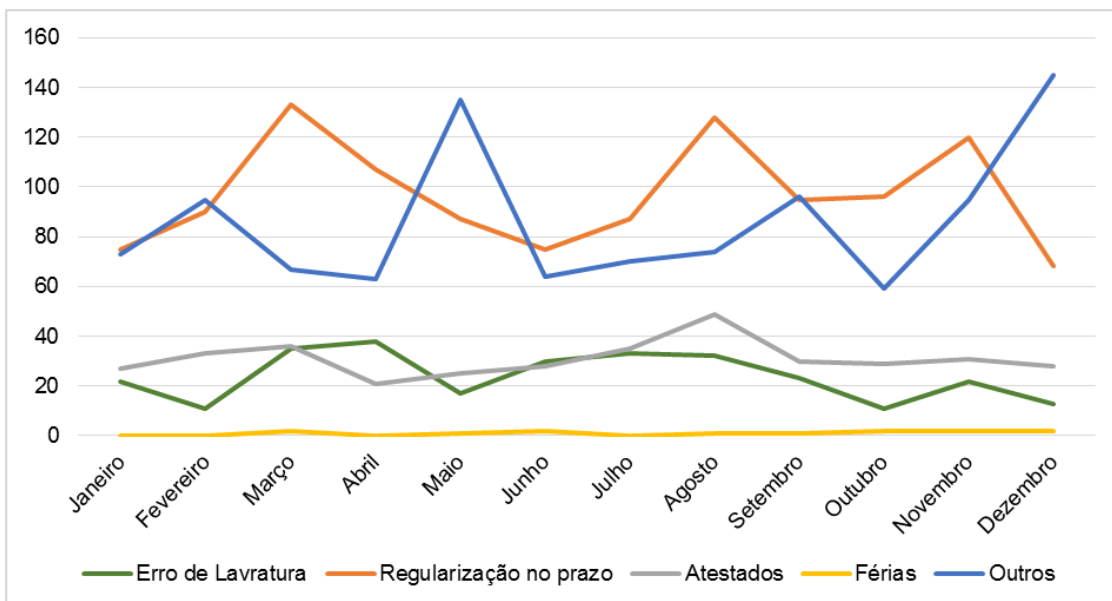


Gráfico 8. Comparativo entre os motivos de cancelamento de Termos de Intimação, no ano de 2016.

Após a lavratura do Termo de Intimação, há um prazo, definido pela legislação vigente, para apresentação de recurso ao Auto. Em 2016 foram recebidos 6.361 recursos e emitidos 7.453 ofícios, conforme apresentados nos Gráficos 9 e 10.

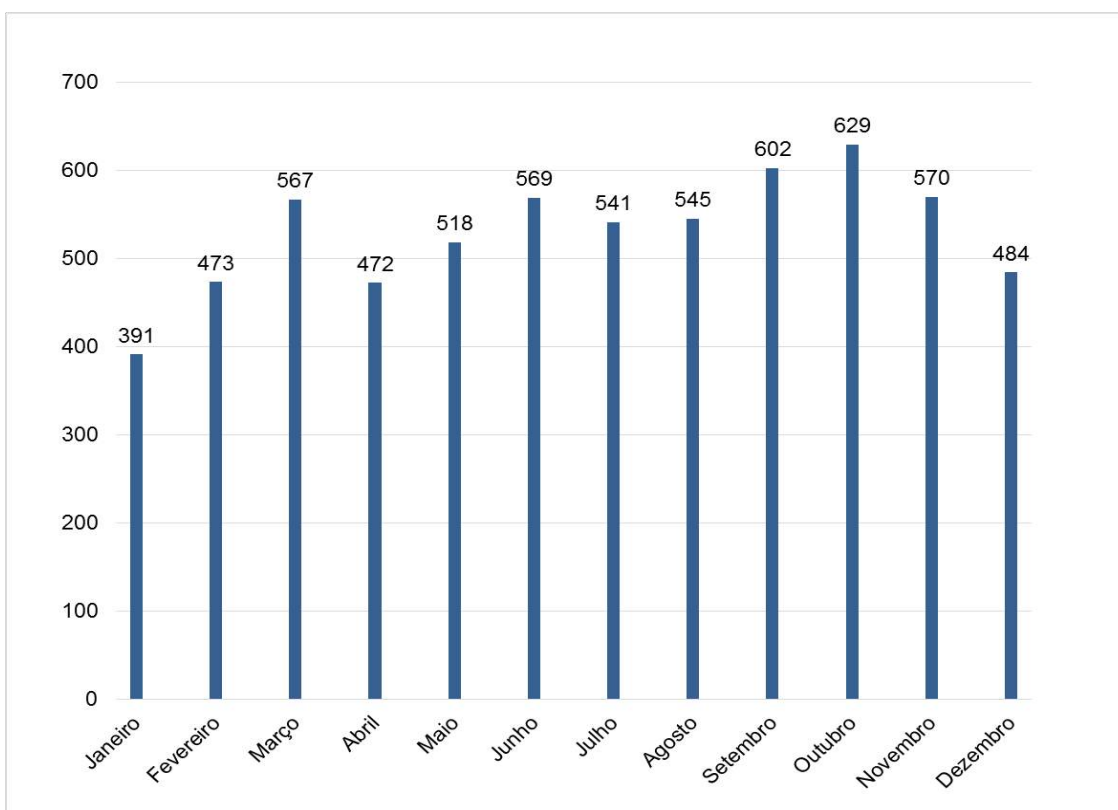


Gráfico 9. Quantidade de Recursos recebidos por mês, no ano de 2016.

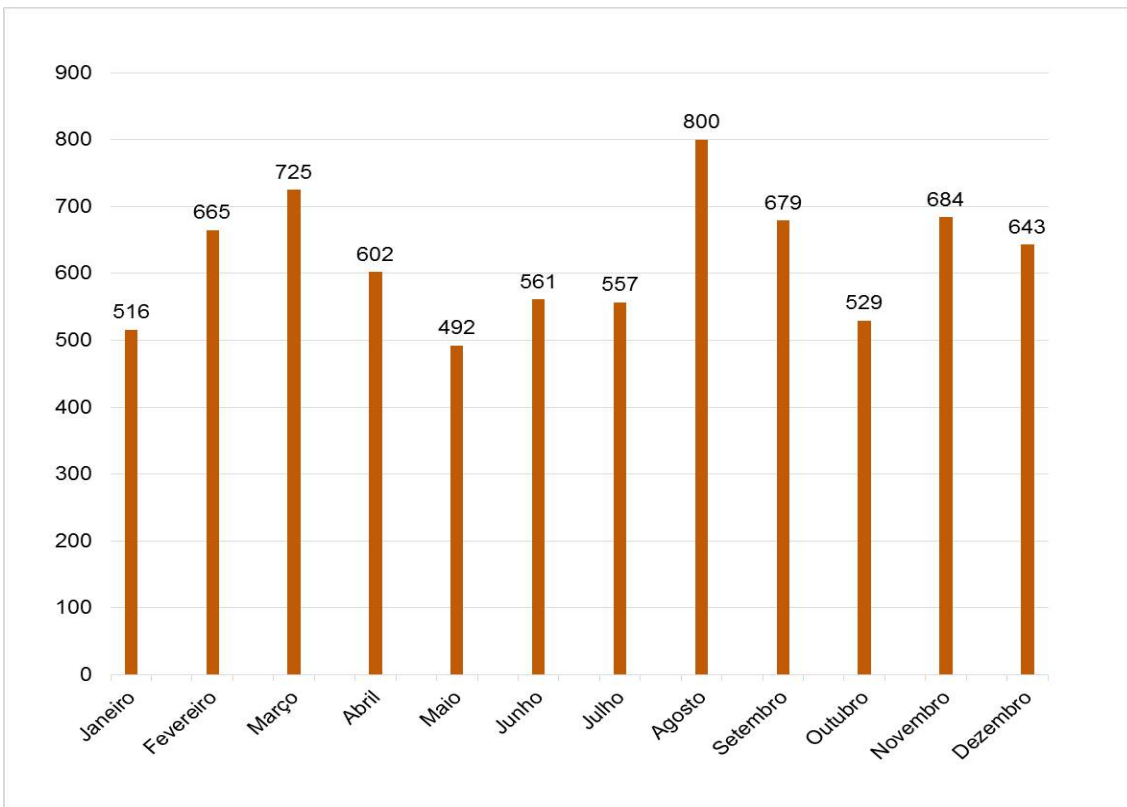


Gráfico 10. Quantidade de ofício emitidos por mês, no ano de 2016.

Após decisão do Plenário e da Diretoria do CRF-SP, o Setor de Processo Fiscal realiza a emissão das multas e das reincidências, nos termos da Lei nº 3.820/60 (nos casos de não regularização). Em 2016 foram emitidas 5.132 multas e 3.940 reincidências, divididas por mês (Gráficos 11, 12 e 13), por motivos (Gráfico 14) e por faixas (Gráfico 15).

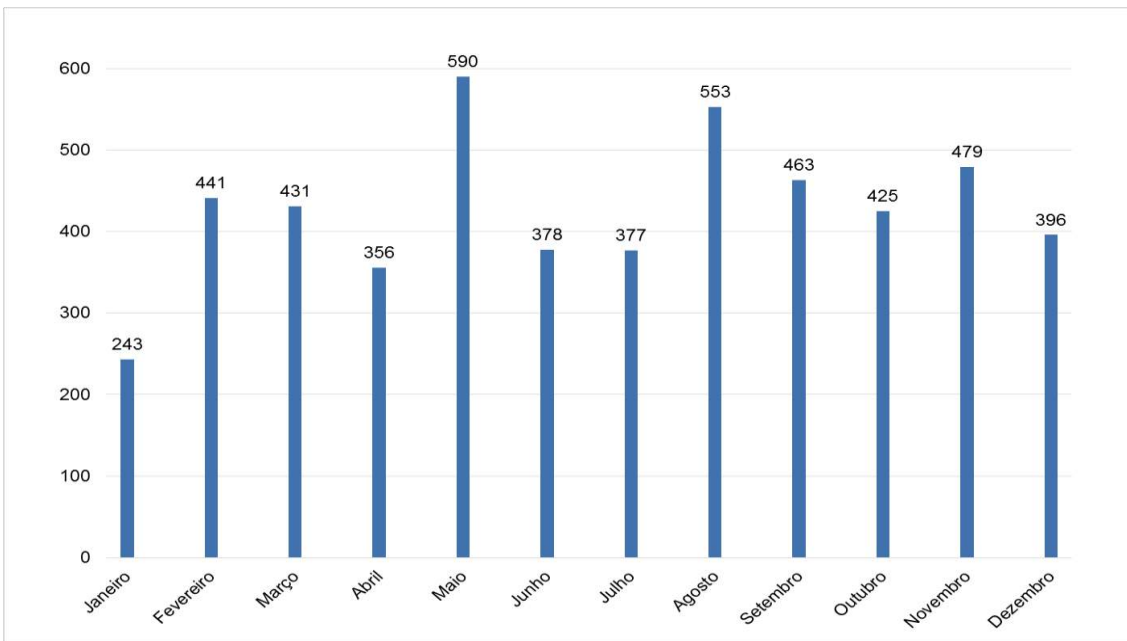


Gráfico 11. Quantidade de Multas emitidas por mês, no ano de 2016.

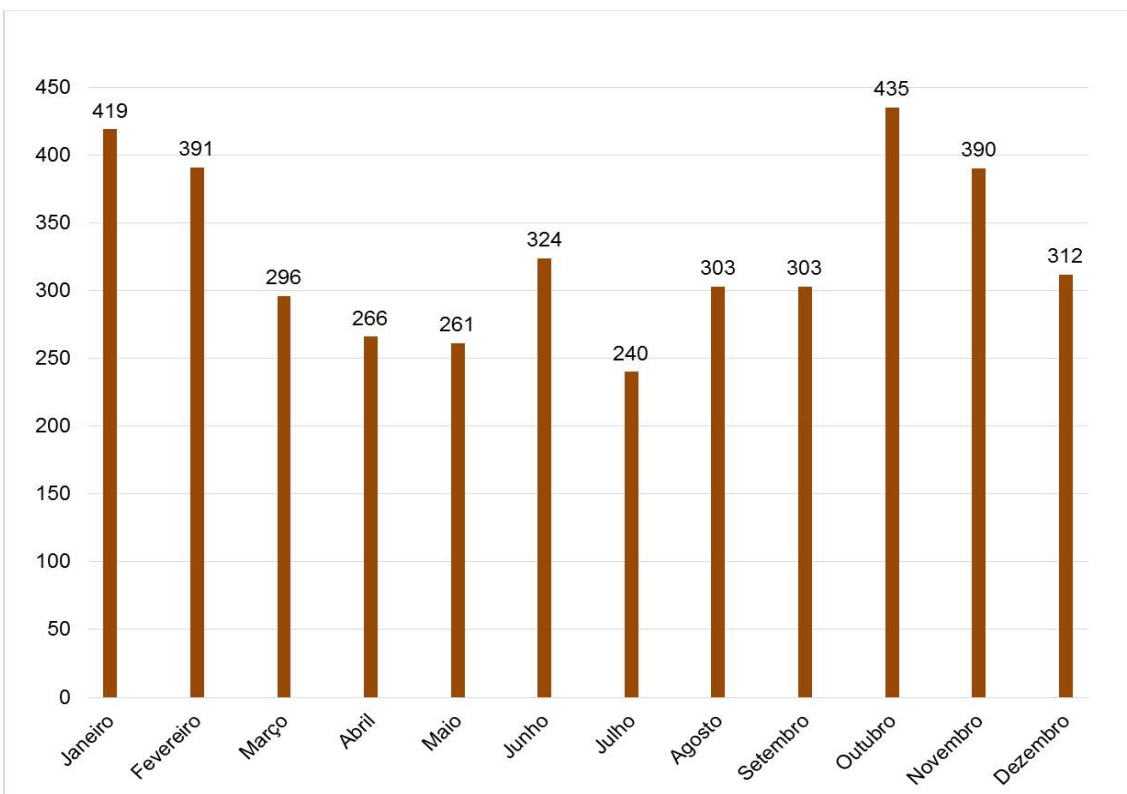


Gráfico 12. Quantidade de Reincidências emitidas por mês, no ano de 2016.

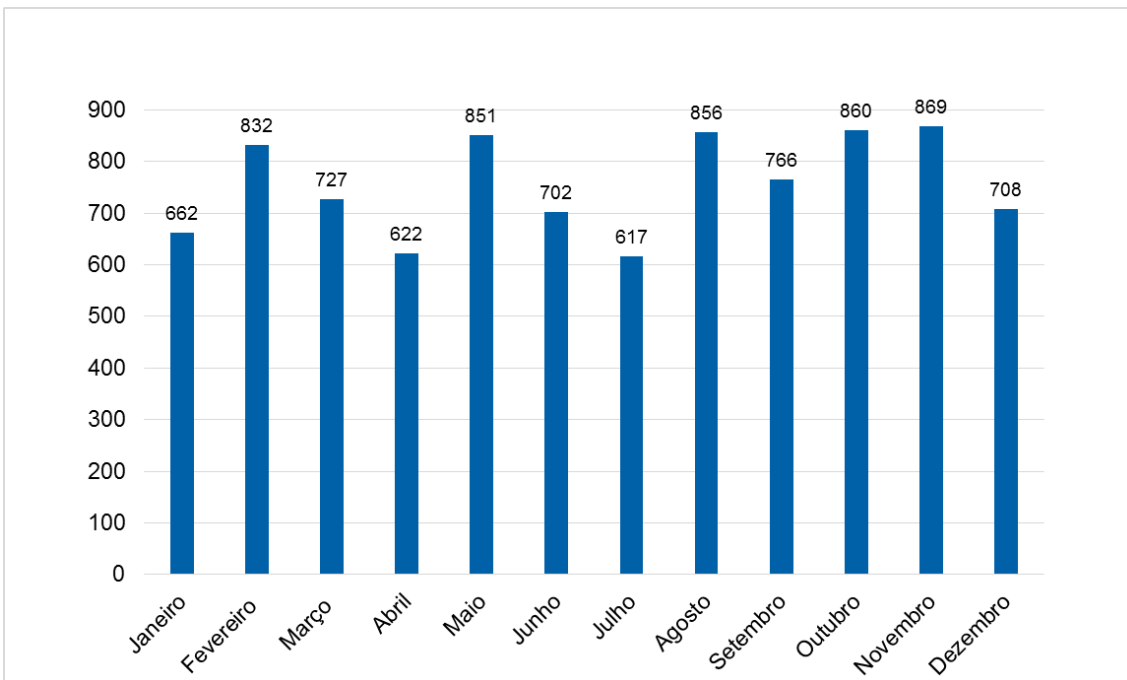
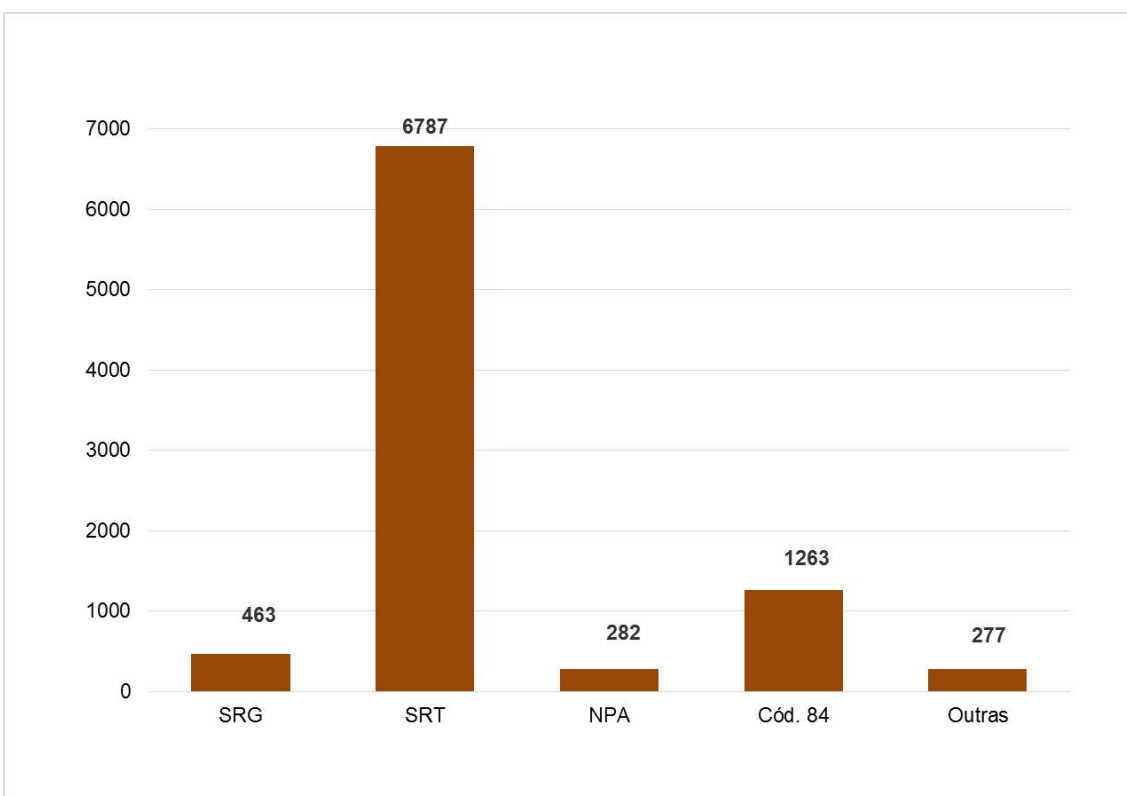
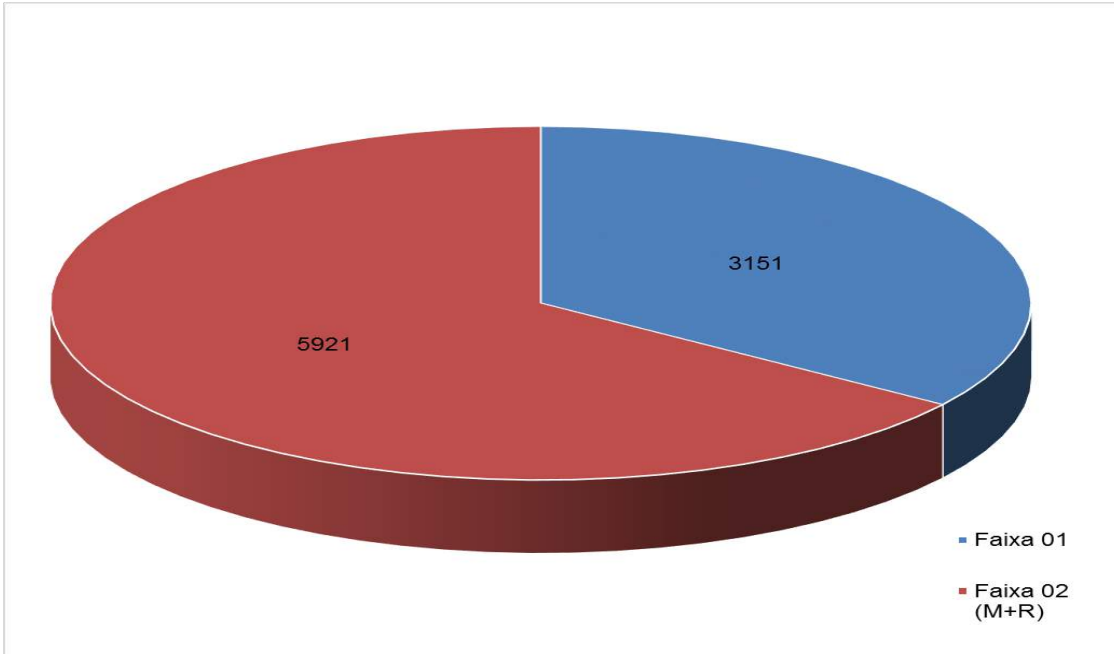


Gráfico 13. Total de Multas e Reincidências emitidas por mês, no ano de 2016.



SRG = sem registro; SRT = sem responsável técnico; NPA = não prestação de assistência; cód.84 = sem farmacêutico no ato da inspeção; outros = atividades privativas sendo executadas por leigos e farmacêutico sem vínculo perante o CRF-SP.

Gráfico 14. Total de Multas e Reincidências emitidas, por tipo de infração, no ano de 2016.



Faixa 01 = valor de multa de 03 salários mínimos regionais
Faixa 02 = valor de multa de 06 salários mínimos regionais

Gráfico 15. Total de Multas e Reincidências, por faixa, emitidas em 2016.

O trâmite dos recursos às multas envolve a montagem do processo administrativo e o posterior envio ao CFF. No ano de 2016 foram enviados 236 recursos ao CFF, apresentados no Gráfico 16.

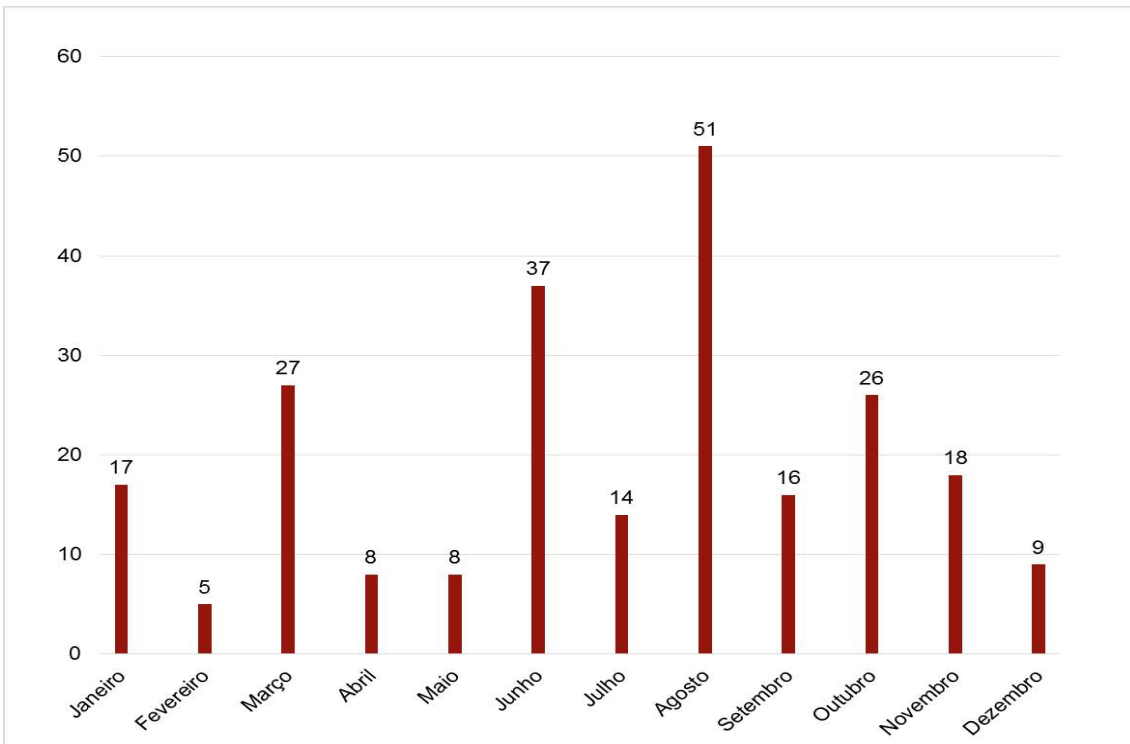


Gráfico 16. Quantidade de Recursos encaminhados ao CFF no ano de 2016.

Em virtude da atualização recorrente das legislações vinculadas às atividades farmacêuticas, bem como atendendo o disposto no artigo 5º, do Anexo I da Resolução do CFF nº 600/14, foram realizadas capacitações para equipe de fiscais descritas no Quadro 9.

Quadro 9. Capacitação fiscal realizada pelo Departamento de Fiscalização do CRF-SP.

Finalidade	Capacitação sobre procedimentos de fiscalização e orientação farmacêutica
Data	29/01/2016
Título	Apresentação da FEM – Fiscalização Eletrônica Móvel.
Ministrante	Fabiane Souza dos Santos – Gerente do DTI do CRF-SP
Carga Horária	01 hora
Data	30/01/2016
Título	Diretrizes de orientação farmacêutica e orientação sobre verificação de boas práticas farmacêutica.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização
Carga Horária	06 horas
Data	29/02/2016
Título	Capacitação sobre fiscalização orientativa/projeto 2016.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização
Carga Horária	04 horas
Data	15/12/2016
Título	Capacitação sobre nova fundamentação legal nos autos de infração.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização
Carga Horária	04 horas
Finalidade	Capacitação sobre procedimentos de fiscalização e orientação farmacêutica
Data	29/01/2016
Título	Capacitação sobre boas práticas em verificação do exercício profissional em drogarias e farmácias.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização
Carga Horária	03 horas
Data	01/03/2016
Título	Capacitação sobre boas práticas com base nas fichas de verificação do exercício profissional em farmácias hospitalares, laboratórios de análises clínicas e gases medicinais.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização
Carga Horária	06 horas
Data	03/11/2016
Título	Capacitação sobre regularidade de produtos – alimentos e fitoterápicos.
Ministrante	Paulo Roberto Ribeiro de Souza – Coordenador de Fiscalização Externa
Carga Horária	06 horas

3.4.2. *Ética profissional*

Em 2016, foram instaurados 126 Processos Éticos Disciplinares distribuídos, segundo o motivo, da seguinte forma:

- a. Não Prestação de Assistência (NPA): 54 (42,9%)
- b. Denúncias: 33 (26,2%)
- c. Irregularidade Profissionais/Sanitárias: 21 (16,7%)
- d. Irregularidade em Atestado Médico: 08 (6,3%)
- e. Não Atender Convocações (NAC): 6 (4,8%)
- f. Desacato: 02 (1,6%)
- g. Por mais de 01 (um) motivo (denúncia e NAC): 02 (1,6%)

Os Processos Éticos Disciplinares instalados em 2016 corresponderam a 146, dos quais 100 (68,5%) foram instalados pelas Comissões de Ética Descentralizadas e 46 (31,5%) foram instalados pela Comissão de Ética da Sede. Dos 146 Processos Éticos Disciplinares instalados, 30 (20,5%) encontram-se em trâmite nas Comissões de Ética.

Com relação aos Processos Éticos Disciplinares concluídos pelas Comissões de Ética em 2016, estes corresponderam a 112, dos quais 77 (68,7%) foram instalados pelas Comissões de Ética Descentralizadas e 35 (31,3%) instalados pela Comissão de Ética da Sede. Nesse número de processos concluídos em 2016 (112) somam-se 2 processos instalados em 2015, porém concluídos em 2016 e 110 processos instalados e concluídos em 2016.

No referente ano, foram julgados em reunião plenária do CRF-SP 111 Processos Éticos Disciplinares, sendo que 14 (12,6%) indiciados ingressaram com interposições de recurso contra a decisão do CRF-SP.

Visando atender o plano estratégico foram tomadas ações voltadas à capacitação dos envolvidos no trâmite processual, ou seja, membros das comissões de ética e agentes administrativos que secretariam estas comissões. Estas capacitações visavam fornecer conhecimento técnico-jurídico e padronizar os trabalhos administrativos relacionados a esta atividade e aconteceram de forma presencial e/ou com material orientativo. Ressalta-se que com relação a capacitação dos novos membros das comissões de ética no trâmite processual a meta que visava promover a capacitação de 100% dos novos membros no corrente ano não foi

atingida. Em razão de questões relacionadas à data de homologação da nomeação pelo Plenário do CRF-SP ou disponibilidade dos voluntários membros das comissões de ética em conciliar a agenda para a realização de treinamento em conjunto e, ainda, a ausência de processo ético na respectiva região, foi possível capacitar apenas 57,1% dos novos membros. Sendo assim, será prioritária para 2017 a capacitação destes membros.

Com relação a capacitação dos agentes administrativos que secretariam as comissões de ética esta será realizada em 2017 o que permitirá atingir a meta proposta.

No corrente ano foram realizadas 3 capacitações aos presidentes das comissões de ética em que foram abordados os 8 passos do trâmite processual e a elaboração de relatório de conclusão de comissão de ética. Dessa forma a meta foi ultrapassada em 50% indicando que a mesma deve ser avaliada para o exercício de 2017.

Para a classe farmacêutica, promoveu-se a divulgação de informações relacionadas a ética profissional por meio da Revista do Farmacêutico, do portal do CRF-SP e de outros mecanismos de comunicação. Destaca-se a publicação do Código de Ética Farmacêutica – versão comentada (impresso e online).

O CRF-SP também promoveu o Seminário de Ética com o tema “Ética: tecnologia, mercado de trabalho e relações profissionais” que contou com a participação dos Profs. Drs. Clóvis de Barros Filho e Leandro Karnal, com transmissão ao vivo pelo portal do CRF-SP.

No decorrer do ano foram elaboradas as seguintes deliberações como diretrizes para alicerçar o trâmite processual:

- a. Deliberação nº 01/16 - Súmulas aplicáveis aos procedimentos ético-disciplinares de competência do CRF-SP;
- b. Deliberação nº 07/16 – Retifica a Deliberação nº 07/15 – Regulamentação das Comissões de Ética do CRF-SP;
- c. Deliberação nº 20/16 – Condições de ressarcimento de despesas aos Voluntários das Comissões de Ética do CRF-SP em caso de tramitação de processos ético-disciplinares;
- d. Deliberação nº 21/16 - Justificativas de ausência;
- e. Deliberação nº 22/16 – Aprova o enunciado da Súmula 26.

Preocupado com assuntos que ganharam relevância na pauta pública o CRF-SP realizou plenária ética em 19/11/16, com a participação do Plenário do CRF-SP, do Conselho de Presidentes de Comissões de Ética, dos Diretores Regionais e dos Membros das Comissões Assessoras. Teve como objetivo discutir, apresentar propostas e desenvolver ações direcionadas ao aprimoramento da atuação no âmbito da ética profissional nas atividades da farmácia clínica, farmácia estética e propaganda profissional. Como resultado desta reunião foram aprovadas propostas de: elaboração de notas técnicas, enunciados de súmulas aplicáveis aos procedimentos ético-disciplinares de competência do CRF-SP, deliberações e resoluções.

3.4.3. Atendimento as pessoas físicas e jurídicas

O departamento de atendimento realiza:

- a. Atendimento para esclarecer dúvidas, orientações e realizar pequenas alterações de cadastro, tais como, alterações de endereços, telefones e e-mail de profissionais inscritos. Este tipo de atendimento é realizado pelos seis canais de atendimento, a saber: pessoal, telefônico, e-mail, CHAT, *WhatsApp* e eletrônico.
- b. Atendimento para realizar protocolos e exigências, o qual resulta na emissão e entrega de um número de protocolo ao usuário. Este tipo de atendimento é realizado apenas pelos canais pessoal ou, dependendo do assunto, pelo canal eletrônico.

Existem ferramentas para registrar todos os atendimentos realizados. No entanto, nas subsedes e seccionais, os funcionários do atendimento realizam atividades diversas, dando apoio a todos os departamentos da Sede em todas as questões administrativas desses locais. Portanto, não são registrados todos os atendimentos. Apenas os atendimentos que geram emissão de protocolos são fielmente registrados, tendo em vista que o usuário recebe um número que corresponde ao recebimento de seus documentos pelo funcionário do CRF-SP. Neste relatório são os resultados de todos os canais de atendimento da Sede do CRF-SP, cujos funcionários são setorizados e focados nesta atividade, e os resultados de número de atendimentos de protocolos realizados nas subsedes e seccionais.

A Tabela 1 demonstra o número de atendimentos realizados para esclarecimento de dúvidas, orientações e pequenas alterações cadastrais, pelo tipo de canal.

Tabela 1. Comparativo entre 2015 e 2016 do número de Atendimento realizados, pelo tipo de canal

Tipo de canal	2015	2016	Resultado
Pessoal	2.091	2.064	- 1,3%
Telefônico	43.085	38.847	- 9,8%
E-mail	19.860	13.351	- 32,8%
CHAT	16.443	14.722	- 10,5%
Whatsapp	0	1.980	-
Eletrônico	12.937	11.171	-13,6%
Total	94.413	82.135	-13,0%

Em comparação com o resultado de 2015, o número de atendimentos pessoal, os atendimentos telefônicos, por e-mail e CHAT, diminuiu. O número de ligações diminuiu cerca de quatro mil, o que correspondeu a quase 10%, o número de atendimentos pessoais diminuiu cerca de 1,3%, o número de atendimentos via CHAT diminuiu 7% e por e-mail diminuiu 33% e o atendimento eletrônico diminuiu 13%.

Para atender o objetivo de melhoria do atendimento em julho de 2016 o Departamento de Atendimento iniciou o projeto de ampliação dos canais de atendimento, disponibilizando o atendimento via *WhatsApp*, o qual é realizado na Sede, de segunda a sexta-feira, por um funcionário do departamento. O número de atendimentos por este canal foi de 1.980, que correspondeu a 2,4% dos atendimentos realizados.

Em geral, considerando todos os canais de atendimento para esclarecimento de dúvidas, orientações e pequenas alterações cadastrais de profissionais inscritos, houve queda no número de atendimentos realizados por funcionários da Sede de 10,8%. Este fato pode estar vinculado a algumas ações realizadas em 2016, tais como, ampliação dos canais de atendimento com a inclusão do *WhatsApp*, melhorias no Portal da Transparência, com inclusão de perguntas e respostas mais frequentes, reuniões de revisão de procedimentos com alterações significativas que desburocratizaram muitos processos e principalmente a alteração das regras de emissão de Certidões de Regularidade (CR), com diminuição dos

requisitos para concessão, conforme Deliberação CRF-SP nº 18/15, publicada em dezembro de 2015, o que gera menos dúvidas e contatos de usuários com o CRF-SP. Com relação à diminuição de 13% dos atendimentos eletrônicos em 2016, este fato pode estar vinculado a campanhas que foram realizadas em 2015 incentivando os farmacêuticos a atualizarem seus dados cadastrais pelo atendimento eletrônico, o que não houve em 2016.

A Tabela 2 demonstra o número de atendimentos pessoais e eletrônicos realizados para protocolos e exigências.

Tabela 2. Número de atendimentos pessoais e eletrônicos realizados para protocolos e exigências

Tipo de canal	2015	2016	Resultado
Pessoal	134.881	125.826	- 6,71%
Eletrônico	6.098	7.048	+ 15,58%

Percebe-se que houve queda de cerca de 9.000 atendimentos pessoais para protocolos e exigências, o que pode estar relacionado com a alteração das regras de emissão de CR, com diminuição dos requisitos para concessão, conforme Deliberação CRF-SP nº 18/2015, publicada em dezembro de 2015, gerando menos protocolos de recursos e outras solicitações, bem como, com a opção pelo atendimento eletrônico, cujo aumento foi de cerca de 1.000 protocolos.

O treinamento anual previsto foi realizado em 16/12/2016, na Sede do CRF-SP para todos os funcionários do atendimento. Houve uma palestra com uma representante do convênio Notre Dame com o tema: “Como lidar com o stress”, bem como, treinamento técnico de procedimentos do atendimento e da SECOL.

No entanto, não foram realizados treinamentos por vídeo conferência com os funcionários do atendimento em 2016, tendo em vista que não houve demanda.

3.4.4. *Ações para a sociedade*

O CRF-SP tem como Visão ser referência na orientação e desenvolvimento para o exercício da profissão, além de garantir atendimento confiável e de qualidade à sociedade. Neste contexto, essa entidade contribui na disseminação do conhecimento à população, por meio de ações educativas/orientativas e disciplinares. Dessa forma, tem-se como um dos macroprocessos finalístico as ações para a sociedade.

3.4.4.1. Orientador

O papel orientador desta Entidade está especificado no processo 1 do macroprocesso denominado “Ações para a sociedade”, previsto no planejamento organizacional. Abaixo estão especificadas cada uma das atividades desenvolvidas em 2016 com esse objetivo.

a. Farmacêutico na Praça

Ação promovida pelo CRF-SP para orientar a população sobre o uso racional de medicamentos, os perigos da automedicação, a importância das medidas de prevenção, acompanhamento e controle de doenças crônicas e do farmacêutico como profissional de saúde em suas áreas de atuação. É desenvolvida por farmacêuticos voluntários que, além de efetuarem orientação, podem prestar serviços farmacêuticos gratuitos, como por exemplo, aferição de pressão arterial e glicemia capilar. A ação conta também com o auxílio de acadêmicos de Farmácia. Para a realização da ação, podem ser firmadas parcerias, por exemplo, para divulgação, ampliação do número de voluntários e aquisição de material e infraestrutura. Na ação não podem ocorrer serviços realizados por outros profissionais da saúde. A ação se efetiva em espaços públicos - abertos - que contam com grande circulação de pessoas, como praças, parques, etc. É realizada pelo menos uma vez por ano de forma simultânea em todo o Estado de São Paulo.

Em 24/09/16 foi realizada uma edição simultânea em 29 locais, com a participação de 24 seccionais e a Sede do CRF-SP. Além dessa edição simultânea, algumas seccionais realizaram ações em outras datas durante o ano de 2016 em suas regiões. Com a realização desse Farmacêutico na Praça de forma simultânea cumpriu-se a meta estabelecida para o ano de 2016, conforme previsto no projeto 1 do objetivo 13 (objetivos do exercício).

A ação Farmacêutico na Praça mobilizada nas seccionais, envolve os diretores, funcionários e membros das comissões, além de farmacêuticos que se dispõem a participar. A seguir apresenta-se os dados do farmacêutico na praça simultâneo, e também das outras edições realizadas pelas seccionais durante o ano.

Tabela 3. Farmacêutico na Praça simultâneo (setembro/2016)

Farmacêutico na Praça Simultâneo (setembro/16)	
Seccionais/Sede participantes	946
Farmacêuticos voluntários	385
Acadêmicos voluntários	561
Atendimentos realizados	13.015

Tabela 4. Serviços farmacêuticos da ação simultânea (setembro 2016)

Serviços realizados	Total
Aferição de glicemia capilar	6.186
Aferição de pressão arterial	5.786
Outros serviços (auriculoterapia, teste de obesidade, teste de hepatite C e doação de plantas medicinais)	1.043
TOTAL	13.015

Quadro 10. Ações das Comissões Assessoras no Farmacêutico na Praça (setembro 2016)

Comissão Assessora	Serviço prestado
Análises Clínicas e Toxicológicas	Teste de Hepatite C
Distribuição e Transporte	Distribuição de folderes e orientação sobre armazenamento e transporte correto de medicamentos
Farmácia	Teste de obesidade
Homeopatia	Palestra Benefícios do tratamento homeopático nas diferentes fases da vida e Teatro Mitos e verdades da homeopatia
Plantas Medicinais e Fitoterápicos	Orientação sobre tratamento com plantas medicinais e fitoterápicos
Resíduos e Gestão Ambiental	Distribuição de folderes e orientação sobre descarte correto de medicamentos
Saúde Pública	Distribuição de folderes e orientação sobre medicamentos gratuitos

Conforme pode ser observado no quadro 10, em 2016, destaca-se a participação das Comissões Assessoras no Farmacêutico na Praça realizado na Sede e nas Seccionais, com a prestação de serviços específicos relacionados às suas áreas de atuação.

Apresenta-se a seguir dados das outras edições do Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais (2016).

Tabela 5. Outras edições do Farmacêutico na Praça (2016)

Outras ações Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais	
Total eventos	24
Seccionais/Sede participantes	149
Farmacêuticos voluntários	72
Acadêmicos voluntários	77
Atendimentos realizados	2.214

Tabela 6. Serviços farmacêuticos das outras edições Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais

Serviços realizados	Total
Aferição de glicemia capilar	1.113
Aferição de pressão arterial	1.101
TOTAL	2.214

Em 2016, a fim de padronizar a realização do “Farmacêutico na Praça”, foram revisados os seguintes materiais/procedimentos:

- ✓ **Palestra de acolhimento:** a palestra teve como objetivo esclarecer a população sobre a ação, bem como mostrar a importância do farmacêutico para a sociedade. Foram também acrescentadas informações sobre as atribuições clínicas do farmacêutico.
- ✓ **Procedimento e orientação dos serviços farmacêuticos:** o objetivo do documento foi padronizar a realização dos serviços farmacêuticos, assim como subsidiar a orientação dada pelos farmacêuticos voluntários que participaram da ação. Desta forma, foram atualizados os procedimentos e orientações sobre glicemia capilar e pressão arterial. E algumas Comissões Assessoras atualizaram os materiais relacionados com as suas áreas, tais como: Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas, atualizou as informações sobre interpretação de exames laboratoriais, triagem da hepatite C e a Comissão Assessora de Farmácia atualizou as informações sobre obesidade.
- ✓ **Fluxogramas para orientação farmacêutica:** o objetivo destes documentos foi auxiliar os farmacêuticos voluntários na orientação sobre os resultados dos testes de glicemia capilar e hipertensão arterial.
- ✓ **Declarações de serviços farmacêuticos:** além das “Declarações de Serviços Farmacêuticos” atualizados pelas Comissões Assessoras, de acordo com as respectivas áreas, o Grupo Técnico de Ações na Comunidade (GTAC) elaborou

um novo modelo para a “Declaração de serviços de aferição de glicemia capilar e pressão arterial”, unificando e facilitando o preenchimento das fichas.

b. Farmacêutico na Comunidade

Ação voltada à comunidade, realizada pelo CRF-SP em conjunto com outras entidades em eventos como Virada Cultural, Agita São Paulo, Ação Global, Ação de Prefeituras, Aniversários de Prefeituras ou ainda realizada pelo CRF-SP em empresas, escolas, igrejas, etc., com atendimento exclusivo para público específico. É desenvolvida por farmacêuticos voluntários que, além de orientar a população sobre o uso racional de medicamentos, os perigos da automedicação, a importância das medidas de prevenção, acompanhamento e controle de doenças crônicas e do farmacêutico como profissional de saúde, podem prestar serviços farmacêuticos gratuitos, como por exemplo, aferição de pressão arterial e glicemia capilar. A ação conta também com o auxílio de acadêmicos de Farmácia. Na ação podem ocorrer serviços realizados por outros profissionais da saúde.

A seguir apresenta-se os dados da ação Farmacêutico na Comunidade em 2016.

Tabela 7. Ação Farmacêutico na Comunidade (2016)

Dados categorizados	Total
Farmacêuticos voluntários	30
Acadêmicos voluntários	12
Atendimentos realizados	1.785
Eventos realizados	7

Além das ações citadas na tabela 7, destaca-se que no dia 19 de junho de 2016, o Grupo Técnico Interdisciplinar da Secretaria do Estado da Saúde promoveu um evento com o tema “Dia Mundial do Meio Ambiente, Tabaco e Asma” e convidou os Conselhos Profissionais para participarem. O CRF-SP foi representado por membros das Comissões de Resíduos e Gestão Ambiental e de Saúde Pública, os quais realizaram orientação ao público e distribuíram *folders* com informações sobre descarte correto de medicamentos e asma. A participação no evento representou uma

oportunidade de promover orientação à população, bem como, de integração com outros profissionais de saúde.

c. Semana de Assistência Farmacêutica – SAF

A SAF foi instituída pela Lei Estadual nº 10.687/00, de autoria do Deputado Renato Simões. Conforme previsto, são realizadas palestras, debates e discussões de temas relacionados à assistência farmacêutica, com o objetivo de proporcionar uma adequada informação aos estudantes (ensino fundamental e médio) e à comunidade escolar sobre os seguintes temas: a) o correto uso dos medicamentos e os perigos da automedicação; b) a diferenciação entre a dispensação e a simples comercialização de medicamentos; c) o papel do estabelecimento farmacêutico como instituição sanitária e seu papel na saúde pública; d) prevenção à falsificação e à propaganda enganosa de medicamentos.

A cada ano o CRF-SP elege um slogan a ser trabalhado. Em 2016, o *slogan* escolhido foi “Liberdade é não ter dependência”, que abordou o tema drogas (definição e classificação das drogas) com ênfase nos riscos do uso de bebidas alcoólicas com outras substâncias. Além de tratar dos perigos no uso indiscriminado de anabolizantes, das escolhas feitas pelos adolescentes e suas consequências e da importância do farmacêutico para esclarecer dúvidas sobre saúde. Destaca-se que a escolha do tema foi devido à análise das sugestões enviadas pelos Diretores Regionais, assim como das escolas que receberam a SAF em 2015.

Importante ressaltar que as palestras são realizadas por farmacêuticos voluntários. Estes farmacêuticos são capacitados anualmente para que atualizem seus conhecimentos sobre o assunto e abordem o tema com linguagem simples, objetiva, dinâmica e compatível com o público a ser atingido.

Em 2016, ocorreram 48 capacitações presenciais em todo o Estado, que contaram com a participação de 141 farmacêuticos e acadêmicos.

Além disso, a capacitação foi disponibilizada na Academia Virtual de Farmácia (plataforma de ensino à distância do CRF-SP), sendo que 196 farmacêuticos realizaram a capacitação online da SAF.

Quanto à divulgação, a SAF 2016 foi destaque no portal do CRF-SP, redes sociais, Canal Farmacêutico e Revista do Farmacêutico, além de contar com cartazes

para afixação nas escolas e folders informativos a serem entregues aos estudantes (figura 2).



Figura 2. Folders de divulgação e orientação da SAF 2016 – Liberdade é não ter dependência

Tabela 8. Dados quantitativos da SAF 2016

Alunos	Escolas	Palestras
7.626	63	133

Analisando a tabela 8, verifica-se que as palestras da SAF atingiram mais de 7.000 alunos no Estado de São Paulo, ultrapassando a meta estabelecida para o ano de 2016 de 5.000 alunos.

Vale ressaltar que a realização da SAF é guiada pelo compromisso ético e educacional do CRF-SP, sem qualquer cobrança ou caráter comercial, tendo como objetivo principal a promoção da saúde pública.

O foco da SAF sempre foi tornar o adolescente um agente multiplicador, ou seja, um disseminador de informações para a família, amigos, vizinhos e seu grupo de convívio

d. Palestras na Comunidade

Devido à crescente demanda (sede e seccionais), houve a necessidade de padronizar palestras com temas de interesse da comunidade (Conselhos Municipais de Saúde, igrejas, pastorais, empresas e associações) para as diversas faixas etárias de público. Em 2016 foram disponibilizados 2 novos temas para as palestras: H1N1, Saúde na Melhor Idade e o tema Dengue, Zika e Chikungunya foi atualizado.

Foram realizadas 84 palestras em diversos locais como igrejas, unidades básicas de saúde, centros comunitários, farmácias, universidades, entre outros, alcançando o total de 3.735 participantes, ultrapassando-se a meta, que era a realização de 50 palestras, conforme projeto 2 do 12º objetivo estabelecido.

e. Campanhas de Educação em Saúde

As campanhas desenvolvidas pelo CRF-SP têm o objetivo de incentivar e fornecer ferramentas para que o farmacêutico promova o uso racional de medicamentos e/ou contribua ativamente no combate a determinadas doenças (principalmente em casos de epidemia), atuando na orientação da população sobre as formas de prevenção e cuidados, identificando casos suspeitos e encaminhando-os para o serviço de saúde especializado.

Tais campanhas são de grande relevância para a saúde pública, pois as farmácias e drogarias são os estabelecimentos de saúde de mais fácil acesso aos cidadãos brasileiros e o farmacêutico, profissional de saúde, pode desenvolver um papel muito importante na luta contra esses males, contribuindo na diminuição dos índices e na melhora da qualidade de vida dos pacientes.

Em 2016 foram realizadas 2 campanhas de educação em saúde, capacitando 1.456 farmacêuticos, são elas: Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya e Farmacêuticos contra H1N1. A realização de campanhas de educação em saúde foi um dos projetos da Entidade para 2016 visando atingir o objetivo de realizar ações para a comunidade, além de contribuir com a capacitação do

farmacêutico. Com a realização de duas campanhas, esta Autarquia superou a meta estabelecida para o ano. A seguir descrição detalhada de cada uma das campanhas realizadas.

Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya



Figura 3. Logo da Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya

Em 2015, preocupado com os números alarmantes da epidemia da dengue no Estado de São Paulo, o CRF-SP desenvolveu a campanha “Farmacêuticos contra a dengue”. Porém, o surto no número de casos de chikungunya e zika em 2015, despertou no CRF-SP a necessidade de ampliar a campanha, que, no início de 2016, passou a ser denominada “Farmacêuticos contra a dengue, zika e chikungunya”.

A seguir elenca-se as ferramentas oferecidas pelo CRF-SP para o farmacêutico que deseja integrar a campanha:

- ✓ **Palestras de capacitação presenciais e online, por meio da Academia Virtual de Farmácia do CRF-SP:** a capacitação presencial foi realizada na Sede em fevereiro de 2016 e transmitida ao vivo para as Seccionais do CRF-SP. Ainda foram realizadas parcerias com cinco prefeituras do Estado de São Paulo, que receberam as capacitações de forma presencial. Na Academia Virtual de Farmácia, a capacitação está dividida em parte 1 e 2, publicadas em fevereiro e em dezembro de 2016, respectivamente. Foram capacitados 1.216 farmacêuticos presenciais e a distância e cadastrados 631 estabelecimentos, desde o início da campanha, em 2015.
- ✓ **Manual de Orientação ao Farmacêutico:** o manual, que já se encontra na 2ª edição, aborda as diferenças entre o *Aedes aegypti* e o *Aedes albopictus*; ciclo de vida do mosquito transmissor; transmissão; as doenças; sinais e sintomas; diagnóstico; prevenção; tratamento; homeopatia; plantas medicinais e

fitoterápicos; uso seguro de repelentes. Está disponível para *download* na Academia Virtual de Farmácia para os farmacêuticos que se capacitarem.

- ✓ **Manejo do paciente com suspeita de dengue, zika ou chikungunya:** algoritmo elaborado com o objetivo de auxiliar o farmacêutico durante o atendimento de um paciente com suspeita de dengue, zika ou chikungunya.
- ✓ **Ficha de atendimento farmacêutico a pacientes com suspeita de dengue, zika ou chikungunya:** documento a ser preenchido pelo farmacêutico e entregue ao paciente que apresentar suspeita de dengue, zika ou chikungunya, encaminhando-o para avaliação médica.
- ✓ **Orientações para a utilização do algoritmo e da ficha de atendimento:** documento elaborado para esclarecer possíveis dúvidas que o farmacêutico possa ter durante o preenchimento da ficha e do algoritmo.
- ✓ **Material para ministrar as palestras na comunidade:** desenvolvida com linguagem adequada para a população, e fornecida gratuitamente para os farmacêuticos capacitados.
- ✓ **Cartaz para afixar no estabelecimento que ingressar na campanha:**



Figura 4. Cartaz da Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya

O nome e endereço dos estabelecimentos participantes da campanha é disponibilizado no site www.farmaceuticosp.com.br/dengue, para que a população possa localizar facilmente estabelecimentos próximos a sua região, que prestam esse serviço.

Farmacêuticos contra H1N1

Em 2016, preocupado com a epidemia da gripe H1N1 no Estado de São Paulo, o CRF-SP desenvolveu a campanha “Farmacêuticos Contra H1N1”.



Figura 5. Logo da Campanha Farmacêuticos Contra H1N1

A seguir elenca-se as ferramentas oferecidas pelo CRF-SP para o farmacêutico que deseja integrar a campanha:

- ✓ **Palestras de capacitação presenciais e online, por meio da Academia Virtual de Farmácia:** a capacitação presencial foi realizada na Sede em maio de 2016 e transmitida ao vivo para as Seccionais do CRF-SP. Na Academia Virtual de Farmácia, a capacitação foi publicada em junho de 2016. Foram capacitados 240 farmacêuticos presenciais e a distância e cadastrados 35 estabelecimentos, desde o início da campanha.
- ✓ **Manejo do paciente com suspeita de H1N1:** algoritmo elaborado com o objetivo de auxiliar o farmacêutico durante o atendimento de um paciente com suspeita de H1N1.
- ✓ **Ficha de atendimento farmacêutico a pacientes com suspeita de H1N1:** documento a ser preenchido pelo farmacêutico e entregue ao paciente que apresentar suspeita de H1N1, encaminhando-o para avaliação médica.
- ✓ **Orientações para a utilização do algoritmo e da ficha de atendimento:** documento elaborado para esclarecer possíveis dúvidas que o farmacêutico possa ter durante o preenchimento da ficha e do algoritmo.
- ✓ **Material para ministrar as palestras na comunidade:** desenvolvida com linguagem adequada para a população, e fornecida gratuitamente para os farmacêuticos capacitados.
- ✓ **Cartaz para afixar no estabelecimento que ingressar na campanha:**



Figura 6. Cartaz da Campanha Farmacêuticos Contra H1N1

O nome e endereço dos estabelecimentos participantes da campanha é disponibilizado no site www.farmacêuticosp.com.br/h1n1.

f. Outras Campanhas: Farmacêutico Bom de Sangue

Ação realizada pelo CRF-SP, em parceria com outras entidades especializadas, que visa incentivar farmacêuticos e estudantes de Farmácia a doarem sangue, além de mostrar para a população a importância deste ato. Em 2016 foram realizadas três ações na Seccional de Osasco.

g. Orientação Farmacêutica para Crianças

Apresentações teatrais realizadas por farmacêuticos e acadêmicos de Farmácia voluntários em escolas ou outros locais para crianças, preferencialmente de 3 a 8 anos, com o intuito de orientá-las sobre os perigos da automedicação. Durante o ano de 2016 foram realizadas duas ações na Seccional Zona Leste.

h. Material Técnico

Em complemento às campanhas promovidas pelo CRF-SP são desenvolvidos *folders* e/ou filipetas: Farmacêuticos contra a dengue, zika e chikungunya e Farmacêuticos contra o H1N1.



Figura 7. Material Técnico de apoio à Campanha Farmacêuticos contra a dengue, zika e chikungunya



Figura 8. Material Técnico de apoio à Campanha Farmacêuticos contra o H1N1

Também foram desenvolvidos folders com intuito de auxiliar os farmacêuticos a orientar adequadamente a população sobre câncer de mama e câncer de próstata. O folder do Câncer de mama também visa sensibilizar as mulheres sobre a importância da realização dos exames preventivos para o câncer de mama. E o de câncer de próstata, sensibilizar os homens sobre a importância da realização

dos exames preventivos para o câncer de próstata. Este último foi lançado em novembro, mês eleito para disseminar a campanha “Novembro Azul”.



Figura 9. Material Técnico Orientativo sobre câncer de mama



Figura 10. Material Técnico Orientativo sobre câncer de próstata

Atualização do folder sobre Câncer de Pele com o objetivo de auxiliar o farmacêutico na orientação da população sobre esta doença de alta prevalência:



Figura 11. Material Técnico Orientativo sobre câncer de pele

i. Veiculação de campanhas publicitárias e entrevistas em meios de comunicação

As campanhas publicitárias e entrevistas concedidas por representantes desta Entidade visam informar a sociedade sobre questões de saúde, em especial o uso racional de medicamentos e o direito à assistência farmacêutica.

Foram 144 entrevistas concedidas ou inserções na mídia por meio de releases enviados, sendo que 38 para TVs nacional e regionais, 18 para jornais e 59 em veículos da internet; 9 em emissoras de rádio e 20 em revistas segmentadas.

Foram dadas entrevistas de caráter orientativo e de divulgação das campanhas 'Farmacêuticos contra a Dengue, Zika e Chikungunya' e 'Farmacêuticos contra o H1N1', bem como sobre a automedicação.

Em 2016, com o objetivo de melhor atingir a sociedade foram realizadas campanhas por meio de uma agência de publicidade. Foram realizadas campanhas no Dia Nacional (20/01) e Internacional (25/09) do Farmacêutico, cujo tema principal foi "Faz bem ouvir o seu farmacêutico", além disso também veiculou-se campanhas sobre "H1N1, Dengue, Zika e Chikungunya, uso racional de medicamentos e outras.

Tabela 9. Informações detalhadas sobre as campanhas/veiculações realizadas

PEÇA	PERÍODO DIVULGAÇÃO	LOCALIDADE
Painel Rodoviário	07/01 a 06/02	Rodovia dos Bandeirantes (sentido Campinas/SP - km 66)
Painel Rodoviário	07/02 a 07/03	Rodovia dos Bandeirantes (sentido Campinas/SP - km 66)
Painel Rodoviário	08/03 a 07/04	Rodovia dos Bandeirantes (sentido Campinas/SP - km 66)
Outdoor	11/01 a 24/01	Mogi das Cruzes, São José Rio Preto, Sorocaba, Osasco, São José dos campos, Registro, Santos, Jundiaí, Santo André, Bragança Paulista, São João da Boa Vista, Bauru, Presidente Prudente, Piracicaba, e São João da Boa Vista (1 inserção em cada cidade)
Outdoor	25/01 a 07/02	Marília, Guarulhos, Barretos, Ribeirão Preto, Franca, Avaré (1 inserção em cada cidade)
Outdoor	08/02 a 21/02	Araraquara, Adamantina, Araçatuba e Campinas (1 inserção em cada cidade)
Rádio	18 a 20/01	CARAGUA FM 89,5, CULTURA 95,5 FM de Araçatuba; CBN Campinas; CBN São José do Rio Preto; CBN Ribeirão Preto; 93 FM Adamantina; Rádio BAND Barretos; MORADA DO SOL Araraquara; ÁGUAS QUENTES DE FERNANDÓPOLIS AM; TRÊS COLINAS Franca; Rádio JOVEM PAN Marília; MIX 90,3 FM Avaré.
Rádio	19 a 20/01	Rádio CBN Santos e BAND São Paulo.
Rádio	20/01	JOVEM PAN São Paulo e CBN São Paulo
Rádio	05/05	ELDORADO FM 107,3 São Paulo e Rádio ESTADÃO São Paulo
Rádio	16/05 a 28/05	Rádio CLUBE Ribeirão Preto, 98 FM Presidente Prudente, Rádio TRÊS COLINAS FRANCA, JOVEM PAN São José dos Campos, 96 FM Bauru, 89,9 FM DIÁRIO São Jose do Rio Preto, BAND FM Vale do Ribeira (Registro); A Tribuna de Santos (Tri FM – de 16 a 27/05)
Rádio	15/06 a 30/06	CULTURA FM 95,5 Araçatuba, CARAGUA FM 89,5 Litoral Norte, JOVEM PAN de São João da Boa Vista; Radiodifusão Mogiana Paulista, Jovem Pan e Difusora Piracicaba, 102 FM Bragança Paulista

Rádio	22/07 a 31/07	JOVEM PAN Avaré, RADIO JOVEM PAN Marília, BAND FM 95,3 Barretos, Radiodifusão Mogiana Paulista e JOVEM PAN São João da Boa Vista
Rádio	29 e 30/07	TRANSCONTINENTAL Mogi das Cruzes
Rádio	25/09	ELDORADO FM 107,3 e na ESTADÃO São Paulo
Rádio	23/09 e 26/09	CBN Campinas, CBN Santos, CBN São José do Rio Preto, CBN Ribeirão Preto e CBN Mirassol e CBN São Paulo (dias 23, 26 e 27/09)
TV	19/01 e 20/01	TV Band Estado de São Paulo (1 inserção por dia)
TV	23/09 e 25/09	TV Band Estado de São Paulo (1 inserção por dia)
Jornal	20/01	Folha de S. Paulo (1 página)
Jornal	05/05	O Estado de S. Paulo (1 página)
Jornal	25/09	O Estado de S. Paulo (1/2 página)
Metrô	18/01 a 16/02	Painéis nas Estações Clínicas (3 painéis), Consolação (2 painéis), Luz (2 painéis), Sé (1 painel) e 20 sancas na Linha Vermelha
Metrô	12/03 a 10/04	Painéis nas Estações Consolação, Luz, Clínicas (total de painéis: 4).
Metrô	11/05 a 09/06	Painéis nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total: 4 painéis)
Metrô	08/06 a 07/07	Painel nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total de 4 painéis)
Metrô	08/07 a 06/08	Painel nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total de 4 painéis)
Metrô	07/08 a 05/09	Painel nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total de 4 painéis)
Metrô	06/09 a 05/10	Painel nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total de 4 painéis)
Metrô	22/09 a 21/10	Painel nas Estações Clínicas, Barra Funda, Luz e Paraíso (total 4 painéis)
Metrô	06/10 a 04/11	Painel Clássico nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total de 4 painéis)
Metrô	05/11 a 04/12	Painel Clássico nas Estações Clínicas, Consolação, Vergueiro, República (total de 4 painéis)
Trem	12/03 a 10/04	Estações Cidade Universitária e Brás (total: 2 painéis)
Trem	11/05 a 09/06	Estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)
Trem	08/06 a 07/07	Painel standard nas estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)
Trem	08/07 a 06/08	Painel standard nas estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)

Trem	07/08 a 05/09	Painel standard nas estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)
Trem	06/09 a 05/10	Painel standard nas estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)
Trem	06/10 a 04/11	Painel standard nas estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)
Trem	05/11 a 04/12	Painel standard nas estações Hebraica e Brás (total: 2 painéis)
Sancas em ônibus	12/03 a 10/04	25 ônibus (2 sancas em cada carro, total de 50 sancas)
Sancas em ônibus	08/06 a 07/07	25 ônibus (2 sancas em cada carro, total de 50 sancas)
Sancas em ônibus	08/07 a 06/08	25 ônibus (2 sancas em cada carro, total de 50 sancas)
Sancas em ônibus	06/09 a 05/10	25 ônibus (2 sancas em cada carro, total de 50 sancas)
Sancas em ônibus	06/10 a 04/11	25 ônibus (2 sancas em cada carro, total de 50 sancas)
Sancas em ônibus	05/11 a 04/12	25 ônibus (2 sancas em cada carro, total de 50 sancas)
Internet	05/05	Banner portal Estadão
Internet	25/09	Banner portal Estadão
TV Minuto	23/09 a 07/10	Linha azul e verde

3.4.4.2. *Disciplinar*

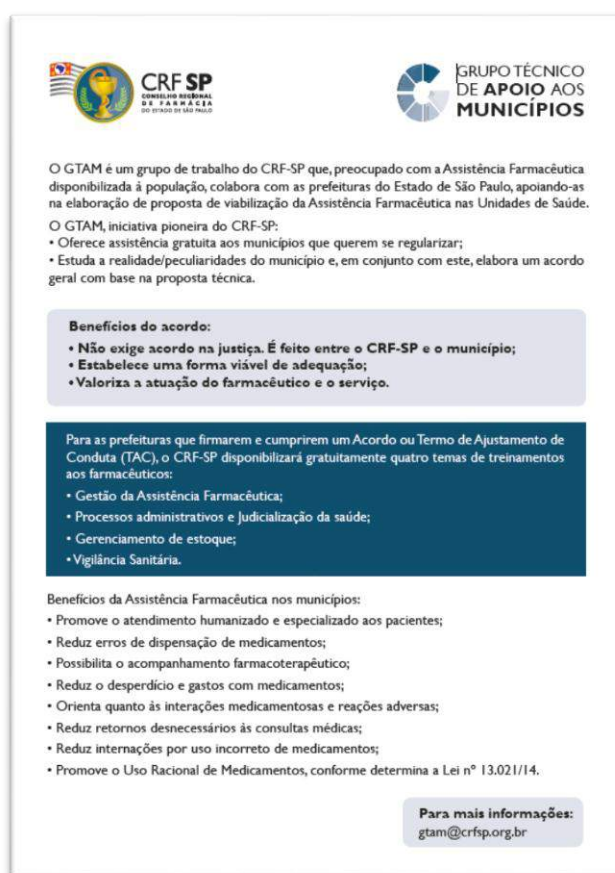
A atuação disciplinar do CRF-SP voltada a sociedade tem como objetivo garantir a assistência farmacêutica, o uso racional de medicamentos e contribuir na propositura de políticas de saúde em benefício da saúde pública. Esta atuação foi tratada no processo 2 do macroprocesso denominado de “Ações para a sociedade”, previsto no planejamento operacional. Abaixo apresenta-se as atividades realizadas para alcance desse objetivo.

a. Regularização da Assistência Farmacêutica na rede pública municipal

O Grupo Técnico de Apoio aos Municípios (GTAM) foi criado no início de 2012 com o objetivo de auxiliar as prefeituras quanto à regularização da Assistência Farmacêutica da rede pública de seus municípios. São realizadas reuniões com os gestores e farmacêuticos das prefeituras interessadas para estudar a realidade de cada município e oferecer um modelo a ser seguido e um acordo de ajuste.

Foram realizadas 22 reuniões do GTAM com municípios, que resultaram em 12 acordos (novos ou renovados) e 02 Termos de Ajuste de Conduta (TAC) assinados. Além disso, foram cancelados 18 acordos e/ou TAC executados de municípios que não cumpriram o projeto firmado.

Além das negociações propriamente ditas, o GTAM tem desenvolvido outras ações para sensibilizar os gestores sobre a importância de manter o farmacêutico nas unidades de dispensação, tais como: distribuição de folder em eventos da área. A seguir o modelo da filipeta distribuída no Congresso do Cosems em 2016 e na reunião de Diretores do GTAM.



A filipeta de divulgação do GTAM apresenta o logo do CRF-SP (Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo) e do Grupo Técnico de Apoio aos Municípios. O texto descreve o GTAM como um grupo de trabalho do CRF-SP focado na assistência farmacêutica. Destaca-se que o acordo não exige ação judicial e valoriza a atuação do farmacêutico. Também menciona que, para municípios que assinarem um acordo ou TAC, o CRF-SP oferecerá treinamentos gratuitos em temas como gestão da assistência, processos administrativos, gerenciamento de estoque e vigilância sanitária. A filipeta também lista benefícios da assistência farmacêutica nos municípios, como atendimento humanizado, redução de erros e desperdícios, e promoção do uso racional de medicamentos.

CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**GRUPO TÉCNICO
DE APOIO AOS
MUNICÍPIOS**

O GTAM é um grupo de trabalho do CRF-SP que, preocupado com a Assistência Farmacêutica disponibilizada à população, colabora com as prefeituras do Estado de São Paulo, apoiando-as na elaboração de proposta de viabilização da Assistência Farmacêutica nas Unidades de Saúde.

O GTAM, iniciativa pioneira do CRF-SP:

- Oferece assistência gratuita aos municípios que querem se regularizar;
- Estuda a realidade/peculiaridades do município e, em conjunto com este, elabora um acordo geral com base na proposta técnica.

Benefícios do acordo:

- Não exige acordo na justiça. É feito entre o CRF-SP e o município;
- Estabelece uma forma viável de adequação;
- Valoriza a atuação do farmacêutico e o serviço.

Para as prefeituras que firmarem e cumprirem um Acordo ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o CRF-SP disponibilizará gratuitamente quatro temas de treinamentos aos farmacêuticos:

- Gestão da Assistência Farmacêutica;
- Processos administrativos e Judicialização da saúde;
- Gerenciamento de estoque;
- Vigilância Sanitária.

Benefícios da Assistência Farmacêutica nos municípios:

- Promove o atendimento humanizado e especializado aos pacientes;
- Reduz erros de dispensação de medicamentos;
- Possibilita o acompanhamento farmacoterapêutico;
- Reduz o desperdício e gastos com medicamentos;
- Orienta quanto às interações medicamentosas e reações adversas;
- Reduz retornos desnecessários às consultas médicas;
- Reduz interações por uso incorreto de medicamentos;
- Promove o Uso Racional de Medicamentos, conforme determina a Lei nº 13.021/14.

Para mais informações:
gtam@crfsp.org.br

Figura 12. Filipeta de divulgação do GTAM

b. Gerais

Ainda considerando a competência disciplinar do CRF-SP, esta Autarquia também contribui na elaboração/revisão de normas. Considerando esse quesito, em 2016, atuamos da seguinte forma:

- ✓ **Contribuição em consultas públicas:** conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 11. Consultas Públicas: Apreciações e Proposições

CP	Assunto	Comissões envolvidas
CP Anvisa Guia 1/15	Guia para a elaboração do Relatório Sumário de Validação de Processo de Fabricação de Medicamentos	Indústria
CP Anvisa Guia 4/15	Guia para obtenção do perfil de degradação, e identificação e qualificação de produtos de degradação de medicamentos	Indústria
CP Anvisa nº 157/16	Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira.	Homeopatia
CP Anvisa nº 129/16	Proposta de RDC que dispõe sobre a validação de métodos analíticos de ensaios biológicos, microbiológicos, imunológicos, de identificação, quantitativos para a determinação de impurezas, ensaios limite para o controle de impurezas, ensaios quantitativos para a determinação de insumos farmacêuticos em amostras de matérias-primas ou de medicamentos em todas as suas fases de produção.	Indústria
CP Anvisa nº 273/16	Proposta de norma que trate da terceirização de etapas de produção e de análises de controle de qualidade e de armazenamento de medicamentos.	Indústria
CP CFF nº 04/16	Titulação mínima para a atuação do farmacêutico nos serviços de atendimento pré-hospitalar, farmácia hospitalar e outros serviços de saúde.	Farmácia Hospitalar
CP DAF/SCTIE/MSnº 02/16	Monografias de plantas medicinais de interesse ao SUS.	Plantas Medicinais e Fitoterápicos

- ✓ **Grupo de Trabalho sobre o autoteste para o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana):** após a publicação da RDC 52/15 (que dispõe sobre as regras para o registro de produtos para diagnóstico in vitro como autoteste para o HIV, para fins de triagem, e permite a sua venda em farmácias, drogarias, postos de medicamentos e serviços de saúde, ou em programas de saúde pública), o CRF-SP formou um grupo de trabalho para discussão sobre o tema. O grupo é formado por representantes das Comissões Assessoras de Análises Clínicas e Toxicológicas, Farmácia e Saúde Pública e, em 2016, elaborou as seguintes propostas: Instrução Normativa para a RDC 52/15, a fim

de estabelecer que o autoteste deve permanecer do lado de dentro do balcão para ser entregue mediante orientação do farmacêutico; Resolução de âmbito para o CFF, com o intuito de exigir que o farmacêutico participe de uma capacitação para saber como orientar de forma correta o paciente; elaboração de Material orientativo para a população, com esclarecimentos sobre a doença e o teste de triagem, incluindo a possibilidade de resultados falsos positivos e negativos.

- ✓ **Consultório Farmacêutico:** considerando a importância da regulamentação e disponibilização dos serviços farmacêuticos para a população, nos diversos locais e diante da falta de um Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) específico para consultório farmacêutico, o CRF-SP reuniu-se com o CVS para discutir a alteração da Portaria CVS nº 04/11 para que o consultório farmacêutico seja enquadrado no CNAE 8650-0/99, de forma que os profissionais possam regularizar seus consultórios (atividade prevista na Resolução do CFF nº 585/13) perante as autoridades sanitárias. Após as reuniões, o CRF-SP encaminhou proposta de revisão da referida portaria, porém, não obteve retorno do CVS até o momento.
- ✓ **Revisão da RDC Anvisa nº 44/09:** a revisão foi encaminhada para o CFF.
- ✓ **Proposta de revisão de resoluções do CFF:** foram elaboradas 3 propostas de revisão de resoluções do Conselho Federal de Farmácia, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro 12. Normas do CFF revisadas

Resolução	Assunto	Comissão Assessora	Proposta
Resolução CFF nº 601/14	Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito da homeopatia e dá outras providências.	Homeopatia	Inclusão de texto para alinhamento com as Resoluções do CFF nº 585 e 586/2013
Resolução CFF nº 499/08	Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências.	Educação Farmacêutica	Inclusão dos serviços prestados por estudantes nas Farmácias Universitárias

Resolução CFF nº 616/15	Define os requisitos técnicos para o exercício do farmacêutico no âmbito da saúde estética, ampliando o rol das técnicas de natureza estética e recursos terapêuticos utilizados pelo farmacêutico em estabelecimentos de saúde estética.	Farmácia Estética	Inclusão da possibilidade de prescrição por farmacêuticos de não MIPs necessários para a realização dos procedimentos estéticos
-------------------------	---	-------------------	---

- ✓ **Inscrição dos Centros de Pesquisa no CRF-SP:** atualmente, não há norma regulamentadora para Centros de Pesquisa Clínica, apenas para Centros de Bioequivalência (RDC 56/14), sendo assim foi elaborada pela Comissão de Pesquisa Clínica do CRF-SP uma proposta de RDC para a Anvisa que regulamenta a Certificação de Boas Práticas em Centro de Pesquisa para a realização de Estudos Clínicos e uma proposta de criação de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e CNAE tanto para as atividades de Pesquisa Clínica quanto de uma Farmácia albergada na unidade. Em 2016, os membros apresentaram essas propostas em reunião Plenária do CRF-SP e obtiveram unânime aprovação dos Conselheiros, os quais deliberaram pelo encaminhamento ao CFF e, posteriormente, para a Anvisa.
- ✓ **Apresentação de minuta de projeto de lei sobre Uso Racional de Medicamentos para vereadores dos seguintes municípios:** Sumaré e Conchal. Ressalta-se que em Conchal a minuta apresentada está em trâmite na câmara dos vereadores (PL nº 23/16) e em Sumaré já é lei (Lei nº 5871/16). Em São Paulo também foi aprovada a Lei 16.448/16, decorrente de minuta de PL proposta pelo CRF-SP em 2015. Essa atividade vai ao encontro do projeto 1, contido no objetivo 8 (Promoção do Uso Racional de Medicamentos). Ou seja, com a apresentação de 2 projetos superou-se a meta estabelecida.
- ✓ **Apresentação de minuta de projeto de lei sobre serviços farmacêuticos em farmácias, incluindo a aplicação de vacinas, para vereadores dos seguintes municípios:** Sumaré e Conchal. Em Conchal a minuta apresentada está em trâmite na câmara dos vereadores (PL nº 24/16) e em Sumaré já foi aprovada, sendo a Lei nº 5884/16. Em São Paulo também tramita o PL 313/15,

decorrente de minuta apresentada pelo CRF-SP em 2015. Com essas ações superou-se à meta estabelecida para o projeto 4 (fomentar a discussão sobre aplicação de vacinas em farmácias) do objetivo 7 (contribuição para os avanços da profissão). Além de ser uma ação prevista no processo 2 (disciplinar) do macroprocesso “ações para a sociedade”, visto que também é uma forma de contribuir na propositura de políticas de saúde em benefício da sociedade. A disponibilização e aplicação de vacinas em farmácias facilita o acesso da população a esse serviço e diminui o custo.

c. Participação em Conselhos Municipais de Saúde

Conforme previsto no processo 2 (disciplinar) do macroprocesso “ações para a comunidade” e com o objetivo de contribuir na propositura de políticas públicas e beneficiar a saúde da população mantém a participação de farmacêuticos voluntários como representantes em conselhos municipais de saúde. Atualmente conta-se com a participação de farmacêuticos voluntários em 14 municípios.

Quadro 13. Participação em Conselhos Municipais de Saúde

Seccional	Representante
Adamantina	Dra. Sabrina Alves Giannota
Araçatuba	Dr. Ricardo Wagner Ferrari Machado Dr. Gustavo de Abreu Mattos (suplente)
Barretos	Dr. Gilmarcio Zimmermann Martins
Bauru	Dra. Maria Benedita Esgotti Dra. Karla Panice Pedro (suplente)
Guarujá (Pertence à Seccional de Santos)	Dr. Eugenio Amaral Bastos Dr. Nelson Pereira da Cruz (suplente)
Guarulhos	Dra. Vanessa Scaldelai Sandor Dra. Samanta Oliveira da Silva (suplente)
Limeira (Pertence à Seccional de Piracicaba)	Dr. Ézio José Campos Filho Dra. Caliane Oliveira de Santana (suplente) Dra. Carolina Nardi Duarte Dra. Maria Simone Rodrigues (suplente)
Marília	Dra. Mafalda Biagini
Presidente Prudente	Dr. João Alfredo G. A. Gurgel
Ribeirão Preto	Dra. Sheila Maria Soares
Santa Isabel (pertence à Seccional de Mogi das Cruzes)	Dra. Eliane Aguiar Bonfim Oliveira Dra. Lilian Carboni Miyoshi
Santo André	Dr. Marcos Machado Ferreira

São João da Boa Vista	Dr. Sérgio Eduardo Goulart Dr. Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. (suplente)
São José dos Campos	Dr. André Luis dos Santos

3.4.5. Ações para o farmacêutico

3.4.5.1. Orientador

Um dos macroprocessos finalísticos definidos pela gestão desta Entidade é a promoção de ações orientativas voltadas para o farmacêutico. Em resumo, o CRF-SP disponibiliza os seguintes produtos ao profissional: cursos presenciais e à distância, materiais técnicos impressos e disponíveis para *download* (fascículos, cartilhas, manuais, informes técnicos), eventos diversos (seminários, fóruns, encontros, palestras, workshops, simpósios, mesas redondas), Revista do Farmacêutico, e-mails divulgando as ações do CRF-SP, aplicativo para celular denominado “CRF-SP.

a. Cursos presenciais

Os cursos essenciais do CRF-SP têm como objetivo o aperfeiçoamento dos farmacêuticos e, dessa forma, contribuir para que o profissional atenda às necessidades da sociedade da forma mais adequada. Nesse contexto, para definir a grade de cursos e atualizações on-line para 2016, o CEP considerou os temas mais frequentes sugeridos pelos participantes de cursos em 2015 e pelos membros das comissões assessoras. Outra ferramenta utilizada na definição de temas foi uma pesquisa disponibilizada no portal do CRF-SP.

Em 2016, o CRF-SP promoveu 141 cursos gratuitos, com duração de 04 ou 08 horas, elaborados para atingir as necessidades básicas dos farmacêuticos e capacitá-los para exercer plenamente seu papel de profissional de saúde junto à população.

Foram realizados 141 cursos no Estado de São Paulo, com 35 temas diferentes, que alcançaram 4.603 participantes, sendo 3.734 farmacêuticos e havendo, em média, 26 profissionais por curso.

Quadro 14. Cursos presenciais realizados em 2016

Local	Data	Tema
São Paulo	21 e 23/03/2016	Marketing farmacêutico
	29 e 31/03/2016	Aspectos técnicos e regulatórios relacionados ao desenvolvimento e registro de medicamentos
	02/04/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	12 e 14/04/2016	Orientações no uso de suplementos alimentares
	26 e 28/04/2016	Prescrição farmacêutica de produtos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC)
	05/05/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	11 e 12/05/2016	Prescrição farmacêutica de medicamentos homeopáticos
	19/05/2016	Casos práticos em infrações sanitárias
	23 e 24/05/2016	Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC
	04/06/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de dermocosméticos
	07 e 09/06/2016	Boas práticas de dispensação de medicamentos com ênfase em POPs
	14 e 16/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	22 e 23/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
	29 e 30/06/2016	Interações medicamentosas – MIPs
	17/09/2016	Como montar uma farmácia: passo a passo
	22/09/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	27 e 29/09/2016	Boas práticas em manipulação de medicamentos com ênfase em POPs
	18 e 20/10/2016	Prescrição farmacêutica - dor, febre e cefaleia
	25 e 27/10/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de antimicrobianos
	05/11/2016	Cuidados farmacêuticos na oncologia
08 e 10/11/2016	Cuidados farmacêuticos na pediatria	
23 e 24/11/2016	Farmacoeconomia aplicada à área hospitalar	
29/11/2016	Assistência farmacêutica no SUS	
06 e 09/12/2016	Cuidados farmacêuticos na manipulação de medicamentos veterinários	
Adamantina	16/04/2016	Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos
	25/06/2016	Avaliação de exames laboratoriais para acompanhamento farmacoterapêutico
	03/09/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	19/11/2016	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
Araçatuba	14/05/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de dermocosméticos

	22 e 23/06/16	Avaliação de exames laboratoriais para acompanhamento farmacoterapêutico
	17/09/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
	26 e 27/10/16	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
Araraquara	14/05/2016	Farmácia clínica
	10/09/2016	Marketing farmacêutico
	22/10/2016	Prescrição farmacêutica - dor, febre e cefaleia
Avaré	16/04/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	11/06/2016	Interações medicamentosas – MIPs
	08/10/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
Barretos	16/04/2016	Avaliação de exames laboratoriais para acompanhamento farmacoterapêutico
	25/06/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	08/10/2016	Cuidados farmacêuticos na oncologia
	05/11/2016	Cuidados farmacêuticos: atuação clínica na farmácia
Bauru	14/05/2016	Interações medicamentosas – MIPs
	23/07/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	19/11/2016	Farmácia clínica aplicada à farmácia hospitalar
Bragança Paulista	30/04/2016	Gestão em farmácia hospitalar
	10/09/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	29/10/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de suplementos alimentares
Campinas	09/04/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
	18/06/2016	Gestão e boas práticas em transporte e logística farmacêutica
	30/07/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	27/08/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
	17/09/2016	Interferência de medicamentos em exames laboratoriais
	15/10/2016	Cuidados farmacêuticos: atuação clínica na farmácia
Caraguatatuba	30/04/2016	Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos
Caraguatatuba (Lorena)	25/06/2016	Prescrição farmacêutica - dor, febre e cefaleia
Fernandópolis	06/05/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	29/10/2016	Cuidados farmacêuticos: atuação clínica na farmácia
	26/11/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
Franca	13/08/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	17/09/2016	Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos
	03/12/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
Guarulhos	23/07/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
	10/09/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
	29/10/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	03/12/2016	Farmácia clínica aplicada à farmácia hospitalar

Jundiaí	14/05/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	11/06/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	16/07/2016	Prescrição farmacêutica - dor, febre e cefaleia
	03/09/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	08/10/2016	Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC
	10/12/2016	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
Marília	04/06/2016	Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC
	02/07/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	03/09/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
Mogi das Cruzes	30/04/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	04/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
	30/07/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	03/12/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
Osasco	14/05/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	25/06/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
	23/07/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
	10/09/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	19/11/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
Piracicaba	01 e 02/06/16	Gestão de resíduos
	02/07/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	10/09/2016	Farmacovigilância na indústria
Piracicaba (Araras)	08/10/2016	Prescrição farmacêutica de produtos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC)
Piracicaba (Santa Barbara D'Oeste)	13/05/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de dermocosméticos
Presidente Prudente	18/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	10/09/2016	Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC
	29/10/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
	13 e 14/11/16	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
Registro	12 e 13/09/16	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	19/11/2016	Cuidados farmacêuticos na pediatria
Ribeirão Preto	18/06/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
	16/07/2016	Farmácia clínica
	03/09/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	29/10/2016	Cuidados farmacêuticos na oncologia
Santo André	16/04/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	16/07/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso

	27/08/2016	Interferência de medicamentos em exames laboratoriais
	01/10/2016	Cuidados farmacêuticos: atuação clínica na farmácia
	03/12/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
Santo André (São Bernardo)	11/06/2016	Interpretação de exames laboratoriais - módulo I
Santo André (São Caetano)	10/12/2016	Interações medicamentosas – MIPs
Santos	11/06/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	23/07/2016	Casos práticos em infrações sanitárias
	03/09/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	08/10/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	26/11/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
São João da Boa Vista	30/04/2016	Interações medicamentosas – MIPs
	02/07/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	03/09/2016	Prescrição farmacêutica - dor, febre e cefaleia
	08/10/2016	Avaliação de exames laboratoriais para acompanhamento farmacoterapêutico
São José do Rio Preto	11/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	16/07/2016	Interações medicamentosas em transtornos mentais
	15/10/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	03/12/2016	Cuidados farmacêuticos: atuação clínica na farmácia
São José do Rio Preto (Catanduva)	05/11/2016	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
São José dos Campos	16/04/2016	Prescrição farmacêutica - dor, febre e cefaleia
	14/05/2016	Técnicas de aplicação de injetáveis
	18/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	10/09/2016	Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos
	26/11/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de dermocosméticos
Sorocaba	30/04/2016	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	04/06/2016	Prescrição farmacêutica - sistema respiratório
	01/10/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
	05/11/2016	Prescrição farmacêutica de produtos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC)
	18/11/2016	Cuidados farmacêuticos na dispensação de dermocosméticos
	10/12/2016	Farmácia clínica aplicada à farmácia hospitalar
Zona Leste	09/04/2016	Gestão e boas práticas em transporte e logística farmacêutica
	18 e 19/05/16	Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso
	16/07/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica

	15 e 16/09/16	Cuidados farmacêuticos na dispensação de dermocosméticos
	08/10/2016	Cuidados farmacêuticos na pediatria
	19/11/2016	Portaria 344/98 e suas atualizações
Zona Sul	16/04/2016	Gestão de pessoas/Liderança farmacêutica
	30/07/2016	Farmácia clínica[2]
	15/10/2016	Prescrição farmacêutica - sistemas gastrointestinal e geniturinário
	19/11/2016	Cuidados farmacêuticos: atuação clínica na farmácia

Observa-se analisando os dados apresentados no quadro 14 que foi cumprida a meta proposta no projeto 6, contido no objetivo 2 (capacitação técnica). O CRF-SP mantém 28 seccionais e a meta era a realização de 2 cursos por ano em cada seccional e 10 cursos por ano na sede. Porém, durante o ano avaliou-se a demanda e a necessidade de realização de novos cursos, o que gerou o aumento na quantidade de cursos oferecidos.

A realização dos cursos presenciais também objetivou dar cumprimento às metas estabelecidas para os projetos 1 (incentivar a prática da prescrição farmacêutica para garantia da segurança do paciente na utilização de medicamentos isentos de prescrição médica) e 2 (incentivar a atuação do farmacêutico na área clínica – Resolução do CFF nº 585/13) do objetivo 7 (contribuição para os avanços da profissão), visto que foram realizados mais de 5 cursos sobre prescrição farmacêutica e mais de 10 cursos pertinentes à atuação clínica do profissional. Todos esses cursos estão relacionados no quadro 14 e demonstram a superação da meta proposta. Ressalta-se que os cursos sobre cuidados farmacêuticos que constam na relação referem-se à atuação clínica do profissional.

Por fim, destaca-se a superação da meta estabelecida no projeto 2 (fomentar discussões e implementar ações para que o farmacêutico atenda às diretrizes do SNGPC instituído pela Anvisa) do objetivo 8 (promoção do uso racional de medicamentos), visto que foram realizados 3 cursos com o tema “Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC” nas seguintes datas e locais: 04/06/16 em Marília, 10/09/16 em Presidente Prudente e 08/10/16 em Jundiaí.

b. Treinamentos presenciais

Desde julho de 2015 o GTAM tem oferecido 4 treinamentos para os farmacêuticos de prefeituras que estejam cumprindo os acordos e/ou TAC firmados com o CRF-SP: Gestão da Vigilância Sanitária; Gerenciamento de estoque; Processos administrativos e judicialização da saúde e Vigilância Sanitária. Em 2016 foram realizados treinamentos em São Bernardo do Campo e Ribeirão Preto.

c. Ensino à distância (EAD)

A Academia Virtual de Farmácia, plataforma de ensino à distância do CRF-SP, lançada em 2014, é uma ferramenta oferecida aos farmacêuticos inscritos no CRF-SP que facilita o acesso a capacitações e atualizações on-line e proporciona flexibilidade no horário de estudo.

O objetivo deste projeto é disseminar o conhecimento para atingir grande número de profissionais, visando a sua atualização e aperfeiçoamento. Essa é uma das diretrizes da gestão (diretriz 4), prevista no planejamento organizacional desta Entidade.

Em 2016, foram lançados dois novos temas de atualizações na plataforma de ensino à distância do CRF-SP: “Cuidados farmacêuticos em pacientes com hipertensão arterial sistêmica” e “Casos práticos em infrações sanitárias”. Atingindo a meta proposta no projeto 7, objetivo 2.

Tabela 10. Dados quantitativos das atualizações online realizados em 2016

Cursos	Quantidade de módulos	Carga horária total aproximada	Quantidade de inscritos
Eventos Adversos e Farmacovigilância	8	4h	366
Prescrição Farmacêutica- Introdução	4	2h	677
Cuidados farmacêuticos em pacientes com hipertensão arterial sistêmica	5	3h	142
Casos práticos em infrações sanitárias	6	4h	58

Além das atualizações, também foram disponibilizadas capacitações *on line* em 2016 na Academia Virtual de Farmácia, com os seguintes temas: “Capacitação Dengue, Zika e Chikungunya”, “Capacitação Dengue, Zika e Chikungunya [Parte 2]”, “Capacitação Influenza - com ênfase na H1N1”, “Capacitação Responsabilidade

Técnica x Legislação vigente” e “Capacitação Semana de Assistência Farmacêutica (SAF)”.

Tabela 11. Dados quantitativos das atualizações online realizadas em 2016

Cursos	Quantidade de módulos	Carga horária total aproximada	Quantidade de capacitados
Capacitação Dengue, Zika e Chikungunya	8	4h	199
Capacitação Dengue, Zika e Chikungunya [Parte 2]	5	2h30min	3
Capacitação Influenza - com ênfase na H1N1	4	3h	37
Capacitação Semana de Assistência Farmacêutica (SAF)	1	1h30min	196

d. Material técnico

- ✓ **Fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde:** Em janeiro de 2016 foi lançado o fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde com o tema: “Consulta e Prescrição Farmacêutica” e tiragem de 55 mil exemplares. Os fascículos são produzidos com o objetivo de contribuir com o uso racional de medicamentos, a valorização do farmacêutico, um ambiente compatível com as reais necessidades da população e, principalmente, com a melhoria da saúde pública. Esses materiais recebem a chancela da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), são publicados anualmente, enviados por mala direta aos farmacêuticos inscritos no CRF-SP, distribuídos nos eventos promovidos pelo Conselho e disponibilizados para *download* gratuito no portal da entidade. O lançamento desse fascículo vai ao encontro do estabelecido no projeto 1, objetivo 2 (capacitação técnica), cumprindo-se a meta estabelecida para o ano.
- ✓ **Manuais:** foram realizados 03 lançamentos, com os seguintes temas: Manual de Orientação ao Farmacêutico: manual de orientação sal/base; Manual de Orientação ao Farmacêutico: aspectos legais da dispensação; Material de apoio para a SAF 2016.
- ✓ **Cartilhas das Comissões Assessoras:** foi desenvolvida uma nova cartilha e revisadas 6: Farmácia Estética (nova edição); Farmácia Hospitalar (revisão); Homeopatia (revisão); Plantas Medicinais e Fitoterápicos (revisão); Análises

Clínicas e Toxicológicas (revisão); Distribuição e Transporte (revisão); Farmácia (revisão). A cartilha da Comissão Assessora de Farmácia Estética tem linguagem acessível e noções gerais da área para os acadêmicos e os farmacêuticos recém-formados. O material está disponível para download no Portal do CRF-SP (www.portal.crfsp.org.br). A realização dessa atividade superou a meta estabelecida no projeto 3, objetivo 2 (capacitação técnica).

e. Eventos

Em 2016, foram realizados 148 eventos idealizados/promovidos pelas Comissões Assessoras, Comitês, Grupos Técnicos e Seccionais, com a participação de 6.217 farmacêuticos e acadêmicos de Farmácia, conforme detalhado no quadro a seguir.

Tabela 12. Eventos realizados pelo CRF-SP em 2016

Data	Eventos	Total de Participantes
03/10/2016	“O Brasil sabe cuidar dos seus idosos?”	86
30/05/2016	A importância do farmacêutico na luta contra a dopagem no esporte	41
18/06/2016	Âmbito 1 - I Fórum de Análises Clínicas e Farmácia Clínica	73
18/06/2016	Âmbito 1 - I Simpósio de Farmácia Estética	76
18/06/2016	Âmbito 1 - V Seminário de Acupuntura	43
18/06/2016	Âmbito 1 - Workshop Técnico Quality by design	59
20/08/2016	Âmbito 2 - II Fórum de Farmacêuticos em Distribuição e Transporte	71
20/08/2016	Âmbito 2 - II Fórum de Pesquisa Clínica e Farmácia Clínica	63
20/08/2016	Âmbito 2 - II Seminário de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	52
20/08/2016	Âmbito 2 - Workshop Realidade dos Serviços Farmacêuticos	42
22/10/2016	Âmbito 3 - IV Seminário de Acupuntura	55
22/10/2016	Âmbito 3 - Seminário de Farmácia Hospitalar	41
22/10/2016	Âmbito 3 - Seminário de Prescrição Homeopática em Doenças Agudas	66
22/10/2016	Âmbito 3 - VI Seminário de Saúde Pública	80
25/06/2016	Atuação do farmacêutico em Acupuntura	26

17/02/2016 a 13/06/2016	Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue (38 capacitações)	1260
24/02/2016 a 16/11/2016	Ciclo de Palestras - O Farmacêutico Clínico Especialista	259
Durante o ano todo	Como evitar infrações sanitárias e penais em Estabelecimentos Farmacêuticos (21 palestras)	953
27/10/2016	Como reduzir a carga tributária em sua farmácia?	7
28/09/2016	Controle de Pragas no Setor Farmacêutico	20
26/11/2016	Desenvolvimento de Produtos Cosméticos	26
29/02/2016	Encontro de Farmácia Estética – “Requisitos Técnicos para o Exercício do Farmacêutico no Âmbito da Saúde Estética”	61
16/07/2016	Farmácia Hospitalar	15
26/04/2016	Fiscalização em empresas de distribuição, transporte e logística	39
02/08/2016	I Encontro de Farmacêuticos Proprietários de Farmácia	54
14/05/2016	I Fórum de Direitos e Prerrogativas Profissionais: “Prescrição, ilegitimidade e ausência de informação: um risco para pacientes, profissionais e instituições de saúde”	98
24/06/2016	I Fórum sobre Judicialização da Saúde	42
09/03/2016	I Simpósio Regional de Segurança do Paciente	44
06/08/2016	I Workshop – Farmácia: Oportunidades e Desafios	61
19/11/2016	II Seminário de Logística Farmacêutica do CRF-SP	107
10/12/2016	II Simpósio de Segurança do Paciente - A comunicação como importante ferramenta de segurança	54
29/10/2016	III Encontro de Jovens Farmacêuticos	174
30/07/2016	III Seminário de Resíduos e Gestão Ambiental	85
16/05/2016 a 25/06/2016	Influenza com ênfase em H1N1 (8 capacitações)	120
24/09/2016	Integração do Farmacêutico ao Sistema de Saúde: O Valor da Intervenção Farmacêutica para a Saúde Pública e os aspectos éticos observados internacionalmente - Cenário da Europa e uma comparação com o sistema Brasileiro	57
27/02/2016	IV Fórum Estadual de discussão sobre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Farmácia	22
29/08/2016	Metodologias de Investigação em Medicina Complementar	48
27/07/2016	Palestra sobre Segurança do Paciente - Prescrição, Dispensação e Rastreabilidade	25
25/06/2016	Plantas Alimentícias Não Convencionais	8

21/05/2016	Prescrição de Fitoterápicos	11
22/08/2016	Produtos Perigosos	23
26/10/2016	Qualificação de áreas e cadeia do frio	22
16/04/2016	Qualificação de Fornecedores	42
06/08/2016	Registro de medicamentos / Bioequivalência e equivalência para registro de medicamentos	45
09/04/2016	Seminário de Homeopatia: A Farmácia Homeopática como Estabelecimento de Saúde	41
22/10/2016	Validação de Sistemas Computadorizados	28
08/10/2016	X Fórum de Diretrizes Curriculares – Matriz de competências para atuação clínica do farmacêutico	30
20/01/2016	XVI Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Farmácia: Que futuro estamos construindo?” (Sede)	319
03/08/2016 a 17/11/2016	XVI Encontro Paulista de Farmacêuticos - Farmácia Clínica como nova perspectiva de sucesso para o farmacêutico (28 Encontros nas Seccionais)	1143
	Total Geral	6.217

Com a realização desses eventos superou-se a meta estabelecida no projeto 4 (realização de 10 eventos relacionados a áreas específicas da profissão), objetivo 2 (capacitação técnica).

- ✓ **Palestras Técnicas:** durante as reuniões ordinárias de algumas comissões assessoras em 2016 foram realizadas palestras técnicas, a fim de difundir o conhecimento entre os membros. Temas abordados: Cicatrização e Estética, Terapia do equilíbrio dos canais de Manaka, Photonterapia, Moxabustão de Calor Sensitivo e Rastreabilidade; Dosagem de Fitoterápicos; Suplementos Nutricionais; Produtos Naturais; Suplementos Nutricionais - Alimentos funcionais e novos alimentos; Óleos vegetais e essenciais; Curso de especialização em fitoterapia; Definição de Ingestão Diária Recomendada (IDR) para fitoquímicos e nutracêuticos.
- ✓ **Ciclo de Palestras – Farmacêutico Clínico Especialista:** em 2016, a Comissão Assessora de Farmácia Clínica realizou 9 palestras do Ciclo de Palestras – Farmacêutico Clínico Especialista, que contou, ao todo, com 259 participantes. Os temas abordados foram: Acidente Vascular Cerebral (17/02); Oncologia (13/04); Terapia Nutricional, parenteral e enteral (18/05); Farmácia

Clínica no Transplante Renal (15/06); Farmacêutico Clínico no cuidado ao idoso (20/07); Farmacêutico Clínico no Uso Racional de Antimicrobianos (17/08); Farmácia Clínica na Atenção Básica (21/09); A importância do farmacêutico clínico na Farmacovigilância (26/10); Cuidados Paliativos (16/11). Esse ciclo de palestras também contribuiu para o alcance da meta prevista no projeto 2 (incentivar a atuação do farmacêutico na área clínica – Resolução CFF nº 585/13) do objetivo 7 (contribuições para o avanço da profissão) desta Entidade.

- ✓ **I Escola Farmacêutica de Inverno:** de 25 a 29 de julho de 2016 foi realizada a I Escola Farmacêutica de Inverno, que contou com 43 participantes em todos os dias e com os seguintes temas: Novos Nichos do Mercado Farmacêutico; Residência Multiprofissional; Noções Básicas de Marketing Farmacêutico; Marketing; Farmácia Estética e Cosméticos Orgânicos; Workshop Fragrância; Alimentos Funcionais e Suplementos Alimentares; Mercado de Trabalho na área de Alimentos; Workshop Suplementos; Biotecnologia Aplicada a Medicamentos e Vacinas/Tecidos; Workshop Biotecnologia
- ✓ **Programa de Recolocação Profissional (PAR):** o evento foi realizado nos dias 6, 7 e 8 de Outubro de 2016, no Plenário do CRF-SP, tendo como ministrante o Professor José Araújo Vilar. O programa abordou vários aspectos importantes para a recolocação profissional e contou com a participação de 32 farmacêuticos.
- ✓ **Simpósio: ANF-CRF/SP - Inovação Farmacêutica & Propriedade Intelectual:** realizado em 30/03/16, no auditório da UNIP, na capital, em conjunto com a Academia Nacional de Farmácia, contou a participação de 86 pessoas.

f. Criação de Comissões/Comitês/Grupos

Em cumprimento a meta estabelecida no projeto 3 (fomentar a discussão sobre novas áreas de atuação do farmacêutico) do objetivo 7 (contribuição para os avanços da profissão) foram criados 2 novos grupos: Grupo de Atenção ao Idoso e Grupo Técnico sobre Suplementos Alimentares.

- ✓ **Grupo de Atenção ao Idoso:** foi criado em 09 de maio de 2016 e tem como objetivo conscientizar e despertar o farmacêutico quanto as alterações

relacionadas a senilidade e senescência. Destacar a importância da realização dos cuidados farmacêuticos humanizados. Estimular o uso racional de medicamentos e adesão ao tratamento.

- ✓ **Grupo Técnico sobre Suplementos Alimentares:** foi criado em 28 de março de 2016 e tem como objetivo discutir sobre suplementos alimentares e a necessidade de se ter um farmacêutico capacitado para dispensar esta linha de produtos.

g. Educação continuada em Análises Clínicas

O projeto de Educação Continuada em Análises Clínicas e Toxicológicas foi lançado durante o VIII Seminário de Análises Clínicas e Toxicológicas em 2014. No ano de 2016 foram publicados os módulos de 5 a 7 com questões das áreas de hemodiálise, imunologia, microbiologia, parasitologia, toxicologia, virologia, bioquímica, gestão da qualidade e biologia molecular.

h. Revista do Farmacêutico, boletins eletrônicos e portal

- ✓ **Revista do Farmacêutico:** foram publicadas 4 edições da Revista do Farmacêutico (edição nº 124, 125, 126 e 127), com tiragem de 57.000 exemplares cada uma. Essas publicações também estão disponíveis no portal da entidade. Com essa atividade houve cumprimento da meta estabelecida no projeto 2 (Revista do Farmacêutico) do objetivo 2 (capacitação técnica).
- ✓ **Canal farmacêutico (boletim eletrônico do CRF-SP):** foram enviadas 69 edições do Canal Farmacêutico, sendo 37 boletins informativos e 32 programações de eventos.
- ✓ **Portal:** foram inseridas 879 matérias.

3.4.6. Ações de apoio à educação farmacêutica

As ações de apoio à Educação Farmacêutica representam um dos macroprocessos finalísticos do CRF-SP e se dividem em dois tipos: ações orientativas e ações disciplinares.

3.4.6.1. Orientador

Em consonância com o Plano de Gestão da Entidade foram realizadas ações orientativas de apoio à educação farmacêutica para atender as seguintes necessidades: destacar a importância do papel do farmacêutico para a sociedade e de sua atuação ética; promover a divulgação de resoluções relacionadas ao âmbito profissional e à educação farmacêutica. Para tanto, disponibilizou-se para as Instituições de Ensino Superior (IES) alguns produtos, como, por exemplo, livreto de Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica e palestras.

- ✓ **Palestras:** em 2016 foram realizadas 100 palestras, envolvendo 47 IES e 60 ministrantes, conforme detalhado no quadro abaixo, que inclui ainda os temas abordados.

Quadro 15. Palestras nas Instituições de Ensino Superior – 2016

Data	IES	Tema
04/02/16	Universidade São Francisco	A Importância Social do Farmacêutico
06/02/16	Universidade São Francisco	A Importância Social do Farmacêutico
16/02/16	Universidade Anhanguera	Ações do CRF-SP
16/02/16	Universidade Anhanguera	Ações do CRF-SP
16/02/16	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Botucatu	Workshop "Residência Multiprofissional de Saúde do Adulto e Idoso - Farmácia"
16/02/16	Centro Universitário Barão de Mauá	A Importância Social do Farmacêutico
15/03/16	Universidade Estadual de Campinas	Farmácia Estabelecimento de Saúde
28/03/16	Universidade Federal de São Paulo – Diadema	Prescrição Farmacêutica
04/04/16	Universidade Paulista - Araçatuba	Atuação do farmacêutico na Acupuntura
05/04/16	Universidade Paulista - Bauru	A Importância Social do Farmacêutico
06/04/16	Universidade Cruzeiro do Sul	A Importância Social do Farmacêutico
07/04/16	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila	Uso Racional de Medicamentos
08/04/16	Universidade Cruzeiro do Sul	A Importância Social do Farmacêutico

11/04/16	Universidade Federal de São Paulo - Diadema	A Ética no Exercício Profissional
13/04/16	Universidade de Franca	Atuação do farmacêutico na Distribuição e Transporte
14/04/16	Universidade de Franca	Prescrição Farmacêutica
14/04/16	Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino	Atuação do farmacêutico na Indústria
25/04/16	Universidade Estadual de Campinas	Empregabilidade
28/04/16	Instituto Metodista de Ensino Superior	Atuação do farmacêutico na Saúde Pública
30/04/16	Universidade Federal de São Paulo - Diadema	A Ética no Exercício Profissional
02/05/16	Universidade Paulista - Campinas	Me Formei. E agora?
02/05/16	Universidade Paulista - Campinas	Me Formei. E agora?
09/05/16	Universidade Federal de São Paulo - Diadema	Atuação do farmacêutico na Acupuntura
11/05/16	Instituto Metodista de Ensino Superior	Prescrição Farmacêutica
11/05/16	Centro Universitário de Votuporanga	Empregabilidade
11/05/16	Centro Universitário de Votuporanga	Medicamentos Falsificados
17/05/16	Universidade São Francisco	Interações Medicamentosas
18/05/16	Universidade São Francisco	Toxicologia Forense
18/05/16	Universidade Paulista - São José do Rio Pardo	Me formei. E agora?
19/05/16	Instituto Metodista de Ensino Superior	Atuação do farmacêutico na Farmácia Clínica
19/05/16	União das Faculdades dos Grandes Lagos	O Profissional Farmacêutico
24/05/16	Universidade Metodista de Piracicaba	Farmácia Estabelecimento de Saúde
31/05/16	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara	Atuação do farmacêutico na Distribuição e Transporte
31/05/16	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara	Me Formei. E agora?
01/06/16	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA	Empregabilidade
02/06/16	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara	A Importância do Farmacêutico para a Sociedade

02/06/16	Instituto Metodista de Ensino Superior	Atuação do farmacêutico na Farmácia Hospitalar
03/06/16	Universidade Anhanguera	A Importância Social do Farmacêutico
09/06/16	Centro Universitário Hermínio Ometto	Atuação do farmacêutico na Saúde Pública
15/06/16	Faculdades Integradas Maria Imaculada	Uso Racional de Medicamentos
15/06/16	Faculdade Nossa Cidade	Conhecendo o CRF-SP
16/06/16	Faculdades Integradas Maria Imaculada	A Importância Social do Farmacêutico
16/06/16	Faculdade Nossa Cidade	Conhecendo o CRF-SP
11/08/16	Universidade Estadual de Campinas	Prescrição Farmacêutica
15/08/16	Faculdade de Aldeia da Serra	A Importância do Farmacêutico para a Sociedade
18/08/16	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara	Medicamentos falsificados
19/08/16	Universidade Paulista - Limeira	Prescrição Farmacêutica
22/08/16	Fundação Hermínio Ometto	Atuação do Farmacêutico na Distribuição e Transporte
22/08/16	Universidade Federal de São Paulo - Diadema	Dengue, Chikungunya e Zika - O papel do farmacêutico.
24/08/16	Centro Universitário de Jales	Empregabilidade
24/08/16	Universidade Federal de São Paulo - Diadema	Atuação do Farmacêutico na Acupuntura
25/08/16	Universidade Federal de São Paulo - Diadema	Farmácia Estética
30/08/16	Universidade Sagrado Coração	A Importância Social do Farmacêutico
31/08/16	Universidade Sagrado Coração	Prescrição Farmacêutica
15/09/16	Universidade Cruzeiro do Sul	Mesa Redonda sobre Arbovirose
20/09/16	Fundação Hermínio Ometto	Doping no Esporte: Uma abordagem Multidisciplinar
29/09/16	Universidade de São Paulo	Prescrição Farmacêutica
03/10/16	Faculdade Nossa Cidade	A Importância do Farmacêutico para a Sociedade
04/10/16	Faculdade Nossa Cidade	Uso Racional de Medicamentos

04/10/16	Centro Universitário Barão de Mauá	Atuação do Farmacêutico na Pesquisa Clínica
04/10/16	Centro Universitário Barão de Mauá	Prescrição Farmacêutica
04/10/16	Universidade Santa Cecília	Atuação do farmacêutico na Distribuição e Transporte
05/10/16	Universidade Santa Cecília	Atuação do farmacêutico na Acupuntura
05/10/16	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Medicamentos da portaria 344 e Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC)
06/10/16	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Suplementos alimentares
07/10/16	Centro Universitário Padre Anchieta	Atuação do farmacêutico na Acupuntura
07/10/16	Centro Universitário Padre Anchieta	Atuação do farmacêutico na Farmácia Hospitalar
11/10/16	Faculdade Max Planck	Atuação do farmacêutico na Farmácia Hospitalar
13/10/16	Universidade Nove de Julho	Prescrição Farmacêutica
13/10/16	Universidade Nove de Julho	Uso Racional de Medicamentos
14/10/16	Faculdade Max Planck	Atuação do farmacêutico em Homeopatia
14/10/16	Universidade Paulista - Limeira	Atuação do Farmacêutico na Saúde Pública
17/10/16	Universidade Nove de Julho	Serviços farmacêuticos e atenção farmacêutica
18/10/16	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA	Prescrição Farmacêutica
19/10/16	Universidade de Santo Amaro	Atuação do Farmacêutico na Acupuntura
19/10/16	Universidade de Santo Amaro	Atuação do Farmacêutico na Acupuntura
19/10/16	Universidade Metodista de São Paulo	Prescrição Farmacêutica
19/10/16	Universidade Metodista de São Paulo	Medicamentos falsificados
19/10/16	Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias	A Importância do Farmacêutico para a Sociedade
20/10/16	FAIT	Atuação do Farmacêutico em Fitoterapia
24/10/16	Faculdade Sudoeste Paulista	Medicamentos falsificados

24/10/16	Centro Universitário de Jales	Atuação do farmacêutico na Pesquisa Clínica
27/10/16	Universidade Paulista - São José dos Campos	Prescrição Farmacêutica
27/10/16	Universidade Paulista - São José dos Campos	Prescrição Farmacêutica
28/10/16	Faculdade Anhanguera de Taubaté	Prescrição Farmacêutica
04/11/16	Universidade Paulista - Ribeirão Preto	Atuação do farmacêutico na Indústria
07/11/16	Universidade Paulista - São José do Rio Preto	O papel das entidades farmacêuticas pela valorização profissional
08/11/16	Universidade Anhanguera	Serviços farmacêuticos e atenção farmacêutica
08/11/16	Universidade Paulista - Santos	Atuação do farmacêutico na Acupuntura
08/11/16	Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio	Me formei. E agora?
08/11/16	Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio	A atuação do farmacêutico na Farmácia Clínica
10/11/16	Universidade de Marília	Gestão de Pessoas e Liderança Farmacêutica
10/11/16	Universidade de Marília	Interações Medicamentosas
16/11/16	Universidade Guarulhos	Me formei. E agora?
17/11/16	Universidade Guarulhos	Atuação do farmacêutico na Acupuntura
17/11/16	Faculdade Sudoeste Paulista	Atuação do farmacêutico em Fitoterapia
18/11/16	Faculdade Piaget	Atuação do farmacêutico na Distribuição e Transporte
18/11/16	Universidade Guarulhos	Atuação do farmacêutico em Homeopatia
21/11/16	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila	Atuação do farmacêutico em Homeopatia
02/12/16	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Botucatu	A atuação do farmacêutico na Saúde Pública

Além das palestras com os temas especificados no quadro acima, o CRF-SP ministrou em Instituições de Ensino Superior de Farmácia o tema: “Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional”, atendendo um total de 154 acadêmicos, em 6 IESs.

3.4.6.2. *Disciplinar*

Em consonância com o Plano de Gestão da Entidade foram realizadas ações disciplinares de apoio à educação farmacêutica para atender as seguintes necessidades: contribuir na formação ética de profissionais, preservar a qualidade da educação farmacêutica. Abaixo apresenta-se as ações realizadas.

- ✓ **IV Fórum de Discussão das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Farmácia:** realizado no dia 27 de fevereiro de 2016, oportunidade em que foram finalizadas as considerações da Comissão de Educação Farmacêutica (CAEF) do CRF-SP sobre as Diretrizes Curriculares, as quais foram apresentadas no II Fórum Nacional de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia.
- ✓ **II Fórum Nacional sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia:** o evento ocorreu em Brasília nos dias 22 e 23 de março de 2016 e contou com a participação da Comissão de Ensino do CFF (COMENSINO), da Comissão Assessora de Educação Farmacêutica do CFF (CAEF/CFF), da Associação Brasileira de Educação em Farmácia (ABEF) e de representantes de todos os Estados, incluindo membros da CAEF do CRF-SP. A CAEF do CRF-SP apresentou o documento elaborado no IV Fórum de Discussão das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Farmácia, cujas sugestões fomentaram o documento final do evento.
- ✓ **Grupo de Trabalho de Educação do Fórum dos Conselhos e Atividade Fim de Saúde:** durante o ano de 2016 o grupo de trabalho realizou 10 reuniões na Sede do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (CREF4-SP), e aprofundou as discussões sobre os cursos de graduação 100% a distância na área da saúde. Os 13 conselhos profissionais da área da saúde se posicionaram contrários à realização desses cursos e, para tentar coibir o funcionamento e a abertura de novos cursos, o grupo realizou 2 eventos: o I Encontro dos conselhos profissionais da área da saúde para discutir o ensino a distância na graduação e a Audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Com essas ações foi superada a meta de realização de 2 reuniões sobre o assunto educação à distância proposta no projeto 1 (promover discussões sobre exame de proficiência/avaliação do

egresso e sobre a graduação à distância) do objetivo 6 (apoio à educação farmacêutica).

- ✓ **I Encontro dos conselhos profissionais da área da saúde para discutir o ensino a distância na graduação:** realizado em julho de 2016. Contou com a participação dos 13 conselhos profissionais, que discutiram e deliberaram: reunir os departamentos jurídicos dos conselhos; protocolar Projetos de Lei (PL), individuais ou em conjunto, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara dos Deputados; levar o assunto à mídia; levantar os parlamentares da área da saúde, para sensibilizá-los da importância do assunto e conquistar apoio político; realizar audiências públicas para ampliar a discussão.
- ✓ **Audiência pública na ALESP:** realizada em novembro de 2016 pela Comissão de Saúde da ALESP. Foram convidados para a audiência: Comissões de Saúde e de Educação da ALESP, Conselho Nacional de Saúde e Educação, Conselho Estadual de Saúde e Educação, Presidentes dos Conselhos Profissionais e Deputados Estaduais. A referida audiência aprovou: moção de apoio ao documento elaborado pelo Fórum dos Conselhos e Atividade Fim de Saúde, posicionando-se quanto à abertura de cursos de graduação a distância na área da saúde, com as particularidades de cada profissão; moção de repúdio às instituições de ensino públicas e privadas que possuem cursos de graduação a distância na área da Saúde em funcionamento; apoio a todas as iniciativas parlamentares que visem aprimorar a legislação relativa à educação a distância para a graduação na área da saúde, garantindo a formação presencial com qualidade; apoio aos PLs nº 547/16 e 710/16, que proíbem o funcionamento de cursos técnicos a distância na área da saúde, no âmbito do Estado de São Paulo; recomendar ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo que não autorize o funcionamento de cursos de graduação na área de saúde na modalidade a distância; minuta de PL elaborado pelo Grupo de Educação do Fórum dos Conselhos e Atividade Fim de Saúde.
- ✓ **Parecer sobre a formação 100% em EAD:** a CAEF elaborou um parecer contrário à formação 100% a distância para os cursos de graduação em farmácia, o qual foi encaminhado para o Fórum dos Conselhos e Atividade Fim

de Saúde, a fim de unificar um parecer contrário dos Conselhos de Saúde e apresentar na Audiência Pública sobre a formação técnica na área da saúde em EAD na ALESP.

- ✓ **X Fórum Matriz de Competências para Atuação Clínica do Farmacêutico:** em 08 de outubro de 2016, realizou-se o evento que contou com 30 participantes e definiu: quais competências da matriz são responsabilidade da graduação; quais conteúdos/disciplinas favorecerão o desenvolvimento das competências; quais infraestruturas mínimas são necessárias para o desenvolvimento dessas competências. O fórum chegou ao consenso de que a graduação deverá abordar todas as competências, sendo necessário avaliar o nível de aprofundamento sob responsabilidade da graduação e da pós-graduação. Com essa atividade foi cumprida a meta de realização de 1 fórum de discussão por ano proposta no projeto 2 (promover discussões e acompanhamento sobre a qualidade e diretrizes para os cursos de farmácia) do objetivo 6 (apoio à educação farmacêutica).

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores apresentados a seguir são utilizados pelo CRF-SP para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance de metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados e dos processos de trabalho, identificar a necessidade de ações corretivas e a implantação de novas ações.

Com relação às diretrizes estabelecidas para o macroprocesso de Fiscalização do Exercício Profissional, estas visam resguardar os interesses da sociedade e da própria autarquia, a partir da apuração de irregularidades envolvendo o exercício profissional que configuram condições de risco à saúde da população.

Visando garantir a assistência farmacêutica com qualidade, incluindo a redução de estabelecimentos ilegais (clandestinos) e irregulares (sem Responsável Técnico ou sem assistência farmacêutica integral), é diretriz deste CRF-SP a intensificação da fiscalização em empresas irregulares e ilegais, além da manutenção da rotina nos demais estabelecimentos. Ademais, conforme estabelecido no Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP – Exercício 2016, em atendimento ao disposto na Resolução do CFF nº 600/14, o farmacêutico fiscal deve cumprir meta de fiscalização

diária de 10 inspeções, sendo projetado para 2016 a lavratura de 84.152 termos. O cumprimento de tal meta é monitorado mensalmente por meio de Mapa Mensal de Produtividade. Para tanto, emprega-se um indicador que demonstra o atendimento à meta de fiscalização normativa de 10 inspeções/dia, tendo como meta 100% de atendimento no referido ano:

Índice de atendimento à fiscalização normativa (%) = (número de lavraturas de termos realizados no corrente ano/número de lavraturas de termos projetado para o corrente ano) x 100

Foram lavrados 79.149 termos (termos de visita, termos de intimação/auto de infração e autos de infração à distância), sendo que a eficácia alcançada do índice foi de 94,05%. Justifica-se o não atendimento da meta em virtude da implantação de um piloto do Projeto Fiscalização Orientativa, devidamente apreciado e aprovado pela Diretoria do CRF-SP (Trecho n.º 2.2 da 2ª Reunião de Diretoria, de 03/02/2016), vez que resultou numa alteração transitória da métrica envolvida no cumprimento de metas da fiscalização. A fim de priorizar uma fiscalização com mais ênfase na qualidade de inspeção, o referido projeto foi executado por um período de quatro meses (março a junho de 2016), com alteração da meta para 08 termos/dia quando houvesse o preenchimento de 5 (ou mais) FVEEP ou orientação farmacêutica padronizada, perfazendo uma redução total de até 5.610 termos (em média, 20% ao menos por mês).

O IDF atribuído pela Resolução do CFF n.º 600/14 é meramente quantitativo, não reconhecendo ações diferenciadas em prol da qualidade de fiscalização. Tais ações são importantes por conferir qualidade à atividade fiscalizadora, corroborado pelos números de atividades privativas constatadas e orientações farmacêuticas realizadas em 2016.

Visando acompanhar as constatações fiscais de estabelecimentos ilegais e irregulares, faz-se uso do indicador “*taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares*”, cuja meta é a redução de 1% na taxa anual. Neste contexto, para fins de análise, são comparados os resultados auferidos nos últimos 05 (cinco) anos, utilizando-se a fórmula descrita abaixo.

Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares (%) = [(número de estabelecimentos sem registro, sem cadastro, sem

responsável técnico e sem assistência farmacêutica integral oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano) / (número de estabelecimentos regulares, ilegais e irregulares oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano)] x 100

Na Tabela 13, são apresentados o total de termos lavrados conforme irregularidade constatada, incluindo a porcentagem de estabelecimentos ilegais e irregulares frente ao número de termos lavrados no período de estudo, incluindo os autos de infração emitidos à distância.

Tabela 13. Total de Termos Lavrados conforme Irregularidade Constatada

Exercício	Ilegais		Irregulares		Ilegais (% total)	Irregulares (% total)
	Sem Registro	Sem Cadastro	Sem RT	Assistência Parcial		
2012	2350	15353	9016	1843	21,52%	13,20%
2013	1603	9274	7197	1745	12,91%	10,61%
2014	1091	5554	6203	2373	7,48%	9,65%
2015	793	3368	4444	2209	4,85%	7,76%
2016	671	4333	4172	1846	6,33%	7,61%

RT: Responsável Técnico

No Gráfico 17, observa-se que a taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares tem reduzido consideravelmente no decorrer dos últimos 05 (cinco) anos, ratificando a efetividade da fiscalização.

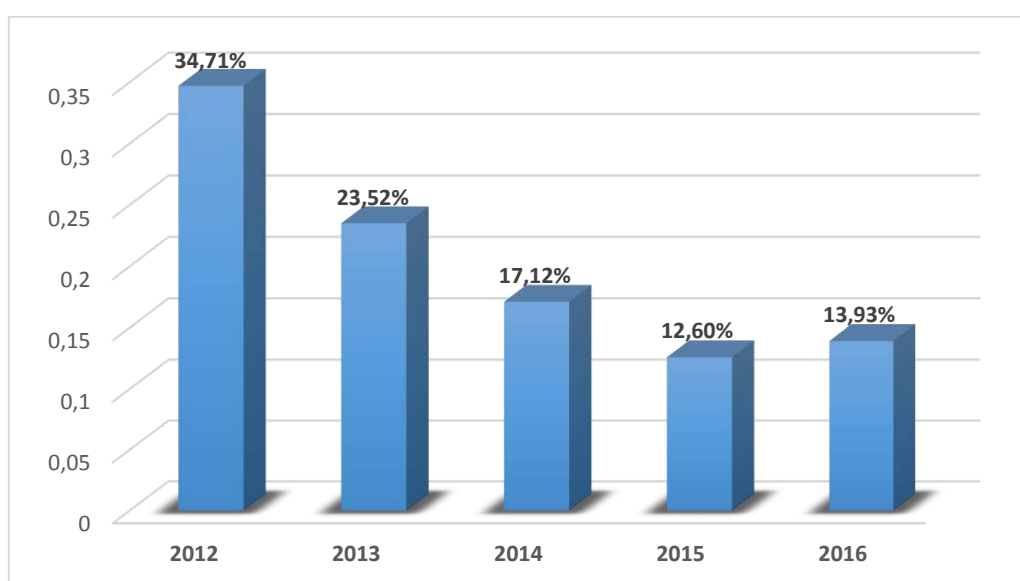


Gráfico 17. Taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares no período compreendido entre 2012 e 2016

Quando comparado ao exercício de 2015, o aumento de 1,33% no ano de 2016 se deve a efetivação da Lei nº 13.021/14, que possibilitou a reversão de decisões judiciais antigas pautadas na Lei nº 5.991/73, que resguardavam algumas farmácias públicas a não contratarem responsáveis técnicos farmacêuticos.

Com relação à diretriz estabelecida para o macroprocesso de Ética Profissional, esta visa atingir os interesses da sociedade, do profissional e da própria Autarquia. Portanto, tem como objetivo primordial o trâmite processual em tempo razoável em atenção ao artigo 5º inciso LXXVIII da Constituição Federal, respeitando-se também os princípios do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal.

Apesar da punibilidade por falta sujeita a processo ético-disciplinar prescrever em 5 anos, tem-se como meta que os processos éticos disciplinares sejam tramitados no prazo máximo de 03 anos nesta instância. Para acompanhamento anual utiliza-se um indicador de Celeridade Processual que demonstra a efetividade do mesmo.

$$\text{Celeridade Processual (\%)} = \left(\frac{\text{nº de processos com tempo de trâmite processual superior a 3 anos não julgados}}{\text{nº de processos com tempo de trâmite processual superior a 3 anos julgados no corrente ano}} \right) \times 100$$

Tabela 14. Duração máxima do trâmite processual de acordo com ano de instauração

Ano de Julgamento		Ano de instauração		
		2014	2015	2016
2015	Nº de PED pendentes de julgamento	135	139*	-
	Nº de PED julgados	132	28	-
	Eficácia	98%	20%	-
	Duração máxima do trâmite processual	2 anos	1 ano	-
2016	Nº de PED pendentes de julgamento	3	111	124**
	Nº de PED julgados	3	90	18
	Eficácia	100%	81%	15%
	Duração máxima do trâmite processual	3 anos	2 anos	1 ano

*Foram instaurados 143 PED dos quais 4 foram impetrados mandados de segurança durante o trâmite

**Foram instaurados 126 PED dos quais 1 PED foi impetrado mandado de segurança e está *sub judice*
1 PED anulado

Em razão de não haver processos pendentes de julgamento com tempo de trâmite processual superior a 3 anos obteve-se Celeridade Processual de 100 % o que indica que a meta foi atingida. Ressalta-se que o mesmo foi observado em 2015.

O CRF-SP tem como diretriz atender com qualidade os usuários, desta forma, monitora-se por meio do Índice de Satisfação do Usuário se a meta de 80% das respostas serem consideradas satisfatórias foi atingida.

O Índice de Satisfação do Usuário tem como base os resultados de três pesquisas de satisfação realizadas pelo departamento:

1º – Pesquisa realizada através de e-mail destinada aos profissionais farmacêuticos que foram atendidos pessoalmente em todas as unidades do CRF-SP (P1). Nesta pesquisa, o tópico “Objetividade e clareza do funcionário” é o indicador utilizado no qual são oferecidas 4 opções de resposta: Excelente, Bom, Regular e Ruim. As opções Excelente e Bom são consideradas respostas satisfatórias.

2º – Pesquisa realizada através de e-mail destinada aos profissionais farmacêuticos que foram atendidos via telefone na Sede do CRF-SP (P2). Nesta pesquisa a pergunta “Dê uma nota de 1 a 5 para o atendimento realizado, sendo 5 a melhor nota” é o indicador utilizado, no qual são oferecidas as opções de nota 1, a pior e 5, a melhor. As notas 4 e 5 serão os indicadores de satisfação nesta pesquisa.

3º – Pesquisa realizada através do serviço de Chat do CRF-SP (P3), o usuário é convidado a responder uma pesquisa no final do atendimento, no qual ele pode responder a seguinte pergunta “Qual a sua nota para o atendimento? De 1 a 5, sendo 5 a melhor nota” é o indicador utilizado, no qual são oferecidas as opções de nota 1, a pior e 5, a melhor. As notas 4 e 5 serão os indicadores de satisfação nesta pesquisa.

Após coletadas as informações, é feita a média ponderada de cada resultado usando como critério de ponderação a quantidade de pesquisas realizadas por cada meio, assim, chegando ao Índice de Satisfação do Usuário. A média ponderada é expressa pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Satisfação do Usuário (\%)} = (P1*N1) + (P2*N2) + (P3*N3) / T$$

Legenda: P1 = Percentual de satisfação da pesquisa 1; P2 = Percentual de satisfação da pesquisa 2; P3 = Percentual de satisfação da pesquisa 3; N1 = Quantidade de respostas da pesquisa 1; N2 = Quantidade de respostas da pesquisa 2; N3 = Quantidade de respostas da pesquisa 3; T = N1+N2+N3 = Total de pesquisas respondidas.

Em 2016, 2.787 farmacêuticos que foram atendidos pessoalmente responderam à pesquisa de satisfação enviada por e-mail, sendo que o resultado de satisfação foi de 94,65%. Após o atendimento telefônico, participaram da pesquisa 738 profissionais farmacêuticos, sendo que 83,7% atribuíram nota que correspondem a satisfação. Após o atendimento via chat, a pesquisa de satisfação foi respondida por 8.215 pessoas, dos quais, 78,4% demonstraram estarem satisfeitas.

No ano de 2016, atingiu-se o Índice de Satisfação do Usuário de 82,59%, superando em 2,59% a meta para o respectivo período.

Com relação à diminuição de prazo de emissão de Certidão de Regularidade, o indicador utilizado foi o PECR - Prazo de Emissão da Certidão de Regularidade. Foi solicitado ao TI a listagem de todos as Pessoas Jurídicas que solicitaram Renovação de CR pelo atendimento eletrônico, desconsiderando os que foram indeferidos.

Para efeito de cálculo, determinou-se o número de dias existentes entre a autenticação do protocolo e a expedição da CR e enquadrados em um dos 4 períodos, a saber:

- ✓ Expedido no 1º ou 2º dia – excelente (E)
- ✓ Expedido no 3º ou 4º dia – bom (B)
- ✓ Expedido no 5ª dia – regular (R)
- ✓ Expedido do 6º dia em diante – crítico (C)

Os protocolos com autenticação na sexta-feira tiveram mais 2 dias na contagem da tramitação (sábado e domingo), portanto, embora pudessem estar no prazo real correspondente a (E), entraram na classificação (B) porque não foram expedidos no 1º ou 2º dia; cerca de 2% dos pedidos de renovação pelo atendimento eletrônico necessitaram de visita fiscal para finalização da análise, cujo prazo, em média, é de 30 dias, portanto, estes entraram na classificação (C).

Para cálculo da eficácia do procedimento foi aplicada a seguinte fórmula, para cada um dos critérios de classificação de prazo de emissão:

$$PECR (\%) = (n^\circ \text{ total de CR emitidas no mês de amostragem} / n^\circ \text{ de CR classificadas pelo critério de prazo de emissão}) \times 100$$

O número de certidões emitidas para o período de 01/09/16 a 30/09/16 foi 117, distribuídas de acordo com o critério de prazo de expedição da seguinte forma:

- ✓ Total de E = 84,62%
- ✓ Total de B= 11,11%
- ✓ Total de R= 0,85%
- ✓ Total de C = 3,42%

O resultado alcançado foi: 84,62%(E); 11,11% (B); 0,85 % (R); 3,42% (C). Esse resultado atende parcialmente a meta, visto que 4,27% das certidões foram emitidas em prazo superior a 72 horas, porém 1,71% desses casos possuem justificativas aceitáveis para o prazo de emissão, pois se tratava de casos em que foi necessário solicitar inspeção fiscal e aguardar o resultado.

Preocupado com a capacitação técnica dos profissionais em razão dos benefícios a serem proporcionados à sociedade, o CRF-SP objetiva a capilaridade das suas capacitações ofertadas aos farmacêuticos.

Sendo assim, para atingir os objetivos das ações promovidas para o farmacêutico, com destaque aos cursos à distância (EAD), disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP pela *internet*, foram analisados dois aspectos: a) temas disponibilizados e b) índice de aplicabilidade do tema relacionado à realidade profissional, estabelecendo-se duas metas anuais:

- ✓ Aumento de um tema por ano.
- ✓ Índice igual ou maior que 80% a aplicabilidade do tema à realidade profissional.

a. Temas disponibilizados

Quadro 16. Temas de cursos à distância disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP de 2014 a 2016

Ano	Tema
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos Adversos e Farmacovigilância
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos Adversos e Farmacovigilância • Prescrição Farmacêutica
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos Adversos e Farmacovigilância • Prescrição Farmacêutica • Casos práticos em infrações sanitárias • Cuidados farmacêuticos em pacientes com hipertensão

b. Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional.

Após a realização de cada curso, os participantes foram convidados a responder uma pesquisa de satisfação. Para a medição foram consideradas as respostas à seguinte questão: - O conhecimento adquirido é aplicável (útil) à sua realidade profissional?

$$\text{Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional (\%)} = (\text{n}^\circ \text{ de respostas positivas} / \text{total de respostas}) \times 100$$

Tabela 15. Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional

Ano	Índice de aplicabilidade
2014	100%
2015	97%
2016	94%

Os dados obtidos permitem observar que:

1º Atingiu-se a meta de aumento de dois temas no ano de 2016, relativo ao ano anterior;

2º Atingiu-se a meta de índice igual ou maior que 80% na aplicabilidade do tema à realidade profissional

O aumento do número de temas disponibilizados para salvaguardar a saúde da população e os altos índices de aplicabilidade à realidade profissional indicam que as capacitações técnicas contribuem para o aprimoramento e melhor atuação do profissional.

3.5.1 Análise e Indicadores de desempenho econômico-financeiro

As receitas arrecadadas alcançaram em 2016 a cifra de R\$ 63.243.181,24 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 1.510.660,40 ou seja 2,45% em relação à 2015, decorrente principalmente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.926.965,34 ou seja 8,6 % no período 2015/2016.

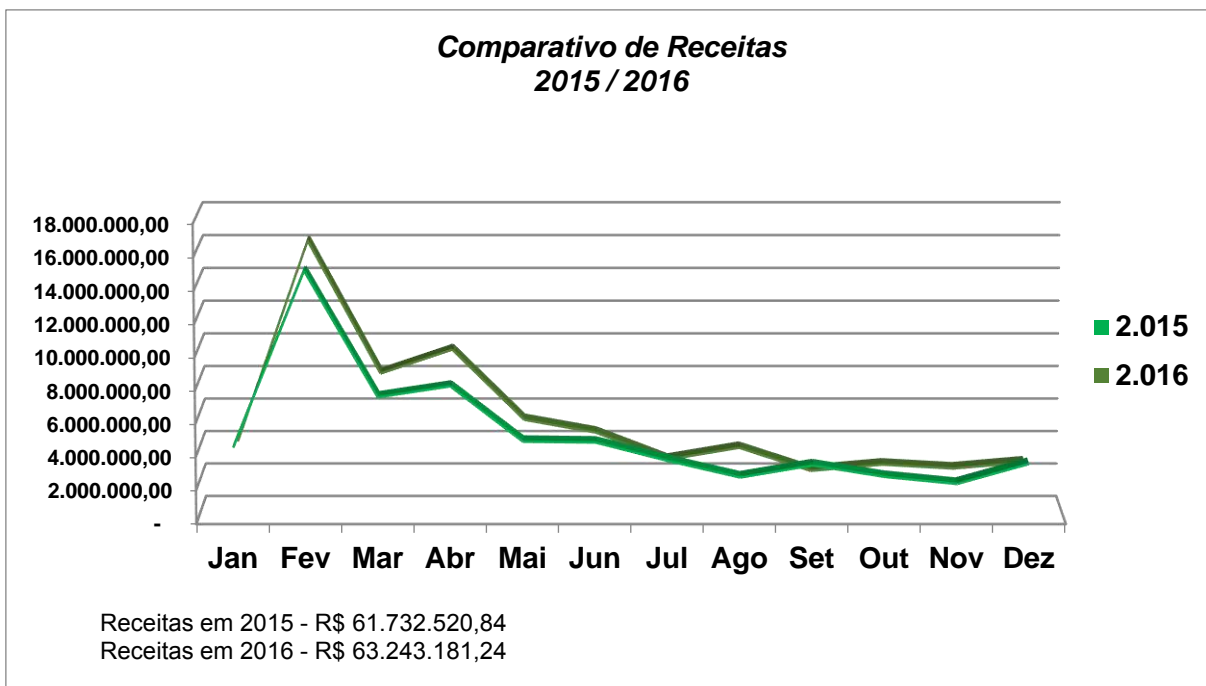


Gráfico 18. Comparativo de Receitas

As despesas empenhadas pela entidade em 2016 alcançaram a cifra de R\$ 66.278.047,26, com crescimento de 14,1 % em relação a 2015, representada principalmente pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.837.530,48 – 8,4% no período 2015/2016.

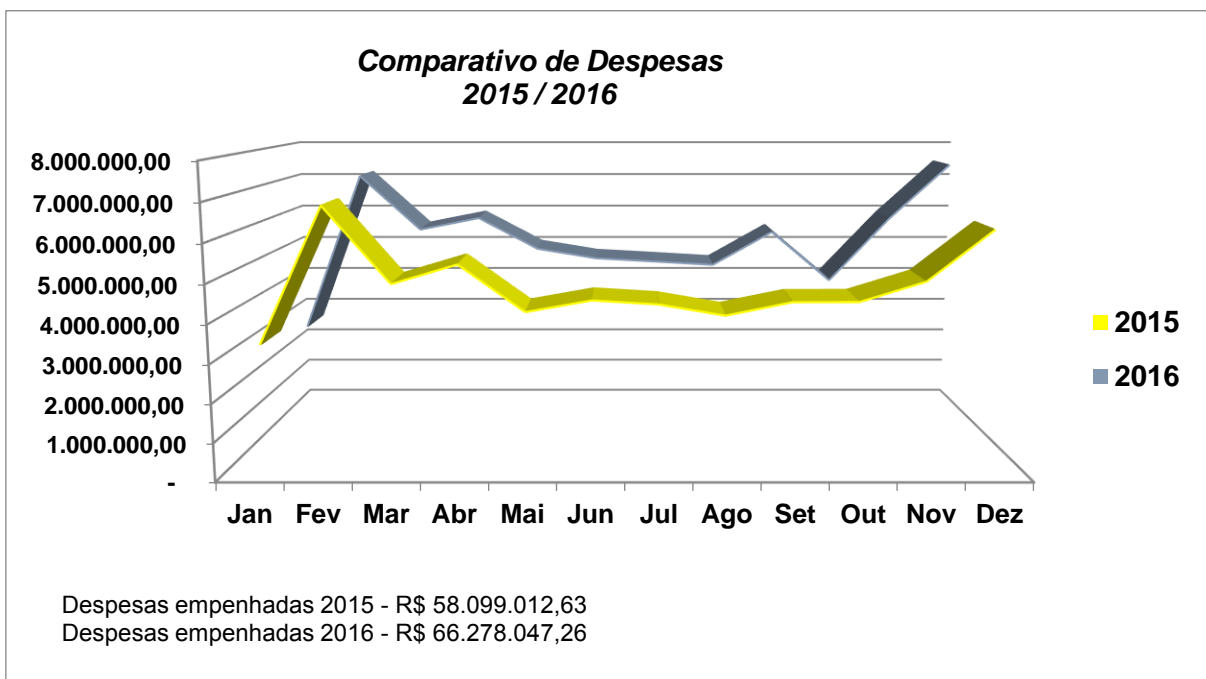


Gráfico 19. Comparativo de Despesas

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

O CRF-SP possui como instância máxima seu Plenário, composto por 15 conselheiros, sendo 13 efetivos e 02 suplentes, cujas atribuições estão previstas no Regimento Interno desta autarquia da seguinte forma:

Art. 9º - Compete privativamente ao Plenário, como órgão deliberativo dirigido pelo Presidente do CRF/SP, além daquelas atribuições pertinentes colacionadas no artigo 10 da Lei Federal nº 3.820/60:

I - Elaborar e aprovar as normas de funcionamento de suas reuniões;

II - Zelar pela execução de suas atribuições, definidas em leis e nas resoluções do Conselho Federal de Farmácia e neste Regimento;

III – Criar Câmaras Técnicas de julgamento, com a participação de, ao menos, um membro da Diretoria, para apreciar e emitir pareceres nos processos administrativos fiscais;

IV - Appreciar e julgar os pareceres das Comissões;

V - Decidir sobre a suspensão do Presidente à deliberação do Plenário;

VI – aprovar as propostas da Diretoria de criação de seccionais ou sub-sedes na área de sua competência administrativa;

VII - apreciar e julgar os processos administrativos de sua competência, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60;

VIII - Deliberar sobre as penalidades de sua competência previstas em lei, bem como a sua aplicação;

IX - Deliberar sobre pedidos de inscrição;

X - Deliberar sobre a aquisição, alienação e doação de bens imóveis referentes ao patrimônio do Conselho Regional de Farmácia, quando o valor ultrapasse o limite da dispensa de licitação;

XI - Appreciar e aprovar a proposta orçamentária do Conselho Regional de Farmácia e suas alterações, submetendo-as à aprovação do Conselho Federal de Farmácia;

XII - Appreciar e julgar os balancetes trimestrais, o relatório e a prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, mesmo nas excepcionais hipóteses de intempestividade, impossibilidade ou negativa de análise pela Comissão de Tomada de Contas, o que deverá ser expressamente justificado pelo gestor, submetendo-os posteriormente à análise do Conselho Federal de Farmácia;

XIII - Eleger, dentre seus próprios membros efetivos, a Comissão de Tomada de Contas;

XIV - Aprovar o plano anual da fiscalização apresentado pela Diretoria;

XV – Suscitar conflito de competência perante o Conselho Federal de Farmácia referente às suas atividades de registro e fiscalização, em relação a outro Conselho Regional de Farmácia, observados os limites territoriais dos Estados a que pertencerem;

XVI - deliberar sobre conflito de atribuição, suspeição ou impedimento entre relatores;

XVII - decidir sobre assunto não incluído expressamente na competência das câmaras técnicas especializadas;

XVIII - sugerir propostas relativas a projetos de lei ou providências para o aprimoramento da profissão farmacêutica ou atualização de suas normas, remetendo-as ao Conselho Federal de Farmácia, quando de âmbito federal, ou, ainda, enviando-as ao Poder Legislativo da esfera competente;

XIX - decidir sobre viagens e gastos de Diretores, Conselheiros, Colaboradores ou empregados ao exterior, desde que representando a autarquia, respeitadas as disposições legais vigentes;

XX - cassar ou afastar temporariamente das funções de Conselheiro ou Diretor aqueles que não cumprirem este Regimento Interno, as Resoluções do Conselho Federal de Farmácia, observando-se o direito ao devido processo legal e ampla defesa, além do quórum mínimo necessário;

XXI - deliberar sobre processos submetidos pelo relator ou pelas câmaras técnicas especializadas;

§ 1º - As decisões do Plenário se darão sob a forma de deliberações a serem editadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias da aprovação de cada ato, na forma estabelecida pela Resolução nº 90/70 ou outra que a

substituir, devendo ser publicadas no átrio do Conselho Regional de Farmácia ou no seu sítio eletrônico e, quando necessário ou exigido por lei, no Diário Oficial da União ou no órgão de Imprensa Oficial no âmbito da competência do Conselho Regional de Farmácia.

§ 2º - A cassação ou o afastamento temporário de Diretor ou Conselheiro exige o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Integram-se a este as Comissões de caráter permanente ou temporário e as Câmaras Técnicas Especializadas.

Estruturalmente a Governança tem apoio na gestão de riscos e controles internos das seguintes áreas: Diretoria, Superintendência, Departamento de Atendimento, Departamento de Administração, NEEST e SECOL. Além destas áreas conta com o apoio do Departamento de gestão de pessoas e do Departamento de tecnologia da informação apresentados na “Áreas especiais de gestão”.

4.1.1. Diretoria

A Diretoria do CRF-SP é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, todos profissionais eleitos nos termos do artigo 12 da Lei nº 3.820/60, e cujas atribuições estão elencadas no Regimento Interno da autarquia da seguinte forma:

Art. 30 - São atribuições da Diretoria:

- I - promover os atos de administração e gestão do Conselho Regional de Farmácia;
- II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário;
- III - assinar as atas de suas reuniões;
- IV - nomear membros das Comissões Assessoras, escolhidos dentre os farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, integrantes ou não do Plenário, exceto os da Comissão de Tomada de Contas;
- V - indicar o supervisor farmacêutico fiscal do setor de fiscalização, quando se fizer necessário;
- VI - admitir e dispensar o pessoal necessário ao serviço do Conselho Regional de Farmácia;

VII - propor a criação de seccionais ou sub-sedes na área de competência do Conselho Regional de Farmácia, bem como nomear os respectivos coordenadores Diretores Regionais;

VIII - apresentar ao Plenário do Conselho Regional de Farmácia para apreciação e julgamento, os processos relativos:

a) à proposta orçamentária para o exercício seguinte e suas alterações durante o ano;

b) aos balancetes trimestrais;

c) ao relatório bianual de gestão;

d) à prestação de suas contas, todas organizadas de acordo com os atos normativos ou recomendações do Conselho Federal de Farmácia, com observância dos padrões estabelecidos e dos prazos fixados;

IX - analisar e encaminhar ao Plenário os pareceres e as decisões das Comissões;

X - analisar e encaminhar ao Plenário o plano anual de fiscalização.

Art. 31 - Compete ao Presidente, além da responsabilidade administrativa do Conselho Regional de Farmácia e do contato permanente com o Conselho Federal de Farmácia:

I - representar o Conselho Regional de Farmácia, adotando providências compatíveis com as suas atribuições e os interesses da profissão, podendo designar profissionais ou servidores para atuar junto a órgãos ou autoridades públicas ou particulares, para solução de casos específicos, ressalvada a hierarquia do Conselho Federal de Farmácia definida na Lei Federal nº 3.820/60;

II - outorgar procurações para a defesa dos interesses do Conselho Regional de Farmácia junto aos órgãos do Poder Judiciário;

III - zelar pelas prerrogativas do Conselho Regional de Farmácia, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60 e deste Regimento Interno;

IV - presidir as sessões plenárias e as reuniões da Diretoria;

V - convocar reuniões ordinárias ou extraordinárias do Plenário;

VI - resolver questões de ordem e requerimentos que lhes sejam formulados, sem prejuízo de reapreciação pelo Plenário;

VII - proferir voto de desempate em processos submetidos ao Plenário;

- VIII - proceder à distribuição dos processos, mediante sorteio, designando relatores substitutos, se necessário;
- IX - despachar os processos e documentos urgentes e determinar a realização de inspeção na hipótese de afastamento legal do relator, quando não houver substituto;
- X - decidir "ad referendum" do Plenário quando configurada a hipótese de urgência ou perecimento de direito, submetendo tal decisão ao Plenário do Conselho Regional de Farmácia no prazo de 30 (trinta) dias;
- XI - promover os pedidos formulados de vista e de cópia de processo;
- XII - decidir, com base na legislação aplicável, sobre pedido de sustentação oral relativo a processo a ser submetido ao Plenário;
- XIII - expedir certidões requeridas;
- XIV - dar posse aos membros da Comissão de Tomada de Contas;
- XV - definir a composição das câmaras técnicas especializadas, as comissões temporárias e permanentes, à exceção da tomada de contas;
- XVI - designar os assessores ou empregados para atuarem, em caráter permanente, junto às câmaras ou comissões do Conselho;
- XVII - nomear empregados, efetivos ou não, para desempenho de funções comissionadas do quadro de pessoal do Conselho Regional de Farmácia;
- XVIII - administrar os recursos humanos, materiais, tecnológicos, orçamentários e financeiros do Conselho Regional de Farmácia;
- XIX - remeter à entidade competente, no prazo previsto, a proposta orçamentária para o exercício seguinte, aprovada pelo Plenário do Conselho Regional de Farmácia;
- XX - assinar acordos e convênios de cooperação;
- XXI - mandar instaurar inquéritos, sindicâncias ou processos administrativos;
- XXII - admitir, demitir e punir os empregados efetivos e funções de livre nomeação e exoneração do Conselho Regional de Farmácia, com aprovação da Diretoria;
- XXIII - assinar, juntamente com o Tesoureiro, todos os documentos contábeis que envolvam direitos ou obrigações do Conselho Regional de Farmácia;

XXIV - assinar documentos referentes ao CRF-SP, inclusive procurações, cujo objetivo não seja abrangido pelo disposto no inciso anterior e, juntamente com o Secretário-Geral, as atas das reuniões Plenárias dos Conselhos Regionais de Farmácia;

XXV - assinar a correspondência que, pela natureza, deva ser subscrita pelo Presidente;

XXVI - dar ciência ao Plenário dos expedientes de interesse geral e do segmento profissional farmacêutico;

XXVII - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário;

XXVIII - dar conhecimento e cumprimento às resoluções do Conselho Federal de Farmácia, firmando os atos de sua execução;

XXIX - assinar as deliberações do plenário e promover sua publicação no átrio, no sítio eletrônico do Conselho Regional de Farmácia e, quando necessário, na Imprensa Oficial;

XXX - suspender decisões do Plenário no prazo de 15 (quinze) dias a contar a partir do primeiro dia útil da realização da reunião, convocando-o no prazo de 30 (trinta) dias para deliberação;

XXXI - recorrer com efeito suspensivo ao Conselho Federal de Farmácia contra a decisão do Plenário que rejeitar a suspensão;

XXXII - proceder, nos termos das normativas em vigor, a remessa ao Conselho Federal de Farmácia, da receita prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 3.820/60.

Art. 32 - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nos seus impedimentos e ausências ocasionais, por motivo de cassação, licença, férias ou afastamento legal, e sucedê-lo no restante do mandato, no caso de vacância;

II - executar as atribuições que lhe forem deferidas pelo Plenário ou pela Diretoria;

III - supervisionar as ações de fiscalização do exercício profissional.

Art. 33 - Compete ao Secretário-Geral, além das gestões dos serviços administrativos internos:

I - substituir o Vice-Presidente ou o Tesoureiro, nos seus impedimentos e ausências ocasionais;

- II - responder pelo expediente do Conselho Regional de Farmácia;
- III - secretariar as reuniões plenárias e as da Diretoria, elaborando seus atos preparatórios, suas atas e decisões, providenciando os encaminhamentos devidos e a respectiva publicação, quando for o caso;
- IV - solicitar ao Presidente os atos de nomeação do pessoal necessário aos serviços da secretaria;
- V - organizar o cadastro dos profissionais inscritos no Conselho, bem como das empresas, mantendo-o atualizado e remetendo-o ao Conselho Federal de Farmácia;
- VI - executar outras atribuições que lhe forem deferidas pelo Plenário ou pela Diretoria.

Art. 34 - Compete ao Tesoureiro, além da gestão financeira do Conselho Regional de Farmácia, em obediência às normas de Contabilidade Pública:

- I - fiscalizar a arrecadação da receita e a realização da despesa, além de preparar o orçamento anual e elaborar as contas do exercício;
- II - assinar, juntamente com o Presidente, todos os documentos de conteúdo econômico que importem em responsabilidade para o Conselho Regional de Farmácia, ou desonerem terceiros de obrigação financeira para com ele, inclusive cheques, contratos, títulos e quaisquer outros papéis, bem como a correspondência relativa ao setor;
- III - conferir a demonstração mensal das rendas recebidas pelo Conselho Regional de Farmácia;
- IV - examinar os processos de prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, para atendimento das disposições em vigor;
- V - solicitar ao Presidente os atos de nomeação do pessoal necessário à execução dos serviços da Tesouraria;
- VI - substituir o Secretário-Geral nos seus impedimentos e ausências ocasionais;
- VII - executar as atribuições que lhe forem outorgadas pela Diretoria.

A Diretoria e os Conselheiros Regionais possuem, respectivamente, um mandato de dois e quatro anos. Em São Paulo, o Conselho possui diretores regionais, farmacêuticos que representam o CRF-SP nas 28 Seccionais do Estado, sendo todas essas atividades exercidas voluntariamente.

4.1.2. Comissão de Tomada de Contas

A Comissão é constituída de 3 membros efetivos e, pelo menos, 1 suplente, todos Conselheiros Efetivos sem cargo na Diretoria, eleitos pelo Plenário para fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre as contas do respectivo exercício para o qual foram eleitos, cabendo aos integrantes a escolha do seu Presidente, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, em seu artigo 36.

4.1.3. Superintendência

A Superintendência define diretrizes sob a orientação da Diretoria do CRF-SP visando o cumprimento dos objetivos estratégicos, dirige, organiza, orienta e coordena as unidades administrativas da Entidade facilitando o processo de tomada de decisões e o cumprimento do Plano de Trabalho estabelecido e aprovado pelo Plenário.

Acompanha o desenvolvimento das ações e resultados obtidos, monitorando a qualidade dos serviços oferecidos, além de representar a Diretoria e a Entidade quando designada.

4.1.4. Departamento de Atendimento

Responsável pelo atendimento público externo pelos canais: pessoal, eletrônico, telefônico, chat, e-mail e *WhatsApp* esclarecendo dúvidas referente a procedimentos para regularização de pessoas físicas e jurídicas perante o CRF-SP, realizando pré-análise de documentos e protocolizando as diversas solicitações nos 32 pontos de atendimento.

4.1.5. Departamento de Trâmite de Documentos

Responsável pela análise de documentos de pessoa física e jurídica com emissão da carteira e cédula de identidade profissional e certidões, após a verificação da regularidade da documentação apresentada.

4.1.6. Departamento de Administração

O Departamento de Administração possui um importante papel para o desenvolvimento e bom andamento das atividades diárias da Entidade, sendo responsável pelo fornecimento de serviços, como manutenção e conservação do patrimônio, envio de malotes, e materiais diversos para os departamentos da sede, as 3 sub-sedes e as 28 seccionais garantindo assim estrutura para cumprir as atividades desenvolvidas.

4.1.7. NEEST

O NEEST foi criado pela Diretoria do CRF-SP em 2009, tendo como diretriz de seus trabalhos a elaboração de estudos, pesquisas e levantamento de subsídios que possam dar embasamento às ações da autarquia, possuindo as seguintes atribuições:

- ✓ Processar informações qualificadas que deem embasamento à tomada de decisões;
- ✓ Auxiliar na identificação de oportunidades, tendências e no tratamento de temas estratégicos;
- ✓ Auxiliar no desenvolvimento de ações, projetos e eventos;
- ✓ Auxiliar Grupos Técnicos e Comissões Assessoras no desenvolvimento de ações e projetos, por meio de levantamento de informações e referências nacionais e internacionais sobre diversos temas, sempre que solicitado;
- ✓ Auxiliar na organização de eventos específicos;
- ✓ Dar suporte nas ações voltadas à população e às ações de cunho técnico sempre que solicitado;
- ✓ Estabelecer parcerias para capacitações, projetos, campanhas e ações desenvolvidas pela Entidade.

4.1.8. SECOL

Criada em 2012, a SECOL tem por objetivo prestar apoio técnico e administrativo às ações dos voluntários do CRF-SP membros de Diretoria Regional, Comissões Assessoras, Comitê de Relações Interinstitucionais, Comitê de Atividades

Magistrais, Comitê Sênior, Comitê Jovem, Grupo de Cuidado Farmacêutico ao Idoso, Grupo Técnico de Suplementos Alimentares, Grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde, GTAM, GTAC, Grupo Técnico de Coordenadores de Redes de Farmácia; organizar cursos presenciais; capacitações e atualizações *online* e outros eventos e projetos como a SAF, Farmacêutico na Praça e Farmácia Estabelecimento de Saúde. Além disso, a SECOL é o departamento de relacionamento entre as Diretorias Regionais e os demais departamentos do CRF-SP.

4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

Relação dos agentes responsáveis pela entidade:

Pedro Eduardo Menegasso – CRF 14.010

Presidente – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2014/2017

e-mail: menegasso@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: x.xxx.xxx-x

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013 e Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015.

Raquel Cristina Delfini Rizzi Grecchi – CRF 13.146

Vice-presidente – mandato 2016/2017

Conselheira Efetiva – mandato 2014/2017

e-mail: raquel.cristina@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: x.xxx.xxx-x

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013 e Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015.

Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Junior - CRF 13.9195

Secretário Geral – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: antonio.santos@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: xx.xxx.xxx

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 07 de dezembro de 2015.

Marcos Machado Ferreira - CRF 32.635

Diretor-tesoureiro – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2015 / 2018

e-mail: marcos.ferreira@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: xxxxxxxxx

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2013 e Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015.

Relação de conselheiros do CRF-SP:

Pedro Eduardo Menegasso – CRF 14.010

Presidente – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2014/2017

e-mail: menegasso@crfsp.org.br

Raquel Cristina Delfini Rizzi Grecchi – CRF 13.146

Vice-Presidente – mandato 2016/2017

Conselheira Efetiva – mandato 2014/2017

e-mail: raquel.cristina@crfsp.org.br

Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. CRF 13195

Secretário Geral – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2016/2019

e-mail: antonio.santos@crfsp.org.br

Marcos Machado Ferreira CRF 32635

Diretor Tesoureiro – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2015/2018

e-mail: marcos.ferreira@crfsp.org.br

Cecília Leico Shimoda - CRF 10.100

Conselheira Efetiva – mandato 2015 / 2018

e-mail: cecilia.shimoda@crfsp.org.br

Célia Tanigaki - CRF 44.604

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: celia.tanigaki@crfsp.org.br

Claudia Aparecida De Mello Montanari CRF 16594

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: claudia.montanari@crfsp.org.br

Danyelle Cristine Marini de Moraes CRF 25937

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

E-mail: danyelle.marine@crfsp.org.br

Fábio Ribeiro da Silva – CRF 18331

Conselheiro Efetivo – mandato 2015 / 2018

e-mail: fabio.silva@crfsp.org.br

Israel Murakami – CRF 21228

Conselheiro Efetivo – mandato 2014/2017

e-mail: israel.murakami@crfsp.org.br

Luciana Canetto Fernandes – CRF 18989

Conselheira Efetiva - mandato 2015/2018

e-mail: luciana.canetto@crfsp.org.br

Maria Fernanda Carvalho – CRF 11828

Conselheira Efetiva – mandato 2014/2017

e-mail: maria.carvalho@crfsp.org.br

Priscila Nogueira Camacho Dejuste - CRF 23.919

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: priscila.dejuste@crfsp.org.br

Suplentes

Adriano Falvo – CRF 21544

Conselheiro Efetivo – mandato 2016/2019

e-mail: adriano.falvo@crfsp.org.br

Rosana Matsumi Kagesawa Motta – CRF 17593

Conselheira Suplente – mandato 2014/2017

e-mail: rosana.motta@crfsp.org.br

Conselheiros Federais

Marcelo Polacow Bisson – CRF 13.573

Conselheiro Federal – mandato 2016 a 2019

e-mail: marcelo.polacow@crfsp.org.br

Margarete Akemi Kishi – CRF 11.481

Conselheira Federal suplente – mandato 2016 a 2019

e-mail: margarete.kishi@crfsp.org.br

4.3. Atuação da unidade de auditoria interna

A entidade não possui auditoria interna, entretanto a auditoria é realizada pelo CFF presencialmente ao menos uma vez ao ano, com intuito de verificar as contas de exercícios anteriores. O exercício de 2016 ainda não foi objeto de Auditoria pelo CFF.

O procedimento adotado no CRF-SP está previsto na Resolução do CFF nº 531/10, sendo certo que a implantação de Controle Interno, previsto no art. 35, foi iniciada por meio da consultoria prestada pela FIPE, cabendo, ainda, à Comissão de Tomada de Contas a função de fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre as contas da entidade.

4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Quando verificado qualquer ilícito administrativo, instaura-se o competente processo administrativo disciplinar a fim de apurar eventual falta, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Deliberação nº 17, de 08 de agosto de

2016, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE), de 12 de agosto de 2016, Poder Executivo - Seção I, pág. 134/135.

4.4.1. Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

Considerando o poder diretivo do CRF-SP, no que concerne às relações de emprego mantidas com os seus profissionais contratados mediante concursos públicos/processos seletivos, no sentido de disciplinar as condutas e punir desvios atinentes ao âmbito do trabalho, foi aprovada a Portaria nº 18, de 15 de agosto de 2016, que instituiu o Código de Conduta, assim como a Deliberação nº 17, de 08 de agosto de 2016, que instituiu o regime disciplinar para apurar eventuais transgressões.

No ano de 2016, tivemos 03 PADS concluídos - com as penas de: suspensão de sete dias corridos, demissão e suspensão de três dias.

4.5. Gestão de riscos e controles internos

Visando a fiscalização ininterrupta em todo o Estado, o Departamento de Fiscalização conta com 2 fiscais itinerantes destinados a cobrir eventuais ausências (férias, afastamentos etc.) de fiscais nas 44 áreas de fiscalização. Eventualmente, há o remanejamento para reforçar a ação de fiscalização em regiões com déficit de assistência farmacêutica.

O gerenciamento de risco atrelado ao cumprimento do Plano Anual de Fiscalização é realizado pela gerência e coordenação externa de fiscalização mediante avaliação do IDF mensal, intensificação da fiscalização em estabelecimentos irregulares e adequação gradativa das áreas de fiscalização. Ressalta-se que no ano de 2016, a fim de atender ao disposto no §3º do artigo 2º da Resolução do CFF n.º 600/14 e otimizar o trabalho de fiscalização, foi criada a área de fiscalização número 44 (cidade referência Taubaté – Trecho da 31ª Reunião de Diretoria de 08/08/2016) e ampliado o quadro de fiscais.

Além das capacitações técnicas ao quadro de fiscais, no exercício de 2016 ocorreu revisão dos procedimentos da fiscalização, a fim de minimizar erros operacionais. Paralelamente, foi implantado um acompanhamento mensal realizado pelos coordenadores do Departamento de Fiscalização acerca do cumprimento de prazo das inspeções demandadas, conclusão da rotina de fiscalização, erros

envolvidos na lavratura de documentos fiscais, dentre outros, sendo que os descumprimentos são tabulados em planilhas individuais por fiscal para controle a adoção das medidas corretivas necessárias. Em virtude da recente implantação, pretende-se avaliar a evolução dos erros para o próximo exercício.

Com relação a área cartorial, é realizada uma análise prévia de todos os protocolos gerados pelos funcionários, diariamente, a fim de verificar se foram observados pelos atendentes, todos os itens descritos nos procedimentos. Cada erro encontrado é inserido em tabela específica no sistema informatizado, os quais são consolidados uma vez por mês, para elaboração de relatório pela gerência. Já o setor de exigências, trata dos erros detectados no departamento de trâmite de documentos, os quais são inseridos na mesma tabela. Cada funcionário recebe por e-mail um resumo com número de protocolos trabalhados, número de erros e algumas considerações sobre o desempenho do mês. Os funcionários que tiveram alto índice de erros são contatados também por telefone, para esclarecimentos dos procedimentos não observados.

Em 2016, 1,1% dos procedimentos realizados, o usuário precisou retornar ao atendimento para cumprir pendências de processos, tais como, apresentação de documentos que faltaram, preenchimento de formulários, entre outros. Os outros 1,7% de erros geraram retrabalho internamente.

Tabela 16. Controle de erros em protocolos de atendimento

Mês	Protocolos	Erros	%	CI Externo	%	CI interno	%
Janeiro	12959	433	3,3%	164	1,3%	269	2,1%
Fevereiro	13769	394	2,9%	149	1,1%	245	1,8%
Março	14709	380	2,6%	136	0,9%	244	1,7%
Abril	9840	282	2,9%	136	1,4%	146	1,5%
Mai	9096	266	2,9%	77	0,8%	189	2,1%
Junho	9907	280	2,8%	92	0,9%	188	1,9%
Julho	9875	248	2,5%	98	1,0%	150	1,5%
Agosto	10906	360	3,3%	123	1,1%	237	2,2%
Setembro	9693	238	2,5%	114	1,2%	124	1,3%
Outubro	8507	273	3,2%	104	1,2%	169	2,0%
Novembro	8459	204	2,4%	74	0,9%	130	1,5%
Dezembro	8106	150	1,9%	62	0,8%	88	1,1%
TOTAL	125826	3508	2,8%	1329	1,1%	2179	1,7%

O setor de exigências, além de inserir os dados de erros na tabela específica, também é responsável por resolver a pendência. A fim de prestar um atendimento personalizado e diminuir o tempo de resolução do problema. Em 2016, houve 1.634 exigências. Cerca de 87% das exigências foram resolvidas por telefone e e-mail, sem a necessidade de envio de ofício, o que resulta em desburocratização e agilidade na prestação do serviço. Somente 3,2% das exigências não foram cumpridas, gerando cancelamento do protocolo. Isto significa que, 96,8% das exigências, foram cumpridas após contato com o usuário.

Em 2016, o trabalho de revisão e atualização dos manuais e procedimentos do departamento, afim de diminuir os erros operacionais, foi intensificado. O manual de pessoa física utilizado pelo departamento de atendimento para analisar protocolos, foi revisado e transformado em POP, cujo principal intuito foi garantir o resultado esperado das operações de análise, assim como, permitir a rastreabilidade e controle das informações, da mesma forma foi feito com o manual de pessoa jurídica em 2015. O manual antigo foi dividido em 50 procedimentos.

Com relação ao número de erros de procedimento, não houve evolução, comparando-se com o ano de 2015, mesmo com a reestruturação dos manuais operacionais. Diante desses resultados, foi incluído no plano de gestão 2017, propor ações de melhoria no sistema informatizado do atendimento, que permitam bloqueios e análises automáticas, de acordo com o cadastro de pessoas físicas e jurídicas.

Visando implantar, discutir e propor melhorias nos procedimentos técnicos do CRF-SP, o grupo farmacêutico jurídico, composto por advogados e farmacêuticos dos departamentos de fiscalização, atendimento e trâmite de documentos, se reúne sempre que surge uma nova regulamentação, ou, quando percebe-se uma falha ou dificuldade nos procedimentos e processos internos. O assunto é encaminhado para este grupo pelos próprios membros ou pela diretoria do CRF-SP. Em 2016 o grupo se reuniu em 4 oportunidades.

A realização de diversas ações para a comunidade, como SAF, Farmacêutico na Praça e palestras na comunidade dependem da atuação de farmacêuticos voluntários. Essa dependência traz 2 riscos aos processos: eventuais falta de pessoas para execução e ocorrência de erros. Esses riscos podem comprometer o desempenho da Entidade no macroprocesso “ações para a

comunidade”. Dessa forma, para gerenciar e diminuir a ocorrência desses problemas são adotadas algumas ações:

- a. Ampla divulgação das ações para os farmacêuticos, explicando sua importância e os benefícios para a sociedade e profissão;
- b. Valorização do trabalho do voluntário que participa da ação, por meio de emissão de certificados de honra ao mérito, publicação de matérias na Revista do Farmacêutico, portal e redes sociais sobre aqueles que se destacaram;
- c. Disponibilização de capacitação aos voluntários por meio de palestras presenciais e *online* na Academia Virtual de Farmácia;
- d. Disponibilização de materiais técnicos aos voluntários com orientações e procedimentos sobre as campanhas.

4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Nos termos do art. 12 da Lei nº 3.820/1960 "o mandato dos membros dos Conselhos Regionais é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos".

4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O CRF-SP não contratou serviço de auditoria independente no exercício de 2016.

5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

As pessoas são consideradas pela gestão um dos principais pilares da Entidade, pois é a atuação dos colaboradores, sejam funcionários ou voluntários, que permite a realização das ações e o alcance dos objetivos estratégicos do CRF-SP.

Os recursos humanos do CRF-SP são o principal elemento de transformação nos processos de execução da missão e visão da Entidade, pois possuem forte relação de influência mútua com a atividade desenvolvida e a qualidade dos serviços prestados.

Assim, a concretização dos objetivos estratégicos passa, necessariamente, pela atuação dos funcionários, estagiários e aprendizes da autarquia e, portanto, a perspectiva do capital humano ocupa um papel importante no CRF-SP e está vinculado a um dos seus valores, o Reconhecimento.

O Departamento de Gestão de Pessoas é o responsável pelo controle de processos referentes a todas as subáreas que envolvem os recursos humanos descritas a seguir:

- ✓ Recrutamento e Seleção (convocação de empregados concursados, processo seletivo para empregados temporários e de livre provimento);
- ✓ Folha de pagamento e controle do ponto eletrônico;
- ✓ Gestão de benefícios e encargos;
- ✓ Gestão dos contratos de licitações (plano de saúde, plano odontológico, medicina do trabalho, vale refeição, vale alimentação, ginástica laboral, uniformes, equipamentos ergométricos);
- ✓ Gestão de contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para estagiários e aprendizes, bem como o acompanhamento do desempenho dos mesmos;
- ✓ Orientação aos gestores e funcionários no que diz respeito à legislação trabalhista;
- ✓ Digitalização de prontuários de empregados;

- ✓ Guarda e fluxograma de PAD junto às comissões processantes indicadas pela diretoria do CRF-SP e sindicâncias relacionadas aos empregados do CRF-SP;
- ✓ Gestão dos processos relacionados aos empregados afastados por motivo de saúde;
- ✓ Gestão de contratos da bolsa auxílio educação;
- ✓ Participação na comissão de Processo Seletivo/Concurso Público;
- ✓ Participação e acompanhamento nas negociações do Acordo Coletivo e aplicação do acordado nos processos da autarquia;
- ✓ Organização de palestras educativas de qualidade de vida em parceria com a empresa licitada de plano de saúde;
- ✓ Gestão dos processos de homologação nas rescisões contratuais de empregados;
- ✓ Gestão do auxílio creche, auxílio funeral e empréstimo consignado;
- ✓ Integração dos novos funcionários.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O corpo de empregados do CRF-SP é constituído de três categorias:

- ✓ Empregados públicos de carreira: são admitidos por meio de concurso público.
- ✓ Cargos de livre nomeação e exoneração: são admitidos para função qualificada como de livre provimento e dispensa, nos termos do artigo 37, inciso II da Constituição Federal.
- ✓ Empregados com contrato temporário: são admitidos para substituição de vagas de empregados públicos de carreira que estão afastados por motivo de doença ou admitidos para desenvolvimento de um projeto específico que tem prazo determinado para finalização.

Observação: As funções gratificadas são aquelas que podem ser ocupadas por empregados públicos de carreira que recebem gratificação de função durante o período que exercem as atividades de gestão.

Em 2016, o CRF-SP teve um efetivo de 290 colaboradores conforme apresentado na Tabela 17.

Tabela 17. Distribuição do efetivo de colaboradores do CRF-SP de acordo com o cargo

Tipologia do Cargo	Lotação		Ingresso no Exercício	Egresso no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Empregados Públicos de Carreira	269	269	44	45
Advogado	13	13	4	3
Motorista	8	8	3	3
Farmacêutico Consultor	4	4	0	0
Designer Gráfico	2	2	2	2
Desenvolvedor Web	2	2	1	0
Farmacêutico Fiscal	62	62	7	2
Jornalista	4	4	0	0
Agente Administrativo	148	148	22	31
Agente de Manutenção	5	5	2	1
Agente Operacional	4	4	0	0
Analista de Sistemas	4	4	0	0
Analista de Suporte	2	2	0	0
Arquiteto	1	1	0	0
Consultor	8	8	1	1
Contador	1	1	1	1
Técnico de Informática	1	1	1	1
Cargos de Livre Nomeação e Exoneração	13	13	12	7
Assessor	3	3	3	2
Assistente	4	4	6	3
Gerente	6	6	3	2
Empregados com Contrato Temporário	8	8	7	0
Advogado	1	1	0	0
Agente Administrativo	3	3	3	0
Analista de Sistemas	2	2	2	0
Bibliotecário	1	1	1	0
Desenvolvedor Web	1	1	1	0
Total Geral	290	290	63	52

No exercício de 2015, reconheceu-se que o quadro de colaboradores necessitava de adequações, tendo em vista o crescente número de inscritos e demandas da sociedade por serviços. A força de trabalho foi dimensionada de modo a impulsionar novos processos de trabalho, tendo como foco a funcionalidade de cada setor, frente às necessidades desta Entidade.

As características da força de trabalho do CRF-SP, impõem que sejam aplicados novos conceitos, técnicas e ferramentas de administração de carreiras, para

que possam ser disponibilizados profissionais que possuam as competências necessárias.

Os cargos em comissão representam apenas 4,48% do quadro total. Estes profissionais estão em áreas que necessitam de especialistas no desenvolvimento de suas funções, alinhados às estratégias da Entidade, em situações que não foram identificadas pessoas com competências necessárias no quadro de funcionários de carreira. Dessa forma, a quantidade de cargos em comissão é inferior ao número de funcionários de carreira que exercem funções gratificadas (9,31%), visto que na existência de vagas, prioriza-se a ocupação por concursados.

A Tabela 18 apresenta um efetivo de colaboradores de 2016 agrupados em funções gratificadas e em cargos de livre nomeação e exoneração.

Tabela 18. Efetivo de colaboradores do CRF-SP agrupados em funções gratificadas e em cargos de livre nomeação e exoneração

Tipologia do Cargo	Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
		Autorizada	Efetiva		
Funções Gratificadas					
Assessor	Advogado	1	1	0	0
	Consultor	1	1	0	0
Coordenador	Agente Administrativo	6	6	0	0
	Consultor	2	2	0	0
	Contador	1	0	0	1
	Farmacêutico Consultor	1	1	0	0
	Farmacêutico Fiscal	5	5	0	0
Gerente	Advogado	1	1	0	0
	Agente Administrativo	2	2	0	0
	Analista de Sistema	1	1	0	0
	Farmacêutico Fiscal	2	2	0	0
Gerente Geral	Consultor	1	1	0	0
	Farmacêutico Fiscal	3	3	0	0
Superintendente	Farmacêutico Fiscal	1	1	0	0
Total		28	27	0	1
Cargos de livre nomeação e exoneração					
Assessor	Assessor	3	3	3	2
Assistente	Assistente	4	4	6	3
Gerente	Gerente	6	6	3	2
Total		13	13	12	7

Apresenta-se na Tabela 19 a faixa etária dos colaboradores de acordo com os cargos.

Tabela 19. Faixa etária dos colaboradores do CRF-SP de acordo com os cargos

Empregados Públicos de Carreira	Até 30 anos	de 31 a 40 anos	de 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Advogado	5	4	4		
Agente Administrativo	46	44	44	13	1
Agente De Manutenção	2	2	1		
Agente Operacional			1	3	
Analista De Sistemas	1	2		1	
Analista De Suporte			1	1	
Arquiteto	1				
Consultor	1	3	2	2	
Contador			1		
Desenvolvedor Web	1	1			
Designer Gráfico	2				
Farmacêutico Consultor	2	2			
Farmacêutico Fiscal	6	31	18	7	
Jornalista	1	1	2		
Motorista	1	4		3	

Como pode se observar os empregados do CRF-SP são relativamente jovens, sua maioria está na faixa etária de até 40 anos. Diante do exposto, a previsão do tempo para aposentadoria dos servidores em sua grande parte é de 20 ou 25 anos, não havendo grandes impactos de imediato na força de trabalho.

O CRF-SP para compor seu quadro de recurso humano e cumprir seu papel social conta também com o programa de estágios e o programa de aprendizagem.

O programa de estágio permite a troca de experiências entre os funcionários e os estagiários, bem como o intercâmbio de novas ideias, conceitos, planos e estratégias. Com visões diferenciadas e a energia típica dos jovens, questionamentos e novos pontos de vista podem vir à tona, gerando assim uma cultura de transformação inovadora.

Além de ter disposição para aprender e garra para vencer desafios, os estagiários, tanto de ensino médio quanto de nível superior, buscam no estágio o intercâmbio entre o que se absorve na sala de aula com a prática. Com isso, o CRF-SP se beneficia com a união da experiência do seu time de funcionários, a ousadia e atualização de informações que os estagiários trazem consigo.

Em 2016, o CRF-SP contou com 41 estagiários. Sendo assim, além de atender o disposto na Lei nº 11.788/08 – Lei do Estágio, esta Entidade, cumpriu com

o seu papel social e ajudou a formar as novas gerações de profissionais que o país necessita.

Visando contribuir com a inserção de jovens iniciantes no mercado de trabalho, o CRF-SP faz contratações de Aprendizes, pois acredita que o ingresso em seu primeiro emprego é uma oportunidade de gerar transformação social ao jovem e à sua família por meio da geração de renda e da evolução deste jovem como futuro profissional.

O investimento dedicado a este jovem se reverte em benefícios a ele, ao CRF-SP e à sociedade. De acordo com o acompanhamento que receba de seu gestor e do desempenho que venha a apresentar, o aprendiz poderá se destacar como um futuro talento e contribuirá com o desenvolvimento da Entidade.

Mais que uma obrigação legal, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania.

O jovem contratado pelo CRF-SP como aprendiz ganha atenção diferenciada, principalmente no que diz respeito à sua formação profissional e desenvolvimento pessoal.

Dessa forma e para cumprimento da Lei 10.097/2000, em 2016, foram contratados 7 jovens aprendizes. Tanto o aprendiz quanto a empresa são beneficiados com este programa de aprendizagem. Por meio destas contratações, o CRF-SP atua como uma Entidade socialmente responsável.

O nível de instrução dos colaboradores efetivos em 2016 encontra-se apresentado na Tabela 20.

Tipologia do Cargo	Primeiro Grau Incompleto	Primeiro Grau	Segundo Grau ou Técnico	Superior	Aperfeiçoamento/ Especialização/Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado/Pós Doutorado/Phd/Livre Docência	Total Geral
Empregados Públicos de Carreira								
Advogado				9	3		1	13
Agente Administrativo			50	96	2			148
Agente de Manutenção		1	3	1				5
Agente Operacional	1		3					4
Analista de Sistemas				2	2			4
Analista de Suporte			1	1				2
Arquiteto				1				1
Consultor				6	1		1	8
Contador					1			1
Desenvolvedor Web				2				2
Designer Gráfico				1		1		2
Farmacêutico Consultor				3	1			4
Farmacêutico Fiscal				43	18	1		62
Jornalista				3	1			4
Motorista			5	3				8
Técnico de Informática				1				1
Cargos de Livre Nomeação e Exoneração								
Assessor				2	1			3
Assistente				3	1			4
Gerente				4	1		1	6
Empregados com Contrato Temporário								
Advogado				1				1
Agente Administrativo				3				3
Analista de Sistemas				2				2
Bibliotecário				1				1
Desenvolvedor Web				1				1
Total Geral	1	1	62	189	32	2	3	290

Tabela 20. Distribuição do Grau de Escolaridade de acordo com os cargos

O CRF-SP tem consciência de que o grande desafio atual (organizacional e gerencial) é a obtenção do alinhamento com as estratégias e o comprometimento, integração e sinergia de todas as equipes e seus integrantes. E que este alinhamento e sinergia só serão obtidos se a gestão de pessoas for capaz de assegurar a presença de colaboradores motivados e com as competências necessárias a executar estas estratégias.

Selecionar profissionais que se adequam às necessidades da Autarquia muitas vezes é uma tarefa complexa, visto que a contratação de funcionários decorre de processo seletivo/concurso público. Portanto, uma alternativa para se ter pessoas comprometidas com a visão, missão e valores, bem como, capacitadas para exercer suas funções é investir no treinamento e desenvolvimento de habilidades. Além disso, a capacitação é uma forma de possibilitar o crescimento profissional e pessoal e com isso gerar satisfação em trabalhar na Entidade o que contribui com a diminuição da rotatividade.

Para atendimento ao plano estratégico e das competências organizacionais e visando ao aprimoramento de habilidades, conhecimentos e atitudes dos colaboradores vinculados às atividades desenvolvidas nesta entidade, o CRF-SP destina em seu Orçamento, conforme firmado em acordo coletivo, valores específicos para auxílio educação a seus empregados, destinado ao custeio de cursos de graduação em instituições particulares de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), cursos de extensão, formação e atualização profissional, desde que o curso seja correlato com qualquer atividade exercida no CRF-SP, além de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em instituições públicas e privadas, reconhecidas pelo MEC.

A concessão de tal benefício representa também um fator motivacional para que os empregados vislumbrem progressão na carreira com acesso a uma eventual Função Gratificada.

O Departamento de Gestão de Pessoas, em parceria com a sua operadora de saúde organizou palestras com temas de extrema importância para a saúde dos colaboradores, visando o bem-estar da equipe. Da mesma forma os demais departamentos promoveram treinamento das suas equipes.

Os principais temas abordados em 2016 foram:

- ✓ Apresentação da Fiscalização Eletrônica Móvel;

- ✓ Capacitação sobre boas práticas em verificação do exercício profissional em drogarias e farmácias;
- ✓ Diretrizes de orientação farmacêutica e orientação sobre verificação de boas práticas farmacêutica;
- ✓ Capacitação sobre fiscalização orientativa/projeto 2016;
- ✓ Capacitação sobre boas práticas com base nas fichas de verificação do exercício profissional em farmácias hospitalares, laboratórios de análises clínicas e gases medicinais;
- ✓ Campanha do Outubro Rosa - Campanha que ocorre no mês de outubro, o outubro Rosa tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;
- ✓ Capacitação sobre regularidade de produtos – alimentos e fitoterápicos;
- ✓ Campanha do Novembro Azul - Novembro Azul é o nome dado à campanha de conscientização realizada no mês de novembro, dirigida à sociedade com o intuito de conscientizar a população, em sobretudo os homens, a respeito de doenças masculinas, enfatizando a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de próstata;
- ✓ Capacitação sobre nova fundamentação legal nos autos de infração;
- ✓ Esta palestra teve como objetivo alertar os funcionários sobre a importância de se manter uma boa alimentação, que forneça os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo, tendo relação direta com os processos cerebrais, inclusive a memória, o raciocínio lógico e a capacidade de concentração;
- ✓ Apresentação dos resultados do ano de 2016;
- ✓ Como lidar com o stress e evitar a depressão - A palestra abordou situações corriqueiras e a forma de lidar com estas situações sem que haja o aumento do stress e depressão no ambiente de trabalho;

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas com pessoal foram imputadas no tópico 6.1.2, utilizando-se como base as despesas realizadas com pessoal no exercício de 2016, totalizando R\$ 29.883.836,71, conforme Apêndice 6.

O detalhamento das despesas pode ser verificado, ainda, no Portal da Transparência do CRF-SP.

5.1.3. *Gestão de riscos relacionados ao pessoal*

Para dar clareza sobre a postura e conduta esperadas de seus colaboradores e evitar a ocorrência de falhas que possam comprometer o cumprimento de sua missão, visão e objetivos estratégicos foi instituído o Código de Conduta do CRF-SP por meio da Portaria nº 18, publicada em DOE de São Paulo em 31/08/2016, alterada pela Portaria nº 24, de 05 de outubro de 2016 (publicada no DOE do dia 06 de outubro de 2016, Poder Executivo, seção I, volume 126, número 189, pág. 244).

O documento está disponível no portal e *intranet* da Entidade, além de ter sido entregue na versão impressa a todos os colaboradores, que firmaram um termo de compromisso, declarando sua ciência e adesão ao regulamento. Além disso, foram ministradas palestras acerca dos principais aspectos e esclarecidas às dúvidas.

Este Código orienta a conduta ética dos agentes públicos em exercício no CRF-SP e tem por finalidade:

I - Evidenciar as regras de conduta esperadas dos Agentes Públicos do CRF-SP;

II - Assegurar que as ações institucionais empreendidas pelos Agentes Públicos preservem a visão, a missão e os valores da Entidade e que os atos delas decorrentes reflitam probidade e conduta ética;

III – Proporcionar coerência e convergência às políticas, diretrizes e procedimentos internos do CRF-SP;

IV - Oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento dos Agentes Públicos e as decisões institucionais.

V - Resguardar o Agente Público de exposições desnecessárias ou acusações infundadas, de modo a consolidar o ambiente de segurança da Entidade;

VI - Contribuir para propiciar maior respeito e legitimação da sociedade quanto à atuação do CRF-SP, à retidão, honra e dignidade dos seus Agentes Públicos e à tradição dos serviços prestados pela Entidade.

Outro risco identificado pela gestão refere-se ao uso seguro e racional dos recursos tecnológicos e informações, dessa forma revisou-se a Política da Segurança da Informação, Portaria 19, de 15/08/2016 publicada no DOU de 03/09/2016.

5.1.4. Contratação de mão de obra temporária

O CRF-SP, quando necessário, firma contrato de trabalho por prazo determinado para atender demandas/serviços transitórios, nos termos do artigo 443, § 1º e § 2º, alínea “a”, da Consolidação das Leis do Trabalho. No exercício de 2016 apresentava-se os seguintes contratos temporários:

Quadro 17. Mão de Obra Temporária

Cargo	Admissão	Término	Motivo
Agente Administrativo	13/07/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	01/07/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente de Manutenção	15/06/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Advogado	21/09/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Motorista	18/05/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	24/06/2015	31/03/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Agente Administrativo	03/08/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	23/04/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	15/06/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	23/03/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Designer Gráfico	16/11/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	03/08/2015	31/03/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Agente Administrativo	14/10/2015	13/05/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Advogado	22/07/2015	27/05/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Agente Administrativo	01/12/2015	31/05/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde

Agente Administrativo	01/12/2015	31/05/2016	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2013
Assistente	02/05/2016	15/06/2016	Desenvolvimento de projeto de elaboração do Manual sobre Fator de Equivalência
Assistente	02/05/2016	15/06/2016	Desenvolvimento de projeto de elaboração do Manual sobre Fator de Equivalência
Designer Gráfico	18/04/2016	16/06/2016	Demanda de material gráfico para o XIX Congresso Farmacêutico de São Paulo
Agente Administrativo	01/12/2015	30/06/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de Licença Maternidade
Agente Administrativo	11/04/2016	30/11/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de Licença Maternidade
Agente Administrativo	14/10/2015	23/12/2016	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Bibliotecário	20/10/2016	03/03/2017	Desenvolvimento do projeto de organização do acervo do CRF-SP (biblioteca e documentos produzidos pela entidade)
Desenvolvedor Web	14/06/2016	14/06/2017	Desenvolvimento novo site do PAF - Programa de Assistência ao Farmacêutico
Advogado	13/07/2015	12/07/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Agente Administrativo	15/08/2016	14/08/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Analista de Sistemas	01/06/2016	30/11/2017	Desenvolvimento dos programas relacionados ao Convênio firmado entre o CRF-SP e CFF (FARMASIS)
Agente Administrativo	01/12/2016	15/12/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Analista de Sistemas	01/08/2016	19/01/2018	Desenvolvimento dos programas relacionados ao Convênio firmado entre o CRF-SP e CFF (FARMASIS)
Agente Administrativo	01/04/2016	31/03/2018	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde

5.2. Gestão da Tecnologia da Informação

O setor de Tecnologia da Informação é responsável por toda a arquitetura tecnológica do CRF-SP. Uma arquitetura tecnológica compreende todo o conjunto de hardware/software necessário para manter em funcionamento todos os serviços da entidade que se estende por todo o estado de São Paulo.

A Tecnologia da Informação está intimamente ligada aos objetivos estratégicos da empresa provendo subsídios e apresentando propostas para que a entidade possa melhorar seus processos de trabalho.

O CRF-SP não possui um Plano Diretor de TI, sendo os desenvolvimentos priorizados com base na missão e visão da entidade e diretrizes da alta gestão, por meio de critérios que privilegiam a eficiência e automação de rotinas buscando economia de recursos com mão de obra, ou visando implementar facilidades aos usuários da autarquia.

O CRF-SP ainda não possui um Comitê Gestor de TI instituído, havendo prioridade de implantação em 2017.

5.2.2. Principais sistemas de informações

Sistema	Atendimento
Objetivo	Sistema desenvolvido internamente para o registro e controle de atendimentos, geração de protocolos e taxas para farmacêuticos e empresas inscritas
Responsável técnico	Gerência de TI
Responsável da área de negócio	Gerência de Atendimento
Criticidade para a unidade	Alta
Principais funcionalidades	Inclusão de atendimentos, registro de protocolos, estatísticas de atendimento

Sistema	Atendimento Eletrônico
Objetivo:	Plataforma de serviços desenvolvido internamente para os inscritos no CRF
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Atendimento
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Manutenção de cadastro, emissão de boletos, comunicados de ausência e baixa de responsabilidade, inscrição em cursos online e emissão de certificados

Sistema	CAT Orientação Farmacêutica
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para registro das orientações farmacêuticas realizadas
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Fiscalização/Orientação
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Cadastro de orientações realizadas, consultas e emissão de relatórios

Sistema	Cobrança
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para controle de arrecadação do CRF-SP
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Superintendência
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de débitos, geração de anuidades, emissão de carnês

Sistema	DTI
Objetivo:	Sistema gerenciador de acesso aos usuários
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de TI
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Controle de permissões aos usuários nos sistemas

Sistema	Ética
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para suportar o processo de gestão dos processos éticos. Instaurados pelo Conselho Regional de Farmácia.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência da Secretaria Central das Comissões de Ética
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Controle de todos os processos éticos disciplinares instaurados pelo CRF-SP

Sistema	Eventos
Objetivo:	O Sistema desenvolvido internamente com o objetivo de automatizar e auxiliar os usuários no processo de inscrições para os diversos eventos organizados.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Eventos
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Permite aos usuários do sistema organizar agenda de eventos, realizar inscrições, emitir boletos, acompanhar inscrições, emitir lista de presença e certificados.

Sistema	Fiscalização Interna
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para gerenciar o processo de fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência Geral de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle dos processos internos de Fiscalização do CRF-SP

Sistema	Fiscalização Eletrônica Móvel
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para automatização do processo de fiscalização externa
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Inclusão de termos de visita, termos de intimação, fichas de verificação profissional e orientações

Sistema	TOTVS
Objetivo:	Controle das relações trabalhistas com os funcionários
Responsável técnico:	Totvs Tecnologia
Responsável da área de negócio:	Gerência de Gestão de Pessoas
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de ponto e folha de pagamento

Sistema	Jurídico
Objetivo:	O sistema desenvolvido internamente, para gerenciar os processos do jurídico e tarefas do departamento.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência Jurídica
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Execução fiscal, parcelamentos judiciais, controle de processos e seus respectivos acompanhamentos, agenda de prazos, controle de petições

Sistema	Denúncia
Objetivo:	Controlar as denúncias realizadas para o CRF-SP
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de denúncias e emissão de relatórios de encaminhamento para Fiscalização Eletrônica Móvel

Sistema	Processo Fiscal
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente responsável pela análise de recursos e multas punitivas dos inscritos PJ
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Processo Fiscal
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle e emissão de multas para empresas

Sistema	Siscont.NET
Objetivo:	Módulo adquirido da empresa Implanta para controle orçamentário.
Responsável técnico:	Implanta Tecnologia
Responsável da área de negócio:	Contador do CRF-SP
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de todas as etapas da execução das despesas e das receitas, inclusive com a retenção dos tributos quando ocorre o registro dos pagamentos.

Sistema	Sisdia
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para controle dos pedidos de concessões de diárias, devidas quando os colaboradores ou funcionários do CRF-SP necessitam se deslocar para desempenhar suas atividades.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Coordenador da Central de Deslocamento
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Cadastramento, registro, cálculo e emissão de diárias

Sistema	Trâmite de Documento
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente responsável pelo andamento dos serviços solicitados pelos inscritos
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Trâmite de Documentos
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de todos os dados cadastrais dos inscritos no CRF-SP

5.3. Fundo de assistência

O fundo de assistência do CRF/SP foi criado nos termos do que dispõe os parágrafos 1º e 2º do artigo 27 da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960 e destina-se à assistência de seus membros necessitados quando enfermos ou inválidos. Podem ser beneficiados pelo Fundo de Assistência todos os profissionais descritos no artigo 14 da Lei nº 3.820/60, desde que o profissional: não esteja cumprindo

penalidade ética disciplinar ou tenha sofrido a penalidade restritiva ao exercício da profissão nos últimos 3 anos; seja inscrito no CRF-SP e tenha contribuído com o pagamento de anuidade pelo menos no exercício anterior ao pedido; não possua débitos perante o CRF-SP, contraídos até o momento do início da invalidez ou enfermidade. É normatizado pelo Regulamento do Fundo de Assistência do CRF-SP, disponível em: <http://portal.crfsp.org.br/index.php/orientacao-farmaceutica-2/legislacao/113-juridico/legislacao/963-regulamento-do-fundo-de-assistencia.html>.

5.4. Programa de Assistência ao Farmacêutico – PAF

O PAF é totalmente gratuito e tem como objetivos a inserção ou recolocação do farmacêutico inscrito regularmente no CRF-SP, no mercado de trabalho (Bolsa de Empregos, Cadastramento de currículos, divulgação de concursos públicos), ampliando seu potencial de empregabilidade, assim como propiciar facilidades e condições exclusivas para aquisição de serviços e produtos (Clube de Benefícios), de modo a valorizar o profissional farmacêutico.

No ano de 2016 o hotsite do PAF foi visitado 1.199.991 representando um crescimento nos acessos de 7,93%.

5.4.1 Bolsa de Empregos

A Bolsa de Empregos é uma ferramenta de inserção do farmacêutico, inscrito regularmente no CRF-SP, no mercado de trabalho, promovendo a aproximação entre candidatos e empregadores de diversos ramos de atividades, por meio da divulgação diária de oportunidades de vagas em todo o país. Neste espaço, também, são divulgadas oportunidades para estagiários (as) do Curso de Graduação em Farmácia.

Todas as vagas divulgadas são previamente analisadas em relação à regularidade da empresa junto ao CRF-SP e se observam a legislação trabalhista. Além disso, são divulgados editais de Concursos Públicos que envolvam vagas de interesse do farmacêutico, após previa análise do departamento jurídico e processos seletivos para obtenção de bolsas de estudos em Programas de Aprimoramento Profissional e Residência Multiprofissional.

O PAF disponibilizou, no ano de 2016, 483 editais de concursos públicos e 77

processos seletivos para residência multiprofissional e programas de aperfeiçoamento profissional, representando, respectivamente, aumentos de 41,22% e 10%, em relação ao exercício de 2015. Por sua vez, divulgou-se 3.458 vagas de emprego para farmacêuticos representando uma queda de 30,47%.

5.4.2 Clube de Benefícios

O Clube de Benefícios é composto por empresas regulares que se dispõem a proporcionar condições especiais e descontos exclusivos tanto para os farmacêuticos regularmente inscritos, quanto para seus dependentes diretos e funcionários do CRF-SP. Destaca-se que para participar do programa não há custo ou benefício ao CRF-SP ou a empresa. No exercício de 2016 foram firmadas 60 novas parceria, refletindo em aumento de 36,36%.

Empresas de menor porte integram o PAF Regional, que consiste em parcerias com empresas das regiões das seccionais, e divulgação de vagas regionais.

5.4.3 PAF Empresa

É um programa especial que estende vantagens e benefícios oferecidos pelos parceiros comerciais PAF às empresas de propriedade de farmacêuticos e, também, aos farmacêuticos empreendedores que pretendem investir em seu próprio negócio.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso do cidadão

O CRF-SP comprometido com a sociedade disponibiliza a esta o portal da transparência e o serviço de informação ao cidadão – SIC, que se destina, por sua natureza legal, à obtenção de informação pontual e específica, consoante previsto no artigo 12, inciso III, do Decreto nº 7.724/12. Além disso, garante atendimento presencial em 32 unidades físicas distribuídas pelo Estado e atendimento eletrônico pelo site www.crfsp.org.br.

No ano de 2016, foram recebidas 02 solicitações de informação por meio do Serviço Eletrônico do Serviço de Informação ao Servidor – e-SIC, sendo uma proveniente da cidade de São Paulo e outra da cidade de Araçatuba, respondidas por e-mail e concluídas dentro do prazo legal. Ressalta-se que até o presente momento, o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) não possui informações classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo “secreta”, “ultrassecreta” e “reservada”, nos termos do artigo 24 da Lei nº 12.527/11.

O Departamento de Fiscalização possui um Setor de Denúncia devidamente organizado para o recebimento das denúncias encaminhadas voluntariamente ao CRF-SP que envolvem profissionais e estabelecimentos farmacêuticos e que comprometam e coloquem em risco a saúde da população.

Qualquer cidadão pode fazer a denúncia, podendo inclusive ocorrer de maneira anônima. O sigilo do denunciante é sempre mantido. As denúncias sobre irregularidades profissionais podem ser realizadas via correio, por intermédio do e-mail denuncia@crfsp.org.br e do telefone 0800 77 02 273 e protocolos presenciais na sede sub sedes ou seccionais do CRF-SP. Caso o denunciante se identifique e forneça seus contatos, será informado a respeito da tramitação do processo.

No caso de solicitação de orientação para a conduta na atividade profissional e apuração de denúncias referentes a eventuais afrontas ou lesões às prerrogativas e direitos dos farmacêuticos no exercício profissional o contato pode ser realizado via correio, por intermédio do e-mail prerrogativas@crfsp.org.br e por protocolos presenciais na sede sub sedes ou seccionais do CRF-SP.

O farmacêutico inscrito ainda pode contar com apoio da equipe de orientação farmacêutica para esclarecimentos sobre assuntos que envolvem a

legislação e questões técnicas do âmbito profissional. São realizados atendimentos via telefone (11) 30671470, e-mail orientacao@crfsp.org.br e chat online por meio do portal do CRF-SP.

Para o atendimento de serviços o CRF-SP disponibiliza diversos canais. O atendimento pessoal é realizado por ordem de chegada, em todas as Seccionais, Subsedes e na Sede. O serviço de atendimento por e-mail é realizado na Sede, de segunda a sexta-feira, cujas mensagens são respondidas, geralmente, em até 24 horas. O atendimento pelo CHAT é realizado na Sede, das 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. O atendimento telefônico é realizado na Sede, Subsedes e Seccionais. No entanto, apenas a Sede possui sistema de monitoramento de ligações. Em julho de 2016, o CRF-SP ampliou os canais de atendimento, incluindo o atendimento via WhatsApp, que é realizado na Sede, de segunda a sexta-feira.

Fale com o Presidente via e-mail diret@crfsp.org.br ou presencialmente em plantão regular semanal.

Figura 13. Aplicativo CRF-SP



Também está disponível para população um aplicativo batizado de “Farmacêutico” disponível para download na Google Play e App Store, com objetivo ajudar a população a encontrar farmácias com certidão de regularidade, disponibilizando relevantes dados destes estabelecimentos e funcionalidade de

navegação por GPS, dispõe de um canal com dicas e informações importantes sobre medicamentos para população, vídeos de interesse da população e notícias do setor farmacêutico, além de um canal para denúncias profissionais e sanitárias, como importantes do setor farmacêutico.

Figura 14. Aplicativo Farmacêutico



6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

De acordo com a diretriz cartorial do planejamento organizacional, o CRF-SP se preocupa com a qualidade do atendimento prestado aos usuários. Para mensurar se ações promovidas na área da qualidade do atendimento estão sendo efetivas, o CRF-SP realiza pesquisas de satisfação dos atendimentos realizados pessoalmente, por CHAT e telefônico.

A pesquisa de satisfação do atendimento via CHAT foi realizada ao final do atendimento. Em 2016, 8.215 pessoas responderam à pesquisa de satisfação. O usuário respondeu se sua solicitação foi atendida e qual nota ele dava para o atendimento, de 1 a 5, sendo 5 a melhor nota. Entende-se que:

- ✓ Nota 1: péssimo
- ✓ Nota 2: ruim

- ✓ Nota 3: indiferente
- ✓ Nota 4: bom
- ✓ Nota 5: excelente

Os resultados obtidos estão ilustrados nos gráficos 20 e 21.

Gráfico 20. Atendimento à solicitação via CHAT

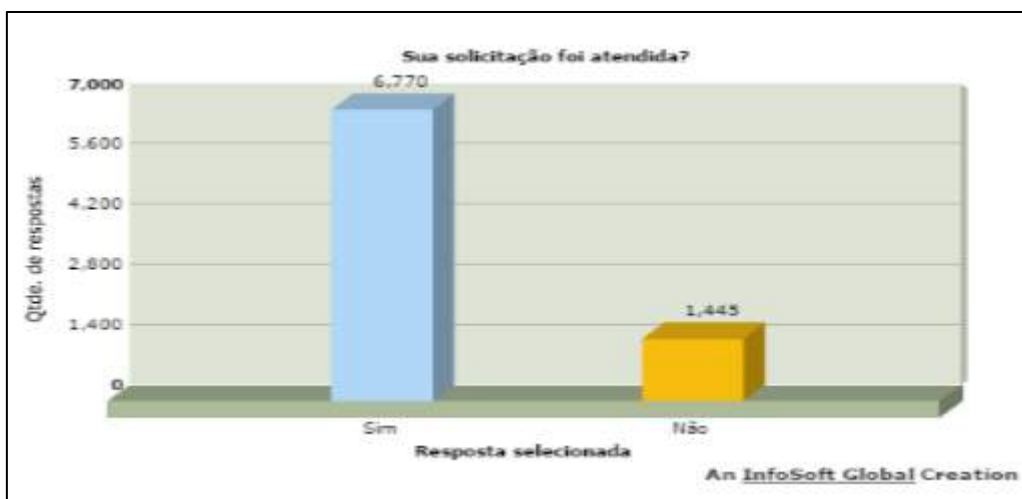


Gráfico 21. Nota atribuída ao atendimento via CHAT



De acordo com os gráficos 20 e 21, verifica-se que 82,41% das pessoas responderam que sua solicitação foi atendida. Com relação à qualidade do atendimento, verifica-se que 78,37% das pessoas responderam que estão satisfeitas, considerando os resultados das notas de 4 a 5.

A pesquisa de satisfação do atendimento telefônico foi enviada por e-mail aos farmacêuticos atendidos por telefone na central telefônica. Em 2016, 738 farmacêuticos responderam a pesquisa de satisfação. O farmacêutico respondeu se sua solicitação foi atendida e qual nota ele dava para o atendimento, de 1 a 5, sendo 5 a melhor nota. Entende-se que:

- ✓ Nota 1: péssimo
- ✓ Nota 2: ruim
- ✓ Nota 3: indiferente
- ✓ Nota 4: bom
- ✓ Nota 5: excelente

Os resultados obtidos estão ilustrados nos gráficos 22 e 23.

Gráfico 22. Atendimento à solicitação via telefone



Gráfico 23. Nota atribuída ao atendimento via telefone



De acordo com os gráficos acima, verifica-se que 93,07% das pessoas responderam que sua solicitação foi atendida. Com relação à qualidade do atendimento, verifica-se que 83,56% das pessoas responderam que estão satisfeitas, considerando os resultados das notas de 4 a 5.

A pesquisa de satisfação do atendimento pessoal foi enviada por e-mail aos farmacêuticos atendidos em todas as unidades de atendimento do CRF-SP. Os itens avaliados pelos farmacêuticos são: tempo de espera para ser atendido, ambiente de espera e objetividade e clareza do funcionário que o atendeu. Nesta mesma pesquisa é questionado ao farmacêutico se ele já consultou as informações sobre procedimentos e formulários no site e se considera as informações claras e objetivas.

Em 2016, 2.787 farmacêuticos responderam esta pesquisa, cujo resultado está ilustrado nos Gráficos 24 e 25.

Gráfico 24. Tempo de espera do atendimento pessoal

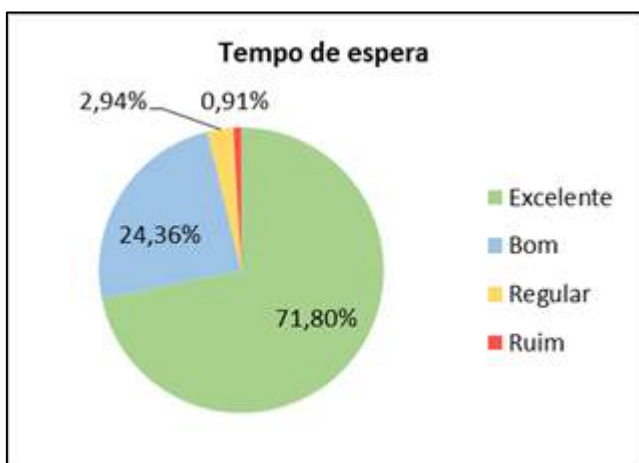


Gráfico 25. Ambiente de espera do atendimento pessoal

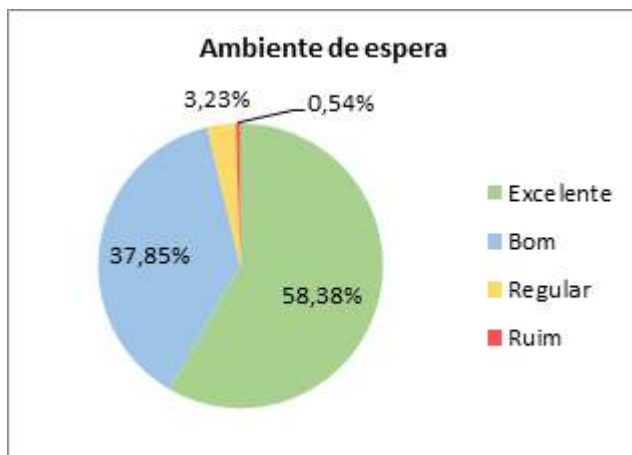


Gráfico 26. Objetividade e clareza do funcionário no atendimento pessoal

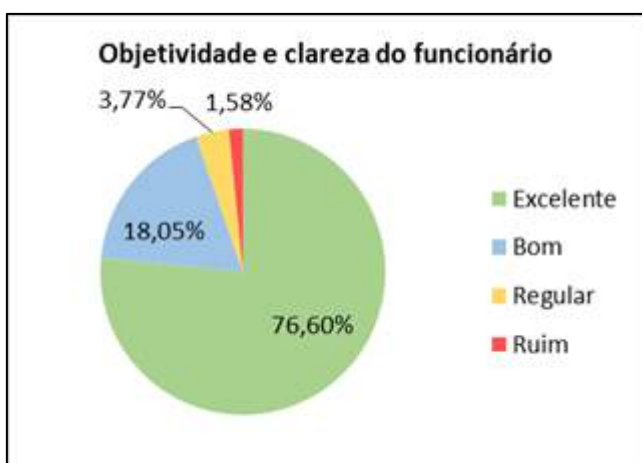


Gráfico 27. Consulta prévia às informações no site

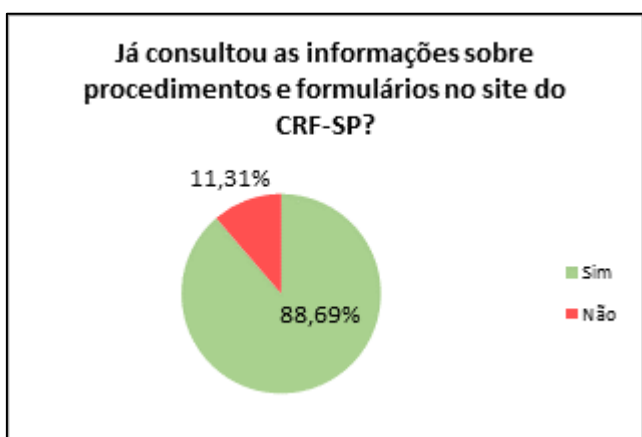
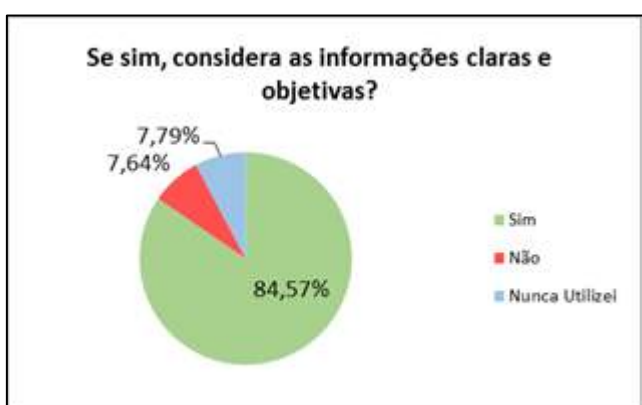


Gráfico 28. Clareza e objetividade das informações do site



De acordo com os resultados apresentados, utilizando os cálculos descritos no item 3.5, percebe-se que 82,59% das pessoas atendidas pelo CRF-SP estão

satisfeitas com o atendimento, cumprindo e ultrapassando a meta estabelecida na diretriz cartorial.

6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em 2016 foram realizadas modificações na área do sítio eletrônico do CRF-SP denominada “Portal da Transparência”, com a finalidade de garantir que todas as informações relacionadas à gestão da Entidade possam ser consultadas e acompanhadas pela sociedade. Essa área é constantemente atualizada, de forma a permitir acesso rápido e fácil às informações.

6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Preocupado em promover aos portadores de necessidades especiais, acesso a todos os serviços do CRF-SP, a entidade tem buscado substituir os imóveis locados de suas seccionais por outros que possibilitem garantir acessibilidade, bem como tem reformado seus imóveis, tendo neste exercício promovido as seguintes adequações:

- ✓ Execução de rampa para acesso do conjunto 71 da sede do CRF-SP.
- ✓ Aquisição de itens de sinalização visual e tátil para as Seccionais, contemplando também botão de emergência para os sanitários Portador de Necessidades Especiais (PNE) (instalação em andamento).
- ✓ Contratação de empresa especializada para instalação de plataforma acessível na Seccional de São José do Rio Preto (instalação em andamento).
- ✓ Adaptações físicas para PNE na Seccional de Bauru incluindo: adaptações do sanitário, rampa, mudança de entrada do atendimento, identificação visual e tátil, corrimão na escada e viabilização dos desníveis de entrada e do auditório.
- ✓ Início de reforma do atendimento da sede do CRF-SP com alteração de layout e adaptações no sanitário e entrada para que se tornem acessíveis.
- ✓ Criação de canais de comunicação que permitem atendimento a pessoas com deficiência auditiva e dificuldade de comunicação oral.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este tópico visa evidenciar os resultados financeiros obtidos no exercício de 2016.

7.1. Desempenho financeiro no exercício

A entidade vem administrando seus recursos de forma a proporcionar a sua melhor e adequada aplicação dos mesmos. Em 2016 a entidade apresentou uma redução de seu saldo financeiro de R\$ 1.347.141,51, impactado principalmente pelos investimentos de capital (vide maiores detalhes no item 6 das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis), no entanto fechando o ano de 2016 com estabilidade financeira.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O CRF-SP efetuou diversos trabalhos de adequações às normas contábeis, tais como adequação nos critérios de reconhecimentos de receitas de Anuidades e Multas emitidas, e de reavaliação de Ativos.

- a) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo. A reavaliação foi realizada através do seguinte método:

Documentos bases

- ✓ documentação com a descrição detalhada referente a cada bem que esteja sendo avaliado;
- ✓ a identificação contábil do bem;
- ✓ vida útil remanescente do bem, para que sejam estabelecidos os critérios de depreciação, a amortização ou a exaustão;
- ✓ a identificação do responsável pela reavaliação;
- ✓ Orçamentos para compor valor atual de mercado.

Método utilizado

- ✓ fatores que influenciam a reavaliação: i) Estado de conservação do bem – (EC); ii) Período de vida útil futura do bem, em anos (PVU); iii) Período de utilização do bem, em anos (PUB).
 - ✓ fórmula para achar o Fator de Reavaliação (FR) $FR = (4EC + 6PVU - 3PUB) / 100$.
 - ✓ valor do bem reavaliado (VBR) $VBR = \text{Valor do bem novo} \times \text{Fator de Reavaliação}$.
- b) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão será conforme as NBCs e serão realizadas a partir do exercício 2017, sendo configurada no sistema patrimonial e parametrizada com o sistema contábil.

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há apuração de custos no âmbito do CRF-SP.

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis e suas notas explicativas estão apresentadas como Apêndices 7 a 13 e evidenciam os resultados alcançados pelo CRF-SP, através do Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados, Demonstrativos de Execução de restos a pagar processados e não processados liquidados, Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Variações Patrimoniais.

As demonstrações do CRF-SP encontram-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, que estipula normas de finanças públicas.

É de suma importância ressaltar que nos demonstrativos que compõem as NOTAS E QUADROS EXPLICATIVOS correspondentes, os valores estão apresentados de forma nominais e foram elaborados a partir da base de dados do sistema de contabilidade utilizado pela entidade.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Em que pese regimentalmente o controle interno seja desenvolvido pela Comissão de Tomada de Contas, conforme registrado na apresentação do presente relatório, a implantação de controle interno, foi iniciada por meio da consultoria prestada pela FIPE.

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O CRF-SP deu total cumprimento ao acórdão nº 96/16, proferido pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, aperfeiçoando seu Portal da Transparência.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2016 não foram proferidas recomendações específicas pela Comissão de Tomada de Contas desta autarquia ou pela Auditoria do CFF.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No mês de julho de 2016, houve a instauração de sindicância que concluiu pela existência de danos aos cofres do CRF-SP em razão da ausência de prestação de contas nos suprimentos de fundos do Departamento de Controladoria.

As providências tomadas foram o envio de cópia integral dos autos da sindicância ao: i) Ministério Público Federal; ii) CFF; e, iii) Conselho Regional de Contabilidade, sem prejuízo da propositura da competente ação de improbidade administrativa visando o ressarcimento do erário (autos do processo nº 5006746-11.2017.4.03.6100), em trâmite perante a 1ª Vara Cível Federal de São Paulo

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As informações relevantes estão contidas no relatório e distribuídas em seus respectivos itens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Balanço Geral

Apresentação

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração de Variações Patrimoniais, bem como dos anexos discriminados na Lei nº 4.320/64 e normas do MCASP.

O Balanço Geral do CRF-SP encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, que estipula normas de finanças públicas. É de suma importância ressaltar que nos demonstrativos que compõem as NOTAS E QUADROS EXPLICATIVOS que se seguem, os valores estão apresentados de forma nominais e foram elaborados a partir da base de dados do sistema de contabilidade IMPLANTA, independentemente das diretrizes estabelecidas no sistema SIAFI/SIAFEM.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **Encerradas em 2016 e 2015** *Valores expressos em R\$*

1. Contexto Operacional

O **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, designado pela sigla **CRF-SP**, criado pela resolução nº 2, de 5 de julho de 1961, do Conselho Federal de Farmácia, conforme dispositivo na Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1.960, é uma entidade autárquica, possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinando-se a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina daqueles que exercem atividades profissionais farmacêuticas, na área de sua jurisdição.

Em complementação às suas atribuições fixadas na Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960 e 9.120, de 26 de outubro de 1995, poderá o CRF-SP promover atividades que tenham por objetivo contribuir para melhoria da Saúde Pública e da Assistência Farmacêutica, estimular a unidade da classe e executar programas atualizados do farmacêutico.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

O Balanço Geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, constitui-se na prestação de contas das ações desenvolvidas a cada exercício financeiro. Os resultados gerais do exercício financeiro estão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os Princípios Contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade e 531, de 27 de abril de 2010 do Conselho Federal de Farmácia e em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) e aos Princípios Contábeis geralmente aceitos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Outras demonstrações contábeis julgadas relevantes foram inseridas nestas Notas Explicativas a fim de atender o maior número de usuários das informações governamentais. Tais demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento anual deste Conselho.

2.2 Práticas Contábeis

2.2.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante é demonstrado ao valor de realização.

2.2.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa tem a composição a seguir:

- a) Recursos em caixa e conta corrente;
- b) Aplicações financeiras: certificados de depósitos bancários - CDB Flex Empresarial, CDB Pós Fixado, ambos na Caixa Econômica Federal, além de CDB DI Pós Fixado no Banco do Brasil, demonstrados pelos valores aplicados e acrescidos de rendimentos incorridos até a data do Balanço.

2.2.1.1.a) – Disponível

Descrição	2016	2015
Bancos Conta Movimento	604.593,69	203.143,66
Bancos Conta Arrecadação	172.603,00	388.932,63
	-----	-----
Total	777.196,69	592.076,29

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

2.2.1.1.b) - Disponível Vinculado em Conta Vinculada:

Descrição	2016	2015
CDB	13.877.614,23	15.620.167,39
Poupança	1.865.469,32	1.655.178,07
	-----	-----
Total	15.743.083,55	17.275.345,46

Do total aplicado em poupança, o montante de R\$ 1.865.469,32 (2016), está vinculado à disputa judicial que exige depósito judicial ou reserva espontânea mantida pela entidade, em face de probabilidade de perdas no processo.

O total de R\$ 13.877.614,23 estão mantidos em aplicações em CDB no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Assim, como determina a Resolução CFF 531 de 27/04/2010, as receitas arrecadadas estão aplicadas, além da caderneta de poupança, em títulos de renda fixa pré-fixada, uma vez observada notória vantagem de ganho financeiro em relação à caderneta de poupança, considerando e verificando continuamente a condição de liquidez, cobrança de impostos, taxas e emolumentos, inclusive quando do resgate do valor aplicado com relação ao prazo de carência.

3. Devedores da Entidade/Diversos Responsáveis

Descrição	2016	2015
Pendências DP/RH	10.673,57	10.673,57
Cheques em Cobrança	0,00	6.788,44
Devedores Diversos	3.518,79	0,00
Diversos Responsáveis em Apuração	2.454,10	0,00
CFF-Conselho Federal de Farmácia	309.483,00	0,00
Total	326.129,46	17.462,01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Os valores alocados em Pendências DP/RH, referem-se a empréstimo consignado de ex-funcionário (Fabio Damon) cobrado pelo Banco do Brasil, cuja cobrança encontra-se *sub judice*.

Em Devedores Diversos e Diversos Responsáveis em Apuração, representam pagamentos efetuados de condomínio e alugueres no período anterior às férias coletivas em Dez/2016, cheque fraudado no montante de R\$ 973,00 em processo de análise junto ao Banco Caixa Econômica Federal e suprimentos de fundos de funcionários não prestados conta dentro do prazo.

CFF-Conselho Federal de Farmácia: representam valores de tarifas bancárias decorrentes de arrecadação, a serem restituídas pelo Conselho Federal de Farmácia, nos termos da Resolução 531/2010, art. 18, §1º.

4. Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros

Descrição	2016	2015
Adiantamentos de Salário, 13º salário, Férias e Outros	1.731,36	0,00
Responsável por Suprimentos	456.334,00	0,00
Salário maternidade	<u>10.698,91</u>	<u>12.628,22</u>
Total	468.764,27	12.628,22

Os valores correspondentes à rubrica Responsável por Suprimentos representam adiantamentos de recursos efetuados a funcionários da entidade para cobertura de pequenas despesas e que não envolvem transações de Folha de Pagamento.

Os valores demonstrados nestas contas de suprimentos de fundos se explicam pelas apurações e apontamentos realizados conforme apurado em Comissão de Sindicância nº 1/2016, cuja síntese consta expressa no ofício Jur 447/2017, que integra a Prestação de Contas do exercício da entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

5. Depósitos Judiciais

Descrição	2016	2015
Depósitos Judiciais	0,00	1.118.248,69
Execução Fiscal Pref..Mariapolis	2.994,39	0,00
	-----	-----
Total	2.994,39	1.118.248,69

Os valores depositados judicialmente referem-se a Reclamações Trabalhistas contra a Entidade, resgatado pela reclamante Regina Tereza Horácio em 2016 (Processo nº 031630035200005020049).

Execução Fiscal Pref. Mariapolis, trata-se de valor decorrente de bloqueio Judicial - Bacen Jud., em 15/08/2016, no Banco do Brasil conta c/c 385-9 / 37.084-3, vinculado à Execução Fiscal n.º 001.01.2010.003656-9 Prefeitura Mariapolis (2ª Vara Judicial de Adamantina).

2.2.1.2 - Estoques

Os valores de estoques demonstrados em 31/12/2016 referem-se a materiais utilizados nas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza, materiais de informática, material elétrico e outros, armazenados e registrados ao custo médio de aquisição. Desta forma, o almoxarifado é constituído basicamente por impressos e materiais de expediente valorados ao custo médio.

Em 2015, o saldo demonstrado nesta conta não havia sido conciliado com o sistema patrimonial, e tampouco o seu montante demonstrava o valor efetivo dos estoques em 31/12/2015 resultando, por consequência, um número irreal e negativo pendente de ajustes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015

Valores expressos em R\$

Descrição	2016	2015
Almoxarifado (Material de Consumo)	513.753,76	-437.873,97
	-----	-----
Total	513.753,76	-437.873,97

2.2.1.3 - Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo referem-se a valores de anuidades, multas por infrações legais, multas eleitorais, multas éticas e parcelamentos, emitidos no exercício de 2016, em cobrança administrativa, com expectativa de realização até o final do exercício seguinte, considerando os respectivos vencimentos.

Créditos a Curto Prazo

Descrição	2016
Anuidades Pessoa Física	2.922.612,73
Anuidades Pessoa Jurídica	2.953.220,77
Multa PF (NRMs)	16.290,00
Multa PJ (NRMs)	41.005.320,02
Multa PF (Débito Eleitoral /Multa etica)	287.389,58
Parcelamentos , CFDs – PF –Adm	965.180,55
Parcelamentos , CFDs – PJ Adm	<u>1.141.514,24</u>
Total	49.291.527,89

Observação: O montante demonstrado acima será objeto de avaliação e reclassificação para o ativo não circulante – créditos a longo prazo, no encerramento do próximo exercício (31/12/2017).

2.2.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

2.2.2.1 Créditos a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo referem-se a valores de anuidades, multas por infrações legais, multas eleitorais, multas éticas e parcelamentos, emitidos no exercício de 2016, em cobrança judicial, com expectativa de recebimento após o final do próximo exercício.

Créditos a Longo Prazo

Descrição	2016
Anuidades Pessoa Física	932.626,65
Anuidades Pessoa Jurídica	82.081,12
Multa PJ (NRMs)	747.825,00
Multa PF (Débito Eleitoral /Multa etica)	183.519,91
Parcelamentos , CFDs – PF Judiciais	976.859,07
Parcelamentos , CFDs – PJ Judiciais	<u>3.720.217,72</u>
Total	6.643.129,47

2.2.2.3 - Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis que estão demonstrados ao custo de aquisição. Em 2016 foram efetuadas as seguintes operações:

- a) Registros contábeis efetuados em 2016 da Reavaliação dos Bens Móveis adquiridos anteriores ao ano de 2016 nos grupos: Mobiliários em Geral, Máquinas e Aparelhos, Equipamentos de Informática, Utensílios de Copa e Cozinha, Equipamentos para áudio, Vídeo e Foto, Ferramentas, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Sistema de Segurança e Outros Materiais Permanentes. Procedimentos amparados conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6ª Edição - Parte II - Portaria STN nº 700/2014, ITEM 7.1.1, e aprovados conforme Ata de Reunião Plenária de 22/08/2016 trecho 5.8.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015

Valores expressos em R\$

- b) Registros contábeis efetuados em dezembro/2016 da Reavaliação a Valor de Mercado, dos Bens IMÓVEIS. Procedimentos amparados conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6ª Edição - Parte II - Portaria STN nº 700/2014, ITEM 7.1.1; aprovado pela Diretoria a ser ratificado pelo Plenário do CRF-SP.

Bens Patrimoniais

a) Movimentação - Bens Patrimoniais

	Bens Móveis	Bens Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2015	5.762.596,22	27.685.515,40	33.448.111,62
Adições/Baixas/Ajustes	-3.938.616,71	2.531.947,47	-1.406.669,24
Reavaliações	<u>1.087.627,17</u>	<u>4.714.537,13</u>	<u>5.802.164,30</u>
Saldo em 31/12/2016	2.911.606,68	34.932.000,00	37.843.606,68

b) Composição - Valor do Custo Corrigido

Bens Móveis:

Descrição	2016
Veículos e Acessórios	50.931,76
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	260.306,56
Biblioteca e Videoteca	43.351,40
Obras de Arte e Decoração	1.594,64
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	585.901,59
Utensílios de Copa e Cozinha	41.616,31
Equipamentos de Processamento de Dados	1.264.162,79
Sistema de Informática	251.108,68
Equipamentos de Áudio, Foto e Vídeo.	75.834,46
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	37.802,15
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	40.181,71
Equipamentos Diversos	27.477,24
Instalações e Benfeitorias	717,71
Outros Bens de Uso Duradouro	38.620,78
Aparelhos Equip. Comunicação	191.998,90
Total	2.911.606,68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

c) Composição - Valor do Custo Corrigido

Bens Imóveis:

Descrição	2016
Campinas – Casa Rua Ibsen da Costa Manso, 30	421.000,00
Araraquara - Casa Terrea	927.000,00
S.J.R.Preto - Casa	1.101.000,00
Ribeirão Preto - Casa	734.000,00
Sorocaba - Casa	836.000,00
Piracicaba - Casa	685.000,00
Barretos - Casa	495.000,00
Marília - Casa	455.000,00
São José dos Campos - Casa	555.000,00
Bauru - Casa	642.000,00
Santo André - Casa	902.000,00
Presidente Prudente - Casa	581.000,00
Regina Célia - Amaral Gurgel - sala 01	461.000,00
Regina Célia - Amaral Gurgel - sala 02	569.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 11	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 12	1.149.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 21	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 22	1.149.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 31	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 32	1.149.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 41	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 42	1.149.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 71	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 91	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 92	1.739.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 51	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 62	1.149.000,00
Edifício Centro Médico - Santos	459.000,00
Edifício Saint James - S.J. dos Campos	395.000,00
Edifício Centro Empr. Campos Salles - Araçatuba	164.000,00
Edifício Atlantis - Fernandópolis	65.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 61	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 81	1.103.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 82	1.739.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 52	1.149.000,00
Edifício Painei - Capote Valente - Sede - cjto. 72	1.149.000,00
Edifício Painei - Capote Valente, 481 - Loja	1.837.000,00
Edifício Painei – Cap.Valente, 481 - Sede-Cjto.01	1.200.000,00
Total	34.932.000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

2.2.3 PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Está demonstrado ao custo de aquisição ou realização.

2.2.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Os fornecedores e contas a pagar a curto prazo correspondem aos Restos a Pagar processados de 2015 e 2016.

Os Restos a Pagar Processados correspondem a fornecedores a pagar nos meses subsequentes ao do encerramento do exercício, conforme rezam os Princípios Fundamentais de Contabilidade e a Lei nº 4.320, estando os lançamentos apropriados à esta conta pelo regime de competência. Em 2015, o saldo de restos a pagar foi de R\$ 17.915,96, portanto foi demonstrado no balanço deste mesmo ano na conta fornecedores o valor de R\$ 1.595.267,73, regularizado e conciliado em 2016.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:

Descrição	2016	2015
Restos a Pagar - Processados	744.606,80	17.915,96
	-----	-----
Total	744.606,80	17.915,96

2.2.3.2 - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas, referem-se a valores de encargos sobre folha de pagamento e empréstimos consignados a funcionários, todos com recolhimento efetuados dentro do mês de competência, não apresentando saldo a pagar ao final do exercício de 2015 e 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

2.2.3.3 – Obrigações Previdenciárias, Assistenciais e Fiscais a Curto Prazo

As obrigações previdenciárias, assistenciais e fiscais a curto prazo referem-se à retenções efetuadas nos pagamentos de funcionários e fornecedores com recolhimentos no mês subsequente.

Descrição	2016	2015
Encargos IN SRF 480/04	0,00	29.855,94
INSS - Empresa	1.492,00	10.423,34
I.N.S.S.	124.695,29	105.540,94
IRRF	508,03	218.033,47
I.S.S	4,60	5.011,94
Pessoa Jurídica	0,00	166.481,39
Conselho Federal de Farmácia	0,00	55.493,77
Contribuição sindical	0,00	112,77
	-----	-----
Total	126.699,92	590.953,56

6. Orçamento de 2016

O orçamento do CRF-SP para o ano de 2016, elaborado segundo os conceitos técnicos formais estabelecidos na Lei nº 4.320/64 orçou as receitas e fixou a despesas nos montantes iguais a R\$ 72.681.600,00 (Setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil e seiscentos reais), incluindo-se neste montante a reformulação efetuada durante o exercício correspondente.

O Orçamento de 2016 foi aprovado conforme deliberação Plenária n. 14/2015 de 19/10/2015 e a reformulação pela decisão da Reunião Plenária de 22/08/2016 (trecho 5.13).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Observadas as categorias econômicas e segundo suas fontes as receitas foram orçadas nos montantes abaixo para os 2 (dois) últimos anos.

Descrição	2016	2015
Receita Corrente	58.661.000,00	55.394.000,00
Receita de Contribuição	32.727.000,00	30.830.000,00
Receita Patrimonial	2.209.000,00	1.507.000,00
Receita de Serviços	20.522.000,00	20.125.000,00
Receitas Financeiras	46.000,00	17.000,00
Outras Receitas Correntes	3.157.000,00	2.915.000,00
Receita de Capital	780.000,00	766.000,00
Alienação de Bens	318.000,00	329.000,00
Outras Receitas de Capital	462.000,00	437.000,00
	-----	-----
Total das Receitas	59.441.000,00	56.160.000,00
Reformulação Orçamentária	<u>13.240.600,00</u>	<u>10.000.000,00</u>
TOTAL	72.681.600,00	66.160.000,00

Observadas as categorias econômicas as despesas foram fixadas nos montantes abaixo para os 2 (dois) últimos anos.

Descrição	2016	2015
Despesa Corrente	66.820.000,00	62.840.000,00
Despesa de Custeio	66.570.000,00	62.590.000,00
Transferências Correntes	250.000,00	250.000,00
Despesa de Capital	5.861.600,00	3.320.000,00
	-----	-----
Total das Despesas	72.681.600,00	66.160.000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Durante o exercício financeiro de 2016, foi realizada 1 (uma) reformulação orçamentária, no valor de R\$ 13.240.600,00 (Treze milhões, duzentos e quarenta mil e seiscentos reais) considerando-se o superávit financeiro existente até o ano de 2015.

O orçamento inicial no valor de R\$ 59.441.000,00 (Cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil reais) resultou no orçamento reformulado de R\$ 72.681.600,00 (Setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

Os valores desta reformulação foram alocados na Categoria Econômica das Despesas Correntes e de Capital para manutenção do Orçamento Programa/2016.

Os valores oferecidos para reformulação orçamentária em 2016, consistem no superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme dispõe o art. 43 § 1º - inciso I, da Lei 4.320/64.

A consideração da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores, justifica-se pela existência de saldos Financeiro/Orçamentário para honrarmos os compromissos assumidos.

Execução orçamentária dos exercícios

Conforme disposto no art. 102 da Lei nº 4.320/64, a qual estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, o balanço orçamentário tem por objetivo demonstrar o comportamento da receita e despesa, face, à sua previsão e fixação, em confronto com a execução, gerando o **Resultado Orçamentário do Exercício.**

A seguir, encontra-se o resumo dos 2 últimos anos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Balanço Orçamentário

Descrição	2016	2015
Receitas Correntes	63.036.676,97	61.527.052,84
Receitas de Contribuições	36.869.332,61	33.942.367,27
Receita Patrimonial	3.125.899,06	2.613.698,23
Receitas de Serviços	20.707.200,53	21.743.532,08
Receitas Financeiras	140.661,20	56.198,23
Outras Receitas Correntes	2.185.644,82	3.171.257,03
Receitas de Capital	206.504,27	205.468,00
Alienação de Bens	206.504,27	205.468,00
Outras Receitas	0,00	0,00
	-----	-----
Subtotal	63.243.181,24	61.732.520,84
Déficit do período	3.034.866,02	-
	-----	-----
Total das Receitas	66.278.047,26	61.732.520,84
	-----	-----
Descrição	2016	2015
Despesas Correntes	62.639.599,07	57.773.601,09
Despesas de Custeio	62.486.816,57	57.649.286,09
Transferências Correntes	152.782,50	124.315,00
Despesas de Capital	3.638.448,19	325.411,54
Investimentos	3.638.448,19	325.411,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00
	-----	-----
Subtotal	66.278.047,26	58.099.012,63
Superávit do período	-	3.633.508,21
Total das Despesas	66.278.047,26	61.732.520,84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Encerradas em 2016 e 2015

Valores expressos em R\$

% de realização das Receitas	106,4	109,9
% de realização das Despesas	91,2	93,3

A execução orçamentária dos anos de 2015 a 2016 acima sintetizadas demonstram a observância do cumprimento dos orçamentos elaborados atingindo as previsões de recebimentos e cumprimentos dos objetivos estabelecidos no orçamento aprovado. Esta comparação é efetuada em face dos valores com as devidas reformulações orçamentárias e não o seu valor original.

As receitas arrecadadas alcançaram em 2016 a cifra de R\$ 63.243.181,24 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 1.510.660,40 ou 2,45% em relação à 2015, principalmente decorrente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.926.965,34 ou 8,6 % no período 2016/2015.

As despesas empenhadas pela entidade em 2016 alcançaram a cifra de R\$ **66.278.047,26**, com crescimento de 14,1 % em relação a 2015, principalmente representada pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.837.530,48 – 8,4% no período 2016/2015.

Justificativa de Déficit Orçamentário do Exercício de 2016.

Conforme o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2016 é apresentado um Déficit apurado no sistema Orçamentário no montante de R\$ 3.034.866,02 (três milhões, trinta e quatro mil e oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

Este Déficit reflete somente no Patrimônio do CRF-SP, sendo absorvido com a utilização de saldo financeiro acumulado em exercício anterior, para manutenção do Orçamento de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Segue demonstrativo sintetizado do resultado orçamentário:

Descrição	2016	2015
(+) Receitas correntes	63.036.676,97	61.527.052,84
(-) Despesas Correntes	<u>62.639.599,07</u>	<u>57.773.601,09</u>
(=) Superávit Corrente	397.077,90	3.753.451,75
(+) Receitas de Capital	206.504,27	205.468,00
(-) Despesas de Capital	<u>3.638.448,19</u>	<u>325.411,54</u>
(-) Déficit de Capital	(3.431.943,92)	(119.943,54)
(=) Déficit/Superavit	(3.034.866,02)	3.633.508,21

Conforme demonstração acima, verifica-se nas operações correntes um resultado positivo, evidenciando uma gestão orçamentária equilibrada entre as receitas arrecadadas e despesas de custeios empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2016.

Por sua vez, o déficit encontra-se evidenciado nas operações de capital, ou seja, decorrente do resultado líquido nas ações de alienações e investimentos realizados.

Em 2016 as receitas de capital tiveram como fato gerador a venda de veículos que compunham a frota da entidade. Porém, as despesas de capital, compreendem as aquisições de imóveis, dos quais se destacam a loja e o conjunto 01 ambos no edifício sede, novos mobiliários, equipamentos de telecomunicações, informática e outros, todos incorporados ao patrimônio da entidade, com o objetivo de propiciar melhorias nas atividades e excelência no atendimento à população e aos profissionais e entidades farmacêuticas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Demonstrativo dos principais investimentos de capital em 2016:

Descrição	Valor em R\$
Aquisição Loja Edifício Sede	1.600.000,00
Aquisição Cj 01 Edifício Sede	1.200.000,00
Instalações	270.444,14
Biblioteca	5.229,89
Mobiliário em geral	116.035,55
Utensílios de copa e cozinha	7.859,34
Equipamentos de Informática/Proc.dados	251.780,38
Equipamento áudio, foto e vídeo	3.955,19
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	1.267,20
Equipamentos de Proteção	12.649,00
Aparelhos de Intercomunicação	136.560,00
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	<u>32.667,50</u>
Total	3.638.448,19
(-) Alienações de Bens	
<i>Venda de Veículos</i>	<u>(206.504,27)</u>
(=) Operações de Capital (Líquido)	3.431.943,92

7. Balanço Financeiro

Abaixo encontra-se o resumo do resultado financeiro para os 2 últimos anos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Descrição	2016	2015
Receita Orçamentária (Corrente e de Capital)	63.243.181,24	61.732.520,84
Receita Extra-Orçamentária:		
Inscrição de Restos a Pagar Não Proc. (inscritos em 2016)	1.819.415,12	1.768.189,68
Inscrição de Restos a Pagar Proc. (inscritos em 2016)	744.606,80	17.915,96
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	<u>21.703.414,77</u>	<u>129.856.227,96</u>
Subtotal	24.267.436,69	131.642.333,60
Total das Receitas	<u>87.510.617,93</u>	<u>193.374.854,44</u>
Despesas Orçamentárias (empenhadas: Correntes e de Capital)	66.278.047,26	56.772.401,96
Despesas Extra-Orçamentárias:		
Pagamentos de Restos a Pagar Não Proc. (inscritos 2015)	1.765.037,07	441.579,01
Pagamentos de Restos a Pagar Proc. (inscritos 2015)	17.915,96	0,00
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	<u>20.796.759,15</u>	<u>132.314.008,62</u>
Subtotal	22.579.712,18	132.755.587,63
Total das Despesas	<u>88.857.759,44</u>	<u>189.527.989,59</u>
Resultado Financeiro	(1.347.141,51)	3.846.864,85
Conciliação		
Saldo em espécie do Exercício Anterior - Caixa e Equivalente de Caixa	17.867.421,75	14.020.556,90
Saldo em espécie p/o Exercício Seguinte-Caixa e Equivalente de Caixa	<u>16.520.280,24</u>	<u>17.867.421,75</u>
Resultado Financeiro	(1.347.141,51)	3.846.864,85

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

A entidade vem administrando seus recursos de forma a proporcionar a sua melhor e adequada aplicação dos mesmos. Em 2016 a entidade apresentou uma redução de seu saldo financeiro de R\$ 1.347.141,51, impactado principalmente pelos investimentos de capital já detalhados no item 6, no entanto fechando o ano de 2016 com estabilidade financeira.

8. Variações Patrimoniais

Abaixo encontra-se o resumo do resultado das variações patrimoniais relativo ao exercício de 2016.

Descrição	2016
Receita Orçamentária	63.243.181,24
Mutações Patrimoniais Ativas Indep. da Exec. Orçamentária:	
Receitas de 2016 a arrecadar	55.934.657,36
Reavaliação de Imobilizado –Bens Móveis:	1.116.418,31
Reavaliação de Imobilizado –Bens Imóveis:	6.771.202,77
Outras receitas patrimoniais e de ajustes patrimoniais/almoxarifado.	318.875,43

Total Variações Patrimoniais Ativas	127.384.335,11
Despesas Orçamentárias correntes (liquidadas)	61.052.783,69
Desp. Restos a Pagar Não Proc.2015 liquidadas em 2016.	1.765.037,07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

Mutações Patrimoniais Passivas indep. da Exec. Orçamentária:

Reavaliação de Imobilizado –Bens Móveis:	27.059,05
Reavaliação de Imobilizado –Bens Imóveis:	2.411.503,57
Perdas involuntárias c/Imobilizado–Bens Móveis	460.283,95
Estorno Despesa de Tarifas a receber-CFF	(309.483,00)
Outras (almoxarifado e outros).	(39.959,86)

Total Variações Patrimoniais Passivas	65.367.224,47

Superávit patrimonial	62.017.110,64

Acima demonstramos os impactos no Ativo Real Líquido da entidade, onde além das receitas e despesas orçamentárias o grande destaque das variações patrimoniais se refere à adequação quanto ao reconhecimento das receitas pelo regime de competência, ou seja, independentemente de sua efetiva arrecadação.

Outro fator relevante está na reavaliação de bens do ativo imobilizado - bens móveis no montante líquido de R\$ 1.089.359,26 e de bens imóveis no montante líquido de R\$ 4.359.699,20.

8.1. Patrimônio Líquido

O Patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente e eventuais ajustes de exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

8.2 Evolução do Saldo Patrimonial

O resultado do exercício de 2016, apurado pela Demonstração das Variações Patrimoniais, foi de R\$ 62.017.110,64 (sessenta e dois milhões, dezessete mil, cento e dez reais e sessenta e quatro centavos), atingindo-se após este e, após os ajustes elencados nos itens anteriores acima, o patrimônio líquido acumulado em 31/12/2016 de R\$ 110.738.879,44 (cento e dez milhões, setecentos e trinta e oito mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Evolução do Saldo Patrimonial

Descrição:	2016	2015
Saldo anterior do Patrimônio Líquido Acumul.	49.574.017,60	45.051.963,44
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	852.248,80	19.568,00
Resultado do Exercício	<u>62.017.110,64</u>	<u>4.541.622,16</u>
Saldo final do Patrimônio Líquido Acumulado	110.738.879,44	49.574.017,60

8.3- Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar não processados referem-se aos saldos de despesas empenhadas no exercício, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços não foi concluído até o encerramento do Balanço. A partir de 2013, em cumprimento às normas da STN, mudou-se a forma do registro de Restos a Pagar Não Processados, não sendo contabilizados em contas patrimoniais, pois não se trata de uma obrigação presente, ou seja, até a data do balanço não houve a entrega do produto ou do serviço em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015
Valores expressos em R\$

questão, fato este que caracteriza a liquidação e obrigação do pagamento. Seu registro foi efetuado apenas em contas orçamentárias e o montante evidenciado no Passivo Financeiro, em quadro complementar do Balanço Patrimonial, em atendimento ao disposto na Lei nº 4.320/64.

Passivo Financeiro

Descrição	2016	2015
Total do Passivo	871.306,72	2.186.221,29
(-) Provisões a Curto e Longo Prazo	-	-
Restos a Pagar Não Processados	<u>1.819.415,12</u>	<u>1.765.037,07</u>
Total Passivo Financeiro	2.690.721,84	3.951.258,36

9. Cobertura de Seguros

A entidade possui cobertura de seguros para cobrir seus riscos ao patrimônio e de responsabilidades contra terceiros.

10. Ônus Reais e Garantias

A entidade não possui avais ou fianças evidenciadas no exercício de 2016.

11. Instrumentos Financeiros

Em face à característica da entidade, é vedado o uso de instrumentos financeiros conforme explicitado no decreto lei 93.972/86, restringindo-se as aplicações à



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Encerradas em 2016 e 2015

Valores expressos em R\$

caderneta de poupança e CDB, nos termos da Resolução CFF 531 de 27/04/2010, conforme explicitado no tópico 2.2.1.1.b).

São Paulo, 22 de março de 2017.

Dr. Pedro Eduardo Menegasso

CRF-SP 14.010-2

Presidente

Dr. Marcos Machado Ferreira

CRF-SP 32.635-4

Diretor Tesoureiro

Valmir Reckziegel

Coordenador Contábil/Contador

CRC-SP 1SP182413/O-5

Roniere José de Medeiros

Gerente Financeiro

CRC-SP 1SP187154/O-4

Apêndice 2

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Orçamento Anual

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	56.160.000,00	59.441.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	66.160.000,00	59.441.000,00
6.2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES	55.394.000,00	58.661.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.394.000,00	58.661.000,00
6.2.1.1.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	30.830.000,00	32.727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.830.000,00	32.727.000,00
6.2.1.1.1.01.01 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.830.000,00	32.727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.830.000,00	32.727.000,00
6.2.1.1.1.01.01.01 - ANUIDADES	30.830.000,00	32.727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.830.000,00	32.727.000,00
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	1.507.000,00	2.209.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.507.000,00	2.209.000,00
6.2.1.1.1.04.01 - RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
6.2.1.1.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.507.000,00	2.203.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.507.000,00	2.203.000,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITAS DE SERVIÇOS	20.125.000,00	20.522.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.125.000,00	20.522.000,00
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.221.000,00	2.234.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.221.000,00	2.234.000,00

6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	660.000,00	620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.000,00	620.000,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.903.000,00	5.790.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.903.000,00	5.790.000,00
6.2.1.1.1.05.06 - RECEITAS DIVERSAS	11.341.000,00	11.878.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.341.000,00	11.878.000,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	17.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	46.000,00
6.2.1.1.1.06.03 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	21.000,00
6.2.1.1.1.06.07 - MULTAS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	25.000,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.915.000,00	3.157.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.915.000,00	3.157.000,00
6.2.1.1.1.08.01 - MULTAS DE INFRAÇÕES	1.606.000,00	2.214.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606.000,00	2.214.000,00
6.2.1.1.1.08.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	29.000,00
6.2.1.1.1.08.03 - DÍVIDA ATIVA	1.279.000,00	914.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.279.000,00	914.000,00
6.2.1.1.1.08.03.01 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	1.258.000,00	837.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.258.000,00	837.000,00
6.2.1.1.1.08.03.02 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	21.000,00	77.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	77.000,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	766.000,00	780.000,00	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	10.766.000,00	780.000,00
6.2.1.1.2.02 - ALIENACAO DE BENS	329.000,00	318.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.000,00	318.000,00
6.2.1.1.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS	329.000,00	318.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.000,00	318.000,00

MÓVEIS								
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	437.000,00	462.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.000,00	462.000,00
6.2.1.1.2.05.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	437.000,00	462.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.000,00	462.000,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	56.160.000,00	59.441.000,00	13.728.000,00	18.494.783,83	3.728.000,00	5.254.183,83	66.160.000,00	72.681.600,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	56.160.000,00	59.441.000,00	13.728.000,00	18.494.783,83	3.728.000,00	5.254.183,83	66.160.000,00	72.681.600,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	53.160.000,00	56.191.000,00	13.353.000,00	15.551.183,83	3.673.000,00	4.922.183,83	62.840.000,00	66.820.000,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.904.000,00	21.857.200,00	5.035.000,00	3.084.943,94	578.000,00	635.000,00	22.361.000,00	24.307.143,94
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	13.020.000,00	15.543.200,00	3.195.000,00	2.481.460,48	243.000,00	365.000,00	15.972.000,00	17.659.660,48
6.2.2.1.1.01.01.02 - DESPESAS COM PESSOAL VARIÁVEL	1.054.000,00	1.354.000,00	710.000,00	60.000,00	335.000,00	270.000,00	1.429.000,00	1.144.000,00
6.2.2.1.1.01.01.03 - ENCARGOS PATRONAIS	3.830.000,00	4.960.000,00	1.130.000,00	543.483,46	0,00	0,00	4.960.000,00	5.503.483,46
6.2.2.1.1.01.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.001.000,00	19.115.800,00	4.829.000,00	9.196.239,89	916.000,00	2.026.582,29	23.914.000,00	26.285.457,60
6.2.2.1.1.01.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.218.000,00	4.065.000,00	558.000,00	1.296.800,00	0,00	103.000,00	4.776.000,00	5.258.800,00
6.2.2.1.1.01.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - RGPS - CFF	410.000,00	395.000,00	98.000,00	182.000,00	113.000,00	209.600,00	395.000,00	367.400,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00	70.000,00	1.000,00	1.180.248,69	0,00	130.000,00	51.000,00	1.120.248,69
6.2.2.1.1.01.01.04.04 - USO DE BENS E SERVIÇOS	15.323.000,00	14.585.800,00	4.172.000,00	6.537.191,20	803.000,00	1.583.982,29	18.692.000,00	19.539.008,91

6.2.2.1.1.01.04.04.001 - CONSUMO DE MATERIAL	1.343.000,00	1.385.000,00	354.000,00	504.400,00	8.000,00	228.200,00	1.689.000,00	1.661.200,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002 - DIARIAS	2.023.000,00	1.273.000,00	230.000,00	620.000,00	281.000,00	0,00	1.972.000,00	1.893.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003 - SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	900.000,00	1.085.000,00	195.000,00	144.508,91	0,00	142.663,29	1.095.000,00	1.086.845,62
6.2.2.1.1.01.04.04.004 - VERBAS DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	200.000,00	230.000,00	31.000,00	50.000,00	0,00	15.000,00	231.000,00	265.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.005 - SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	10.857.000,00	10.612.800,00	3.362.000,00	5.218.282,29	514.000,00	1.198.119,00	13.705.000,00	14.632.963,29
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.000.000,00	14.113.000,00	3.339.000,00	2.500.000,00	2.179.000,00	2.030.601,54	15.160.000,00	14.582.398,46
6.2.2.1.1.01.05.02 - CONTRIBUIÇÕES	14.000.000,00	14.113.000,00	3.339.000,00	2.500.000,00	2.179.000,00	2.030.601,54	15.160.000,00	14.582.398,46
6.2.2.1.1.01.06 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.005.000,00	855.000,00	150.000,00	770.000,00	0,00	230.000,00	1.155.000,00	1.395.000,00
6.2.2.1.1.01.06.01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	150.000,00
6.2.2.1.1.01.06.02 - SENTENÇAS JUDICIAIS	905.000,00	705.000,00	150.000,00	770.000,00	0,00	230.000,00	1.055.000,00	1.245.000,00
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
6.2.2.1.1.01.08.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
6.2.2.1.1.01.08.01.03 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	3.000.000,00	3.250.000,00	375.000,00	2.943.600,00	55.000,00	332.000,00	3.320.000,00	5.861.600,00
6.2.2.1.1.02.01 -	3.000.000,00	3.250.000,00	375.000,00	2.943.600,00	55.000,00	332.000,00	3.320.000,00	5.861.600,00

INVESTIMENTOS								
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	50.000,00	190.000,00	175.000,00	270.000,00	50.000,00	106.000,00	175.000,00	354.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - BENS MOVEIS	450.000,00	560.000,00	200.000,00	673.600,00	5.000,00	226.000,00	645.000,00	1.007.600,00
6.2.2.1.1.02.01.04 - BENS IMÓVEIS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	4.500.000,00

Apêndice 3

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Receitas

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Repasses	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	59.441.000,00	63.243.181,24	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA 14.255.013,48 Total: 14.255.013,48	-3.802.181,24
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITAS CORRENTES	58.661.000,00	63.036.676,97	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA 14.255.013,48 Total: 14.255.013,48	-4.375.676,97
6.2.1.2.1.01 - 6.2.1.2.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	32.727.000,00	36.869.332,61	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA 9.291.956,43 Total: 9.291.956,43	-4.142.332,61
6.2.1.2.1.01.01 - 6.2.1.2.1.01.01 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.727.000,00	36.869.332,61	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA 9.291.956,43 Total: 9.291.956,43	-4.142.332,61
6.2.1.2.1.01.01.01 - 6.2.1.2.1.01.01.01 - ANUIDADES	32.727.000,00	36.869.332,61	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA 9.291.956,43 Total: 9.291.956,43	-4.142.332,61
6.2.1.2.1.01.01.01.001 - 6.2.1.2.1.01.01.01.001 - Anuidades Pessoas Físicas	20.955.000,00	22.355.708,68	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA 5.640.966,50	-1.400.708,68

			Total:	5.640.966,50	
6.2.1.2.1.01.01.01.002 - 6.2.1.2.1.01.01.01.002 - Anuidades Pessoas Jurídicas	11.772.000,00	14.513.623,93	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	3.650.989,93	-2.741.623,93
			Total:	3.650.989,93	
6.2.1.2.1.04 - 6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	2.209.000,00	3.133.837,81	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-924.837,81
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.01 - 6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	6.000,00	1.989,36	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	4.010,64
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.01.01 - 6.2.1.2.1.04.01.01 - Aluguéis	6.000,00	1.989,36	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	4.010,64
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02 - 6.2.1.2.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.203.000,00	3.131.848,45	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-928.848,45
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.01 - 6.2.1.2.1.04.02.01 - Correção Monetária Caderneta de Poupança	32.000,00	36.530,39	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-4.530,39
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.02 - 6.2.1.2.1.04.02.02 - Juros Caderneta de Poupança	130.000,00	106.016,86	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	23.983,14
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.04 - 6.2.1.2.1.04.02.04 - Juros Aplicações em CDB e RDB	1.798.000,00	2.327.265,50	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-529.265,50
			Total:	0,00	

			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.04.02.06 - 6.2.1.2.1.04.02.06 - Outros Rendimentos	243.000,00	662.035,70	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-419.035,70
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITAS DE SERVIÇOS	20.522.000,00	20.707.200,53	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	4.381.470,19	-185.200,53
			Total:	4.381.470,19	
6.2.1.2.1.05.01 - 6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.234.000,00	2.359.560,22	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	590.695,46	-125.560,22
			Total:	590.695,46	
6.2.1.2.1.05.01.01 - 6.2.1.2.1.05.01.01 - Pessoa Física	878.000,00	956.101,34	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	239.271,95	-78.101,34
			Total:	239.271,95	
6.2.1.2.1.05.01.02 - 6.2.1.2.1.05.01.02 - Pessoa Jurídica	1.356.000,00	1.403.458,88	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	351.423,51	-47.458,88
			Total:	351.423,51	
6.2.1.2.1.05.02 - 6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	620.000,00	696.232,69	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	174.079,31	-76.232,69
			Total:	174.079,31	
6.2.1.2.1.05.02.01 - 6.2.1.2.1.05.02.01 - Pessoa Física	620.000,00	696.232,69	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	174.079,31	-76.232,69
			Total:	174.079,31	
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.790.000,00	5.897.933,44	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.474.826,98	-107.933,44

			Total:	1.474.826,98	
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	100.000,00	134.313,75	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	33.585,16	-34.313,75
			Total:	33.585,16	
6.2.1.2.1.05.03.02 - 6.2.1.2.1.05.03.02 - Pessoa Jurídica	5.690.000,00	5.763.619,69	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.441.241,82	-73.619,69
			Total:	1.441.241,82	
6.2.1.2.1.05.06 - 6.2.1.2.1.05.06 - RECEITAS DIVERSAS	11.878.000,00	11.753.474,18	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2.141.868,44	124.525,82
			Total:	2.141.868,44	
6.2.1.2.1.05.06.01 - 6.2.1.2.1.05.06.01 - Inscrições em Congressos, Convenções, Eventos Similares, Seleções, Etc.	24.000,00	864,02	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	23.135,98
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.05.06.02 - 6.2.1.2.1.05.06.02 - Stands em Congressos, Convenções, Eventos Similares,	0,00	5.301,50	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-5.301,50
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.05.06.04 - 6.2.1.2.1.05.06.04 - Anúncio Publicitário e Patrocínio	91.000,00	20.530,15	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	70.469,85
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.05.06.07 - 6.2.1.2.1.05.06.07 - Receita de Ônus de Sucumbência	25.000,00	0,00		0,00	25.000,00
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.05.06.09 - 6.2.1.2.1.05.06.09 - Convênios	0,00	223.297,80	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00	-223.297,80
			Total:	0,00	

6.2.1.2.1.05.06.10 - 6.2.1.2.1.05.06.10 - Parcelamentos Administrativos	3.712.000,00	3.036.253,79	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	753.386,83 753.386,83	675.746,21
6.2.1.2.1.05.06.11 - 6.2.1.2.1.05.06.11 - Cobrança Judicial - Parcelamentos	7.760.000,00	8.072.689,58	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	1.359.199,13 1.359.199,13	-312.689,58
6.2.1.2.1.05.06.99 - 6.2.1.2.1.05.06.99 - Outras Receitas Diversas	266.000,00	394.537,34	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	29.282,48 29.282,48	-128.537,34
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	46.000,00	140.661,20	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	35.115,03 35.115,03	-94.661,20
6.2.1.2.1.06.03 - 6.2.1.2.1.06.03 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	21.000,00	43.319,83	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	10.834,93 10.834,93	-22.319,83
6.2.1.2.1.06.03.01 - 6.2.1.2.1.06.03.01 - Pessoa Física	6.000,00	7.140,01	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	1.787,54 1.787,54	-1.140,01
6.2.1.2.1.06.03.02 - 6.2.1.2.1.06.03.02 - Pessoa Jurídica	15.000,00	36.179,82	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	9.047,39 9.047,39	-21.179,82
6.2.1.2.1.06.04 - 6.2.1.2.1.06.04 - JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	1.705,00	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	426,26 426,26	-1.705,00
6.2.1.2.1.06.04.01 - 6.2.1.2.1.06.04.01 -	0,00	10,00			-10,00

Pessoa Física			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2,50	
			Total:	2,50	
6.2.1.2.1.06.04.02 - 6.2.1.2.1.06.04.02 - Pessoa Jurídica	0,00	1.695,00	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	423,76	-1.695,00
			Total:	423,76	
6.2.1.2.1.06.07 - 6.2.1.2.1.06.07 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	25.000,00	95.636,37	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	23.853,84	-70.636,37
			Total:	23.853,84	
6.2.1.2.1.06.07.01 - 6.2.1.2.1.06.07.01 - Pessoa Física	17.000,00	30.647,37	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	7.656,69	-13.647,37
			Total:	7.656,69	
6.2.1.2.1.06.07.02 - 6.2.1.2.1.06.07.02 - Pessoa Jurídica	8.000,00	64.989,00	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	16.197,15	-56.989,00
			Total:	16.197,15	
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.157.000,00	2.185.644,82	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	546.471,83	971.355,18
			Total:	546.471,83	
6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - MULTAS DE INFRAÇÕES	2.214.000,00	2.013.346,94	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	503.757,00	200.653,06
			Total:	503.757,00	
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - Multa por infração legal	1.661.000,00	1.748.083,81	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	437.021,32	-87.083,81
			Total:	437.021,32	
6.2.1.2.1.08.01.02 - 6.2.1.2.1.08.01.02 -	418.000,00	40.590,73			377.409,27

Multas de Processos Éticos			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	10.198,04	
			Total:	10.198,04	
6.2.1.2.1.08.01.03 - 6.2.1.2.1.08.01.03 - Multas Eleitorais	17.000,00	224.238,58	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	56.111,38	-207.238,58
			Total:	56.111,38	
6.2.1.2.1.08.01.04 - 6.2.1.2.1.08.01.04 - Multas Sobre Anuidades	118.000,00	0,00		0,00	118.000,00
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.08.01.05 - 6.2.1.2.1.08.01.05 - Juros de Mora	0,00	433,82	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	426,26	-433,82
			Total:	426,26	
6.2.1.2.1.08.02 - 6.2.1.2.1.08.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.000,00	0,00		0,00	29.000,00
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.08.02.01 - 6.2.1.2.1.08.02.01 - Indenizações	29.000,00	0,00		0,00	29.000,00
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.08.03 - 6.2.1.2.1.08.03 - DÍVIDA ATIVA	914.000,00	172.297,88	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	42.714,83	741.702,12
			Total:	42.714,83	
6.2.1.2.1.08.03.01 - 6.2.1.2.1.08.03.01 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	837.000,00	161.758,86	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	40.440,80	675.241,14
			Total:	40.440,80	
6.2.1.2.1.08.03.01.001 - 6.2.1.2.1.08.03.01.001 - Anuidades(dívida ativa adminsitrativa)	471.000,00	117.593,89	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	29.399,16	353.406,11

			Total:	29.399,16	
6.2.1.2.1.08.03.01.002 - 6.2.1.2.1.08.03.01.002 - Multa por infração legal(dívida ativa admsitrativa)	265.000,00	22.502,68	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	5.625,68	242.497,32
			Total:	5.625,68	
6.2.1.2.1.08.03.01.003 - 6.2.1.2.1.08.03.01.003 - Multas de Processos Éticos	57.000,00	0,00		0,00	57.000,00
			Total:	0,00	
6.2.1.2.1.08.03.01.004 - 6.2.1.2.1.08.03.01.004 - Multas Eleitorais	21.000,00	7.354,31	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.838,62	13.645,69
			Total:	1.838,62	
6.2.1.2.1.08.03.01.005 - 6.2.1.2.1.08.03.01.005 - Multas sobre Anuidades	17.000,00	5.987,81	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.497,05	11.012,19
			Total:	1.497,05	
6.2.1.2.1.08.03.01.006 - 6.2.1.2.1.08.03.01.006 - Juros de Mora	6.000,00	8.320,17	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2.080,29	-2.320,17
			Total:	2.080,29	
6.2.1.2.1.08.03.02 - 6.2.1.2.1.08.03.02 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	77.000,00	10.539,02	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2.274,03	66.460,98
			Total:	2.274,03	
6.2.1.2.1.08.03.02.001 - 6.2.1.2.1.08.03.02.001 - Anuidades(dívida ativa executiva)	40.000,00	9.703,78	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2.100,05	30.296,22
			Total:	2.100,05	
6.2.1.2.1.08.03.02.002 - 6.2.1.2.1.08.03.02.002 - Multa por infração legal(dív.ativa executiva)	32.000,00	835,24	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	173,98	31.164,76
			Total:	173,98	

6.2.1.2.1.08.03.02.003 - 6.2.1.2.1.08.03.02.003 - Multas de Processos Éticos	4.000,00	0,00	Total:	0,00	4.000,00
6.2.1.2.1.08.03.02.004 - 6.2.1.2.1.08.03.02.004 - Multas Eleitorais	1.000,00	0,00	Total:	0,00	1.000,00
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	780.000,00	206.504,27	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	0,00 0,00	573.495,73
6.2.1.2.2.02 - 6.2.1.2.2.02 - ALIENACAO DE BENS	318.000,00	206.504,27	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	0,00 0,00	111.495,73
6.2.1.2.2.02.01 - 6.2.1.2.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	318.000,00	206.504,27	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	0,00 0,00	111.495,73
6.2.1.2.2.02.01.05 - 6.2.1.2.2.02.01.05 - Veículos	318.000,00	206.504,27	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA Total:	0,00 0,00	111.495,73
6.2.1.2.2.05 - 6.2.1.2.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	462.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	462.000,00
6.2.1.2.2.05.01 - 6.2.1.2.2.05.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	462.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	462.000,00
6.2.1.2.2.05.01.01 - 6.2.1.2.2.05.01.01 - Indenizações	462.000,00	0,00	Total:	0,00 0,00	462.000,00

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Despesas

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Vencimentos e Salários	12.596.074,42	13.718.256,80	12.596.074,42	13.718.256,80	0,00	0,00	12.596.074,42	13.718.256,80
Demais elementos do grupo	3.346.201,81	3.880.154,86	3.346.201,81	3.880.154,86	0,00	0,00	3.346.201,81	3.880.154,86
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Auxílio Alimentação e Refeição	2.481.473,55	2.749.497,08	2.424.236,39	2.691.272,28	57.237,16	58.224,80	2.424.236,39	2.683.266,98
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde, Serviços Hospitalares e Farmacêuticos	1.283.495,38	2.024.634,92	1.283.495,38	1.974.550,36	0,00	50.084,56	1.283.495,38	1.934.286,60
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - Indenizações Trabalhistas	50.866,68	1.118.248,69	35.866,68	1.118.248,69	15.000,00	0,00	35.866,68	1.118.248,69
6.2.2.1.1.01.04.04.001.009 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	427.565,96	413.045,87	427.565,96	403.224,10	0,00	9.821,77	427.565,96	403.224,10
6.2.2.1.1.01.04.04.001.012 - Carteirinhas de Profissional Farmacêutico	475.016,50	394.057,50	475.016,50	394.057,50	0,00	0,00	475.016,50	342.501,90
6.2.2.1.1.01.04.04.002.001 - Diárias de	1.010.483,36	739.000,88	1.010.483,36	739.000,88	0,00	0,00	1.010.483,36	733.372,66

Diretoria								
6.2.2.1.1.01.04.04.002.002 - Diárias do Plenário	392.425,24	502.428,72	392.425,24	502.428,72	0,00	0,00	392.425,24	502.428,72
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001 - Remuneração a Estagiários	366.492,94	419.508,91	366.492,94	419.508,91	0,00	0,00	366.492,94	376.662,30
6.2.2.1.1.01.04.04.003.005 - Locação de Bens Móveis e Imóveis	373.452,55	387.873,37	367.096,02	387.873,37	6.356,53	0,00	367.096,02	380.881,37
6.2.2.1.1.01.04.04.005.002 - Locação de Bens Móveis, Imóveis ou Intangíveis	447.261,49	522.620,50	432.000,94	497.685,37	15.260,55	24.935,13	432.000,94	496.303,66
6.2.2.1.1.01.04.04.005.005 - Serviços de Comunicação em Geral	433.746,68	361.870,38	422.419,46	355.260,38	11.327,22	6.610,00	422.419,46	355.260,38
6.2.2.1.1.01.04.04.005.006 - Passagens Aéreas, Terrestres, Fluviais ou Marítimas e Despesas com Locomoção	510.237,84	647.484,78	510.237,84	555.606,37	0,00	91.878,41	510.237,84	522.786,05
6.2.2.1.1.01.04.04.005.014 - Serviços Bancários	319.307,66	577.490,03	319.307,66	577.490,03	0,00	0,00	319.307,66	577.490,03
6.2.2.1.1.01.04.04.005.015 - Eventos, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	1.504.097,38	2.155.339,44	1.324.972,89	1.682.119,13	179.124,49	473.220,31	1.324.972,89	1.660.325,13
6.2.2.1.1.01.04.04.005.018 - Impostos, Taxas, Multas e Pedágios	777.547,34	941.965,19	775.686,03	912.966,53	1.861,31	28.998,66	775.686,03	911.959,73
6.2.2.1.1.01.04.04.005.020 - Serviços Postais	1.171.933,53	1.200.437,26	1.137.093,48	939.390,98	34.840,05	261.046,28	1.137.093,48	939.390,98
6.2.2.1.1.01.04.04.005.026 - Prestação de Serviços de Limpeza	904.668,44	1.157.598,33	804.825,71	1.056.388,95	99.842,73	101.209,38	804.825,71	1.056.388,95
6.2.2.1.1.01.04.04.005.030 - Precatório	113.076,68	598.354,23	96.598,03	598.354,23	16.478,65	0,00	96.598,03	598.354,23
6.2.2.1.1.01.04.04.005.033 - Locação de Veículos	614.277,07	1.022.998,91	611.156,14	934.737,09	3.120,93	88.261,82	611.156,14	934.737,09
Demais elementos do grupo	6.791.711,98	4.820.430,70	6.048.370,66	4.459.650,32	743.341,32	360.780,38	6.043.594,66	4.418.902,74
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	

	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
4. Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.04.002 - Edifícios	0,00	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
Demais elementos do grupo	325.411,54	838.448,19	185.637,33	605.848,45	139.774,21	232.599,74	172.497,37	597.731,07
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Apêndice 5

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2016			2015			2016			2015		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	1	2.160,00	0,00	5	158.126,55	0,27	1	2.160,00	0,00	5	157.646,55	0,28
b) Tomada de Preços	1	306.477,60	0,46	3	446.518,80	0,77	1	306.477,60	0,48	3	408.209,10	0,72
c) Concorrência	2	1.375.000,00	2,07	2	1.100.000,00	1,89	2	1.022.800,40	1,61	2	678.051,43	1,20
d) Pregão	576	11.440.855,03	17,26	384	9.830.438,42	16,92	576	10.165.666,88	15,96	384	9.064.175,67	16,10
e) Concurso	1	5.000,00	0,01	0	0,00	0	1	5.000,00	0,01	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	581	13.129.492,63	19,8	394	11.535.083,77	19,9	581	11.502.104,88	18,1	394	10.308.082,75	18,3
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	292	5.448.382,22	8,22	329	1.489.537,97	2,56	292	5.216.613,42	8,19	329	1.440.186,98	2,56
j) Inexigibilidade	880	2.789.662,96	4,21	854	18.801.699,10	32,36	880	2.714.408,28	4,26	854	18.746.728,35	33,29
	1.172	8.238.045,18	12,4	1.183	20.291.237,07	34,9	1.172	7.931.021,70	12,5	1.183	20.186.915,33	35,9
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	131	226.660,43	0,34	236	475.830,59	0,82	131	226.660,43	0,36	236	475.830,59	0,84
	131	226.660,43	0,3	236	475.830,59	0,8	131	226.660,43	0,4	236	475.830,59	0,8
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	172	20.101.798,93	30,33	177	22.914.954,46	39,44	172	19.885.379,54	31,21	177	22.470.359,93	39,90
m) Diárias	3189	2.276.207,35	3,43	3334	2.535.020,76	4,36	3189	2.266.069,80	3,56	3334	2.534.990,76	4,50
	3.361	22.378.006,28	33,8	3.511	25.449.975,22	43,8	3.361	22.151.449,34	34,8	3.511	25.005.350,69	44,4
5. Total												
	5245	43.972.204,52	66,35	5324	57.752.126,65	99,40	5245	41.811.236,35	65,62	5324	55.976.179,36	99,40
6. Total Geral												
	6091	66.278.047,26	100	6172	58.099.012,63	100	6091	63.714.025,34	100	6172	56.312.906,99	100

Apêndice 7

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	63.243.181,24	61.732.520,84	Despesa Orçamentária	66.278.047,26	56.772.401,96
RECEITA REALIZADA	63.243.181,24	61.732.520,84	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.819.415,12	1.768.189,68
RECEITAS CORRENTES	63.036.676,97	61.527.052,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	744.606,80	56.330.822,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	36.869.332,61	33.942.367,27	CRÉDITO EMPENHADO PAGO	63.714.025,34	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.869.332,61	33.942.367,27	DESPESAS CORRENTES	60.316.294,27	
ANUIDADES	36.869.332,61	33.942.367,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.593.638,62	
RECEITA PATRIMONIAL	3.133.837,81	2.613.698,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.946.772,29	
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	1.989,36		TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.255.013,48	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.131.848,45	2.613.698,23	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.368.087,38	
RECEITAS DE SERVIÇOS	20.707.200,53	21.743.532,08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.782,50	
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.359.560,22	2.088.442,92	DESPESA CAPITAL	3.397.731,07	
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	696.232,69	576.627,63	INVESTIMENTOS	3.397.731,07	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.897.933,44	5.512.212,47	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO		56.330.822,95
RECEITAS DIVERSAS	11.753.474,18	13.566.249,06	DESPESAS CORRENTES		56.145.185,62
FINANCEIRAS	140.661,20	56.198,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		21.559.917,26
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	43.319,83	14.698,53	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		19.265.347,31
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	1.705,00	2.017,05	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		14.060.114,49
MULTAS SOBRE ANUIDADES	95.636,37	39.482,65	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO		1.135.491,56

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.185.644,82	3.171.257,03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		124.315,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.013.346,94	2.625.760,28	DESPEZA CAPITAL		185.637,33
DÍVIDA ATIVA	172.297,88	545.496,75	INVESTIMENTOS		185.637,33
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	161.758,86	464.967,47	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		441.579,01
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	10.539,02	80.529,28			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS					
RECEITA DE CAPITAL	206.504,27	205.468,00			
ALIENACAO DE BENS	206.504,27	205.468,00			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	206.504,27	205.468,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	24.267.436,69	131.642.333,60	Pagamentos Extraorçamentários	22.579.712,18	132.755.587,63
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.819.415,12		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.765.037,07	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	744.606,80		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	17.915,96	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	21.703.414,77		Outros Pagamentos Extraorçamentários	20.796.759,15	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	17.867.421,75	14.020.556,90	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	16.520.280,24	17.867.421,75
Caixa e Equivalente de Caixa	17.867.421,75		Caixa e Equivalente de Caixa	16.520.280,24	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	105.378.039,68	207.395.411,34		105.378.039,68	207.395.411,34

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2016

 PEDRO EDUARDO MENEGASSO
 PRESIDENTE
 CRF-SP 14.010-2

 MARCOS MACHADO FERREIRA
 DIRETOR TESOUREIRO
 CRF-SP 32.635-4

 VALMIR RECKZIEGEL
 COORDENADOR CONTÁBIL
 CRC-SP 1SP164650/O-1

Apêndice 8

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	58.661.000,00	58.661.000,00	63.036.676,97	4.375.676,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.727.000,00	32.727.000,00	36.869.332,61	4.142.332,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.727.000,00	32.727.000,00	36.869.332,61	4.142.332,61
ANUIDADES	32.727.000,00	32.727.000,00	36.869.332,61	4.142.332,61
Anuidades Pessoas Físicas	20.955.000,00	20.955.000,00	22.355.708,68	1.400.708,68
Anuidades Pessoas Jurídicas	11.772.000,00	11.772.000,00	14.513.623,93	2.741.623,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.209.000,00	2.209.000,00	3.133.837,81	924.837,81
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	6.000,00	6.000,00	1.989,36	-4.010,64
Aluguéis	6.000,00	6.000,00	1.989,36	-4.010,64
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.203.000,00	2.203.000,00	3.131.848,45	928.848,45
Correção Monetária Caderneta de Poupança	32.000,00	32.000,00	36.530,39	4.530,39
Juros Caderneta de Poupança	130.000,00	130.000,00	106.016,86	-23.983,14
Juros Aplicações em CDB e RDB	1.798.000,00	1.798.000,00	2.327.265,50	529.265,50
Outros Rendimentos	243.000,00	243.000,00	662.035,70	419.035,70
RECEITAS DE SERVIÇOS	20.522.000,00	20.522.000,00	20.707.200,53	185.200,53
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.234.000,00	2.234.000,00	2.359.560,22	125.560,22
Pessoa Física	878.000,00	878.000,00	956.101,34	78.101,34
Pessoa Jurídica	1.356.000,00	1.356.000,00	1.403.458,88	47.458,88
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	620.000,00	620.000,00	696.232,69	76.232,69
Pessoa Física	620.000,00	620.000,00	696.232,69	76.232,69

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.790.000,00	5.790.000,00	5.897.933,44	107.933,44
Pessoa Física	100.000,00	100.000,00	134.313,75	34.313,75
Pessoa Jurídica	5.690.000,00	5.690.000,00	5.763.619,69	73.619,69
RECEITAS DIVERSAS	11.878.000,00	11.878.000,00	11.753.474,18	-124.525,82
Inscrições em Congressos, Convenções, Eventos Similares, Seleções, Etc.	24.000,00	24.000,00	864,02	-23.135,98
Stands em Congressos, Convenções, Eventos Similares,	0,00	0,00	5.301,50	5.301,50
Anúncio Publicitário e Patrocínio	91.000,00	91.000,00	20.530,15	-70.469,85
Receita de Ônus de Sucumbência	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
Convênios	0,00	0,00	223.297,80	223.297,80
Parcelamentos Administrativos	3.712.000,00	3.712.000,00	3.036.253,79	-675.746,21
Cobrança Judicial - Parcelamentos	7.760.000,00	7.760.000,00	8.072.689,58	312.689,58
Outras Receitas Diversas	266.000,00	266.000,00	394.537,34	128.537,34
FINANCEIRAS	46.000,00	46.000,00	140.661,20	94.661,20
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	21.000,00	21.000,00	43.319,83	22.319,83
Pessoa Física	6.000,00	6.000,00	7.140,01	1.140,01
Pessoa Jurídica	15.000,00	15.000,00	36.179,82	21.179,82
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	1.705,00	1.705,00
Pessoa Física	0,00	0,00	10,00	10,00
Pessoa Jurídica	0,00	0,00	1.695,00	1.695,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	25.000,00	25.000,00	95.636,37	70.636,37
Pessoa Física	17.000,00	17.000,00	30.647,37	13.647,37
Pessoa Jurídica	8.000,00	8.000,00	64.989,00	56.989,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.157.000,00	3.157.000,00	2.185.644,82	-971.355,18
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.214.000,00	2.214.000,00	2.013.346,94	-200.653,06
Multa por infração legal	1.661.000,00	1.661.000,00	1.748.083,81	87.083,81

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Multas de Processos Éticos	418.000,00	418.000,00	40.590,73	-377.409,27
Multas Eleitorais	17.000,00	17.000,00	224.238,58	207.238,58
Multas Sobre Anuidades	118.000,00	118.000,00	0,00	-118.000,00
Juros de Mora	0,00	0,00	433,82	433,82
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.000,00	29.000,00	0,00	-29.000,00
Indenizações	29.000,00	29.000,00	0,00	-29.000,00
DÍVIDA ATIVA	914.000,00	914.000,00	172.297,88	-741.702,12
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	837.000,00	837.000,00	161.758,86	-675.241,14
Anuidades(dívida ativa admnsitrativa)	471.000,00	471.000,00	117.593,89	-353.406,11
Multa por infração legal(dívida ativa admnsitrativa)	265.000,00	265.000,00	22.502,68	-242.497,32
Multas de Processos Éticos	57.000,00	57.000,00	0,00	-57.000,00
Multas Eleitorais	21.000,00	21.000,00	7.354,31	-13.645,69
Multas sobre Anuidades	17.000,00	17.000,00	5.987,81	-11.012,19
Juros de Mora	6.000,00	6.000,00	8.320,17	2.320,17
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	77.000,00	77.000,00	10.539,02	-66.460,98
Anuidades(dívida ativa executiva)	40.000,00	40.000,00	9.703,78	-30.296,22
Multa por infração legal(dív.ativa executiva)	32.000,00	32.000,00	835,24	-31.164,76
Multas de Processos Éticos	4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00
Multas Eleitorais	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
RECEITA DE CAPITAL	780.000,00	780.000,00	206.504,27	-573.495,73
ALIENACAO DE BENS	318.000,00	318.000,00	206.504,27	-111.495,73
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	318.000,00	318.000,00	206.504,27	-111.495,73
Veículos	318.000,00	318.000,00	206.504,27	-111.495,73
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	462.000,00	462.000,00	0,00	-462.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	462.000,00	462.000,00	0,00	-462.000,00
Indenizações	462.000,00	462.000,00	0,00	-462.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			59.441.000,00	59.441.000,00	63.243.181,24	3.802.181,24
DÉFICIT			0,00	0,00	3.034.866,02	3.034.866,02
TOTAL			59.441.000,00	72.681.600,00	66.278.047,26	767.315,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	13.240.600,00	13.240.600,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE			0,00	13.240.600,00	13.240.600,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR			0,00	13.240.600,00	13.240.600,00	0,00
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPEAS CORRENTES	56.191.000,00	66.820.000,00	62.639.599,07	61.052.783,69	60.316.294,27	4.180.400,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.857.200,00	24.307.143,94	24.108.830,02	24.077.086,14	23.593.638,62	198.313,92
REMUNERAÇÃO PESSOAL	15.543.200,00	17.659.660,48	17.598.411,66	17.598.411,66	17.598.411,66	61.248,82
Vencimentos e Salários	12.000.000,00	13.718.460,48	13.718.256,80	13.718.256,80	13.718.256,80	203,68
Gratificação por Exercício de Cargos e Funções	660.000,00	771.000,00	753.342,73	753.342,73	753.342,73	17.657,27
Ferías Vencidas e Proporcionais	1.500.000,00	1.299.000,00	1.274.844,36	1.274.844,36	1.274.844,36	24.155,64
13º Salário	1.160.000,00	1.310.000,00	1.301.770,60	1.301.770,60	1.301.770,60	8.229,40
Adicional Noturno	20.000,00	23.000,00	19.227,74	19.227,74	19.227,74	3.772,26
Rescisão do Contrato de Trabalho	203.200,00	538.200,00	530.969,43	530.969,43	530.969,43	7.230,57
DESPEAS COM PESSOAL VARIÁVEL	1.354.000,00	1.144.000,00	1.114.209,21	1.114.209,21	1.114.209,21	29.790,79
Ferías - Abono Pecuniário	140.000,00	150.000,00	130.806,86	130.806,86	130.806,86	19.193,14
Serviços Extraordinários	360.000,00	350.000,00	348.181,89	348.181,89	348.181,89	1.818,11
Diárias de Empregado	854.000,00	644.000,00	635.220,46	635.220,46	635.220,46	8.779,54
ENCARGOS PATRONAIS	4.960.000,00	5.503.483,46	5.396.209,15	5.364.465,27	4.881.017,75	107.274,31
I.N.S.S	3.500.000,00	3.909.500,00	3.804.443,06	3.804.443,06	3.494.568,32	105.056,94
F.G.T.S	1.300.000,00	1.410.000,00	1.407.782,63	1.407.782,63	1.234.209,85	2.217,37
P.A.S.E.P	160.000,00	183.983,46	183.983,46	152.239,58	152.239,58	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.115.800,00	26.285.457,60	22.754.885,69	21.199.814,19	20.946.772,29	3.530.571,91
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.065.000,00	5.258.800,00	5.142.615,35	5.015.396,33	4.967.127,27	116.184,65
Vale Transporte	380.000,00	345.800,00	317.955,60	317.955,60	317.955,60	27.844,40
Auxílio Alimentação e Refeição	2.150.000,00	2.778.000,00	2.749.497,08	2.691.272,28	2.683.266,98	28.502,92
Plano de Saúde, Serviços Hospitalares e Farmacêuticos	1.500.000,00	2.045.000,00	2.024.634,92	1.974.550,36	1.934.286,60	20.365,08
Plano Odontológico	35.000,00	90.000,00	50.527,75	31.618,09	31.618,09	39.472,25
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – RGPS - CFF	395.000,00	367.400,00	205.522,13	205.062,13	204.822,13	161.877,87
Auxílio Educação	60.000,00	60.000,00	31.272,49	31.272,49	31.272,49	28.727,51
Auxílio Creche	170.000,00	186.000,00	130.537,14	130.537,14	130.537,14	55.462,86
Serviço de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional de Funcionários	165.000,00	121.400,00	43.712,50	43.252,50	43.012,50	77.687,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	70.000,00	1.120.248,69	1.118.248,69	1.118.248,69	1.118.248,69	2.000,00
Indenizações Trabalhistas	70.000,00	1.120.248,69	1.118.248,69	1.118.248,69	1.118.248,69	2.000,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	14.585.800,00	19.539.008,91	16.288.499,52	14.861.107,04	14.656.574,20	3.250.509,39
CONSUMO DE MATERIAL	1.385.000,00	1.661.200,00	1.200.013,31	1.122.012,26	1.064.564,42	461.186,69
Material de Expediente	100.000,00	120.000,00	97.695,76	89.920,26	87.504,14	22.304,24
Material de Higiene, Limpeza, Conservação e Utensílios Domésticos	100.000,00	100.000,00	43.835,00	41.364,92	41.364,92	56.165,00
Material e Acessório para Manutenção e Conservação de Bens Moveis e Imóveis	62.000,00	136.000,00	79.223,62	39.791,15	39.791,15	56.776,38
Gêneros de Alimentação	100.000,00	129.700,00	96.943,40	85.912,43	85.912,43	32.756,60
Vestuários, Uniformes, Calçados, Tecidos e Aviamentos	10.000,00	28.000,00	25.438,28	24.656,00	24.656,00	2.561,72
Material de Copa e Cozinha	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Peças, Acessórios para Informática e Comunicação em Geral	50.000,00	48.900,00	32.776,90	26.088,92	23.775,00	16.123,10
Bandeiras, Flâmulas, Insígnias e Placas	1.000,00	6.300,00	5.813,90	5.813,90	4.651,70	486,10
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	520.000,00	452.000,00	413.045,87	403.224,10	403.224,10	38.954,13
Peças, Acessórios e Materiais para Manutenção de Veículos	40.000,00	39.000,00	3.382,02	3.382,02	3.382,02	35.617,98
Material para Festividades e Homenagens	1.000,00	13.500,00	7.801,06	7.801,06	7.801,06	5.698,94

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Carteirinhas de Profissional Farmacêutico	400.000,00	586.800,00	394.057,50	394.057,50	342.501,90	192.742,50
DIARIAS	1.273.000,00	1.893.000,00	1.589.043,97	1.586.654,73	1.578.906,42	303.956,03
Diárias de Diretoria	700.000,00	900.000,00	739.000,88	739.000,88	733.372,66	160.999,12
Diárias do Plenário	300.000,00	510.000,00	502.428,72	502.428,72	502.428,72	7.571,28
Diárias com as Comissões	250.000,00	450.000,00	320.727,88	318.338,64	316.218,55	129.272,12
Outros Tipos de Diárias	23.000,00	33.000,00	26.886,49	26.886,49	26.886,49	6.113,51
SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	1.085.000,00	1.086.845,62	997.175,76	997.175,76	947.337,15	89.669,86
Remuneração a Estagiários	400.000,00	419.508,91	419.508,91	419.508,91	376.662,30	0,00
Remuneração de Serviços Pessoais sem Vínculo Empregatício	180.000,00	130.000,00	127.121,00	127.121,00	127.121,00	2.879,00
INSS sobre Remuneração de Serviços Prestados	60.000,00	50.100,00	24.436,20	24.436,20	24.436,20	25.663,80
Locação de Bens Móveis e Imóveis	395.000,00	437.236,71	387.873,37	387.873,37	380.881,37	49.363,34
Indenizações, Restituições e Reposições	50.000,00	50.000,00	38.236,28	38.236,28	38.236,28	11.763,72
VERBAS DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	230.000,00	265.000,00	138.848,59	138.848,59	138.190,54	126.151,41
Verba de Representação	180.000,00	165.000,00	78.048,59	78.048,59	77.390,54	86.951,41
Jeton	50.000,00	100.000,00	60.800,00	60.800,00	60.800,00	39.200,00
SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	10.612.800,00	14.632.963,29	12.363.417,89	11.016.415,70	10.927.575,67	2.269.545,40
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	26.000,00	21.500,00	14.917,10	14.917,10	14.917,10	6.582,90
Locação de Bens Móveis, Imóveis ou Intangíveis	480.000,00	551.000,00	522.620,50	497.685,37	496.303,66	28.379,50
Seguros em Geral	40.000,00	35.000,00	11.156,52	11.156,52	2.858,52	23.843,48
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros.	224.300,00	259.300,00	227.167,98	227.167,98	227.096,96	32.132,02
Serviços de Comunicação em Geral	550.000,00	558.000,00	361.870,38	355.260,38	355.260,38	196.129,62
Passagens Aéreas, Terrestres, Fluviais ou Marítimas e Despesas com Locomoção	400.000,00	710.000,00	647.484,78	555.606,37	522.786,05	62.515,22
Serviço de Manutenção, Adaptação, e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	300.000,00	370.000,00	259.891,10	219.640,10	217.295,10	110.108,90
Serviço de Manutenção e Atualização de Software	180.000,00	196.000,00	113.278,37	109.934,17	102.784,59	82.721,63
Serviço de Divulgação e Publicidade	100.000,00	240.000,00	193.757,87	193.163,87	190.375,62	46.242,13

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Serviço de Impressão e Encadernação	200.000,00	269.319,00	252.282,15	235.012,15	227.407,15	17.036,85
Cursos - Reciclagem e Treinamento	50.000,00	101.000,00	55.540,00	53.241,00	53.241,00	45.460,00
Serviço de Medicina do Trabalho	90.000,00	90.000,00	65.824,80	56.257,00	55.177,00	24.175,20
Suprimento de Fundos	650.000,00	323.000,00	289.021,40	289.021,40	289.021,40	33.978,60
Serviços Bancários	310.500,00	609.000,00	577.490,03	577.490,03	577.490,03	31.509,97
Eventos, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	1.920.000,00	2.539.863,29	2.155.339,44	1.682.119,13	1.660.325,13	384.523,85
Indenizações, Restituições e Reposições	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Exposições, Congressos, Conferencias e Eventos Similares	80.000,00	193.000,00	143.315,67	91.525,67	91.066,92	49.684,33
Impostos, Taxas, Multas e Pedágios	600.000,00	1.202.200,00	941.965,19	912.966,53	911.959,73	260.234,81
Custas Processuais	200.000,00	285.100,00	285.063,18	285.063,18	285.063,18	36,82
Serviços Postais	1.000.000,00	1.448.000,00	1.200.437,26	939.390,98	939.390,98	247.562,74
Contrato de Empresa de Taxi	250.000,00	259.000,00	245.524,91	193.121,44	193.121,44	13.475,09
Serviços de Segurança	20.000,00	35.000,00	34.729,88	26.850,93	26.850,93	270,12
Serviços de Microfilmagem, Digitalização e Arquivo de Doc.	120.000,00	179.400,00	117.284,72	107.553,23	107.553,23	62.115,28
Serviços de Internet	50.000,00	96.000,00	93.915,00	87.660,55	87.510,55	2.085,00
Prestação de Serviços de Limpeza	900.000,00	1.180.600,00	1.157.598,33	1.056.388,95	1.056.388,95	23.001,67
Fretes Transportes e Encomendas	10.000,00	13.000,00	11.727,47	5.802,84	5.802,84	1.272,53
Reprodução de Documentos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Convênios	40.000,00	45.000,00	37.043,78	35.955,68	34.064,08	7.956,22
Precatório	50.000,00	667.000,00	598.354,23	598.354,23	598.354,23	68.645,77
Revista do Farmacêutico - Impressão	470.000,00	405.000,00	254.311,00	205.311,00	205.311,00	150.689,00
Processo Eleitoral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Locação de Veículos	761.000,00	1.045.000,00	1.022.998,91	934.737,09	934.737,09	22.001,09
Assessoria de Imprensa	450.000,00	430.681,00	306.477,60	306.477,60	306.477,60	124.203,40
Remuneração a Menores Aprendizizes - Art. 429 da CLT	79.000,00	264.000,00	165.028,34	151.583,23	151.583,23	98.971,66

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.113.000,00	14.582.398,46	14.255.013,48	14.255.013,48	14.255.013,48	327.384,98
CONTRIBUIÇÕES	14.113.000,00	14.582.398,46	14.255.013,48	14.255.013,48	14.255.013,48	327.384,98
Cota Parte	14.113.000,00	14.582.398,46	14.255.013,48	14.255.013,48	14.255.013,48	327.384,98
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	855.000,00	1.395.000,00	1.368.087,38	1.368.087,38	1.368.087,38	26.912,62
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150.000,00	150.000,00	148.188,44	148.188,44	148.188,44	1.811,56
Despesas de Exercícios Anteriores	150.000,00	150.000,00	148.188,44	148.188,44	148.188,44	1.811,56
SENTENÇAS JUDICIAIS	705.000,00	1.245.000,00	1.219.898,94	1.219.898,94	1.219.898,94	25.101,06
Pagamento de Sentenças Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Honorários de Sucumbência	700.000,00	1.240.000,00	1.219.898,94	1.219.898,94	1.219.898,94	20.101,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	152.782,50	152.782,50	152.782,50	97.217,50
SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00	250.000,00	152.782,50	152.782,50	152.782,50	97.217,50
CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	250.000,00	250.000,00	152.782,50	152.782,50	152.782,50	97.217,50
Fundo de Assistências § 1º, Art. 27 Lei 3820/60	250.000,00	250.000,00	152.782,50	152.782,50	152.782,50	97.217,50
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	3.250.000,00	5.861.600,00	3.638.448,19	3.405.848,45	3.397.731,07	2.223.151,81
INVESTIMENTOS	3.250.000,00	5.861.600,00	3.638.448,19	3.405.848,45	3.397.731,07	2.223.151,81
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	190.000,00	354.000,00	270.444,14	55.785,40	55.785,40	83.555,86
Obras em Andamentos	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	100.000,00	354.000,00	270.444,14	55.785,40	55.785,40	83.555,86
BENS MOVEIS	560.000,00	1.007.600,00	568.004,05	550.063,05	541.945,67	439.595,95
Veículos e Acessórios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	40.000,00	57.000,00	32.667,50	32.667,50	32.667,50	24.332,50
Insígnias, Flâmulas e Bandeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Biblioteca e Videoteca	5.000,00	12.600,00	5.229,89	5.229,89	5.229,89	7.370,11
Obras de Arte e Decoração	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	150.000,00	150.000,00	116.035,55	99.462,55	99.462,55	33.964,45
Utensílios de Copa e Cozinha	4.000,00	9.000,00	7.859,34	7.859,34	7.859,34	1.140,66

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Equipamentos de Processamento de Dados	250.000,00	391.000,00	251.780,38	250.850,38	242.733,00	139.219,62
Equipamentos de Áudio, Foto e Vídeo.	30.000,00	30.000,00	3.955,19	3.517,19	3.517,19	26.044,81
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	3.000,00	3.000,00	1.267,20	1.267,20	1.267,20	1.732,80
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	5.000,00	19.000,00	12.649,00	12.649,00	12.649,00	6.351,00
Desenvolvimento de Softwares	70.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Aparelho de Intercomunicação	0,00	289.000,00	136.560,00	136.560,00	136.560,00	152.440,00
BENS IMÓVEIS	2.500.000,00	4.500.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00	1.700.000,00
Casas	500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Edifícios	2.000.000,00	3.000.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00	200.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	59.441.000,00	72.681.600,00	66.278.047,26	64.458.632,14	63.714.025,34	6.403.552,74
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	59.441.000,00	72.681.600,00	66.278.047,26	64.458.632,14	63.714.025,34	6.403.552,74

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2016

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

VALMIR RECKZIEGEL
COORDENADOR CONTÁBIL
CRC-SP 1SP164650/O-1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	0,00	1.628.415,47	1.627.868,81	1.627.868,81	546,66	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	431.660,34	431.660,34	431.660,34	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.183.790,94	1.183.244,28	1.183.244,28	546,66	0,00
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	0,00	12.964,19	12.964,19	12.964,19	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	0,00	139.774,21	137.168,26	137.168,26	2.605,95	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	139.774,21	137.168,26	137.168,26	2.605,95	0,00
TOTAL:	0,00	1.768.189,68	1.765.037,07	1.765.037,07	3.152,61	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	0,00	4.776,00	4.776,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	4.776,00	4.776,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	0,00	13.139,96	13.139,96	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	13.139,96	13.139,96	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	17.915,96	17.915,96	0,00	0,00

Apêndice 11

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	67.123.450,01	18.577.886,70	PASSIVO CIRCULANTE	871.306,72	2.186.221,29
DISPONÍVEL	16.520.280,24	17.867.421,75	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	126.699,92	590.953,56
CREDITOS A CURTO PRAZO	49.291.527,89	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	797.888,12	1.148.338,92	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	744.606,80	1.595.267,73
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	513.753,76	437.873,97	OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DESPESAS DIVERSAS	0,00	0,00
ATIVO NAO-CIRCULANTE	44.486.736,15	33.182.352,19	PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	6.643.129,47	265.759,43	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	6.643.129,47	265.927,43	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	168,00	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	37.843.606,68	33.448.111,62	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MOVEIS	2.911.606,68	5.762.596,22	OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMOVEIS	34.932.000,00	27.685.515,40	PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGIVEL	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	871.306,72	2.186.221,29

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	15.885.955,72	15.885.955,72
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	94.852.923,72	33.688.061,88
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.738.879,44	49.574.017,60

TOTAL	111.610.186,16	51.760.238,89	TOTAL	111.610.186,16	51.760.238,89
ATIVO FINANCEIRO	16.924.658,59	19.015.760,67	PASSIVO FINANCEIRO	2.690.721,84	3.487.160,54
ATIVO PERMANENTE	94.685.527,57	32.744.478,22	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				108.919.464,32	48.273.078,35

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	14.233.936,75	15.528.600,13

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2016

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

VALMIR RECKZIEGEL
COORDENADOR CONTÁBIL
CRC-SP 1SP164650/O-1

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	63.036.676,97	61.527.052,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	36.869.332,61	33.942.367,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.869.332,61	33.942.367,27
ANUIDADES	36.869.332,61	33.942.367,27
RECEITA PATRIMONIAL	3.133.837,81	2.613.698,23
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	1.989,36	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.131.848,45	2.613.698,23
RECEITAS DE SERVIÇOS	20.707.200,53	21.743.532,08
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.359.560,22	2.088.442,92
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	696.232,69	576.627,63
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.897.933,44	5.512.212,47
RECEITAS DIVERSAS	11.753.474,18	13.566.249,06
FINANCEIRAS	140.661,20	56.198,23
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	43.319,83	14.698,53
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	1.705,00	2.017,05
MULTAS SOBRE ANUIDADES	95.636,37	39.482,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.185.644,82	3.171.257,03
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.013.346,94	2.625.760,28
DÍVIDA ATIVA	172.297,88	545.496,75
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	161.758,86	464.967,47
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	10.539,02	80.529,28
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	131.642.333,60
OUTROS INGRESSOS	21.703.414,77	0,00
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO PAGO		
DESPESAS CORRENTES	60.316.294,27	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.593.638,62	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.946.772,29	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.255.013,48	0,00
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.368.087,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.782,50	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	56.145.185,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	21.559.917,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	19.265.347,31
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	14.060.114,49
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	0,00	1.135.491,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	124.315,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	441.579,01
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	132.755.587,63
OUTROS DESEMBOLSOS	22.579.712,18	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.844.085,29	3.827.034,18

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENACAO DE BENS	206.504,27	205.468,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	206.504,27	205.468,00
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	3.397.731,07	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	185.637,33
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.191.226,80	19.830,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.347.141,51	3.846.864,85

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	17.867.421,75	14.020.556,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	16.520.280,24	17.867.421,75

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2016

 PEDRO EDUARDO MENEGASSO
 PRESIDENTE
 CRF-SP 14.010-2

 MARCOS MACHADO FERREIRA
 DIRETOR TESOUREIRO
 CRF-SP 32.635-4

 VALMIR RECKZIEGEL
 COORDENADOR CONTÁBIL
 CRC-SP 1SP164650/0-1

Apêndice 13

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	127.384.335,11	61.751.639,74	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	65.367.224,47	57.210.017,58
CONTRIBUICOES	43.898.830,08	33.942.367,27	PESSOAL E ENCARGOS	30.919.690,79	26.087.362,13
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	43.898.830,08	33.942.367,27	REMUNERACAO A PESSOAL	18.712.650,87	17.109.883,31
CONTRIBUICOES	43.898.830,08	33.942.367,27	REMUNERACAO A PESSOAL - RGPS	18.712.650,87	17.109.883,31
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	30.644.809,92	24.357.230,31	ENCARGOS PATRONAIS	5.796.095,61	4.700.078,96
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	30.644.809,92	24.357.230,31	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	5.796.095,61	4.700.078,96
VALOR BRUTO DE EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	30.644.809,92	24.357.230,31	BENEFICIOS A PESSOAL	6.410.944,31	4.277.399,86
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	56.198,23	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	6.410.944,31	4.277.399,86
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	16.715,58	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	31.395.904,61	30.674.493,16
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVICOS	0,00	16.715,58	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.187.085,18	1.443.045,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00	39.482,65	CONSUMO DE MATERIAL	1.187.085,18	1.443.045,65
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	39.482,65	SERVICOS	30.208.819,43	29.231.447,51
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	8.094.125,35	216.027,36	DIARIAS	1.586.654,73	1.841.637,38
REAVALIACAO DE ATIVOS	7.887.621,08	10.559,36	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.163.211,23	1.078.829,37
REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	7.887.621,08	10.559,36	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.132.371,42	11.115.374,71
GANHOS COM ALIENACAO	206.504,27	205.468,00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	15.326.582,05	15.195.606,05
GANHOS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS	206.504,27	205.468,00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	152.782,50	124.315,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.746.569,76	3.179.816,57	CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	152.782,50	124.315,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	309.948,42	0,00	FUNDO DE ASSISTÊNCIA § 1º, ART. 27 LEI 3820/60	152.782,50	124.315,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	309.948,42	0,00	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	2.898.846,57	323.847,29
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.436.621,34	3.179.816,57	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	2.438.562,62	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	44.255.396,45	2.625.760,28	REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	2.438.562,62	0,00
DÍVIDA ATIVA	172.297,88	545.496,75	PERDAS INVOLUNTARIAS	460.283,95	323.847,29
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.927,01	8.559,54	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	460.283,95	323.847,29
Total das Variações Ativas :	127.384.335,11	61.751.639,74	Total das Variações Passivas :	65.367.224,47	57.210.017,58

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	62.017.110,64	4.541.622,16
Total	127.384.335,11	61.751.639,74	Total	127.384.335,11	61.751.639,74

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2016

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
PRESIDENTE
CRF-SP 14.010-2

MARCOS MACHADO FERREIRA
DIRETOR TESOUREIRO
CRF-SP 32.635-4

VALMIR RECKZIEGEL
COORDENADOR CONTÁBIL
CRC-SP 1SP164650/O-1

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.534.899,33	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00